



---

# **O papel dos atores externos nos processos de estabilização e democratização dos Estados da região de Sahel**

## **Os golpes de Estado no Mali**

Mestrado em Relações Internacionais e Diplomacia Política |  
2024/2025 | 2.º ano

Dissertação para obtenção do grau de Mestre | Professor Doutor  
Rui Garrido e Professor Doutor André Matos

Miruna Denisa Nica | 41289

---





# AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi sem dúvida um dos maiores desafios académicos até à data. O processo de escrita compreendeu inúmeros avanços, recuos, modificações e certamente vários momentos de incerteza relativamente ao estar a fazer (ou não) o certo. Além disso, procurei sempre analisar os dados e produzir um trabalho com rigor, qualidade e uma ótima estrutura a tempo, o que certamente me trouxe vários instantes de loops teórico-conceituais. Devo reconhecer que esta fase me tornou mais resiliente e me fez ganhar mais maturidade académica, mas que grande parte do mérito vai para as pessoas com quem tive a honra, o privilégio, e a sorte de partilhar muitos ou alguns momentos nesta altura da minha vida.

Deste modo, gostaria por começar a agradecer à minha família, que fez vários sacrifícios para eu chegar até aqui e ter sequer a chance de escrever esta dissertação. A vocês serei eternamente grata pelos valores, lições, educação, apoio, e acima de tudo amor que me proporcionaram ao longo da vida. Todos os meus êxitos são uma ode à vossa coragem, ao vosso altruísmo e à vossa resiliência. Agradecer-vos é pouco e dedicar-vos este trabalho é o mínimo, mas prometo honrar-vos sempre e não me esquecer das minhas origens. Vocês serão sempre a minha bandeira mais preciosa. São a minha verdadeira casa, não importando o lugar onde nos encontramos.

Depois, quero tecer um agradecimento especial aos meus orientadores, Professor Doutor Rui Garrido e Professor Doutor André Matos, pela paciência, compreensão, disponibilidade e acima de tudo, por serem ótimos exemplos do que significa ser simultaneamente um profissional dedicado e uma pessoa exímia. Devo reconhecer que tenho muita admiração e respeito por ambos e que ao longo dos meus anos de formação superior, as aprendizagens e lições proporcionadas pelos professores permitiram-me crescer muito tanto no plano pessoal, como académico. É uma honra e um gosto imenso ter tido a oportunidade de ser orientada por profissionais tão ilustres quanto os professores.

Por último, mas (definitivamente) não menos importante, gostaria de agradecer aos meus amigos. Obrigada por todo o apoio e alento nos momentos de incerteza e algum “desespero”. Obrigada por me darem o espaço necessário para verbalizar todas as minhas inquietações acerca deste processo de investigação, e por me tentarem sempre ajudar a encontrar soluções para as mesmas. Agradeço-vos ainda pela vossa confiança em mim e nas minhas capacidades, pela companhia nas extensas horas passadas na biblioteca, e também por todo o carinho que me têm, ao ponto de saberem sempre, melhor do que eu até, quando preciso de ouvir o meu corpo e a minha mente sempre que estou demasiado presa no vendaval das minhas responsabilidades académicas. É realmente um privilégio poder ter pessoas como vocês na vida.

A todos, uma vez mais, um enorme e sincero obrigada.

# RESUMO

## **O papel dos atores externos nos processos de estabilização e democratização dos Estados da região de Sahel: os golpes de Estado no Mali**

O ano de 2020 marcou o regresso dos golpes de Estado no Sahel após um período de aparente estabilidade política. Até 2023 (inclusive) registaram-se outras seis ocorrências que se dividiram entre o Burquina Faso, o Chade, a Guiné, o Mali e o Níger. Por detrás deste novo retrocesso democrático está um conjunto complexo de fatores que já afetam o continente e a Política africana ainda desde os primeiros anos após a independência. Contudo, estes foram agravados pela pandemia do COVID-19 e pela falha das missões de combate ao terrorismo nesta região. Esta investigação incide especialmente no papel dos atores externos, nomeadamente da União Africana e da Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental, na estabilização e democratização dos Estados do Sahel. Isto porque a fragilidade institucional destes prejudica a sua capacidade em prevenir golpes de Estado ou, no caso destes ocorrerem, a sua autoridade em impor aos Estados uma transição de poder efetiva e célere no sentido de restabelecer a ordem e a estabilidade política. Adicionalmente, esta investigação contém uma análise da Democracia e do nível de democratização dos Estados que fazem parte desta região, através de métodos quantitativos posteriormente explanados. É ainda acrescentada uma breve reflexão sobre a estabilidade política neste contexto.

**Palavras-chave:** Democracia; Estabilidade; golpes de Estado; legitimidade; Sahel.

# ABSTRACT

## **The role of external actors in the processes of stabilization and democratization of the Sahel States**

The year of 2020 marked the return of coups d'État in the Sahel after a period of apparent political stability. Until 2023 (included) there were registered six more incidents which were divided between Burkina Faso, Chad, Guinea, Mali and Niger. This new democratic recession is motivated by a complex set of factors which have been affecting the continent since the first years of independence. Nevertheless, these were aggravated by the COVID-19 pandemic and the failure of French-led antiterrorist military operations in the region. This investigation focuses specifically on the role of external actors, namely the African Union and the Economic Community Of the West African States, in the stabilization and democratization of the Sahel States. This is because the institutional fragility of these actors jeopardizes their ability to prevent coups d'État or, in the eventuality of their occurrence, their authority to impose a quick and effective transfer of leadership to the Sahel States, in order to reestablish the political order and stability. Additionally, this investigation contains an analysis of the Democracy and democratic level of the States that are a part of this region, through quantitative methods that will be posteriorly explained. A brief reflection about the political stability in this context is also included.

**Keywords:** coups d'État; Democracy; legitimacy; Sahel; stability

# ÍNDICE

Introdução.....	1
Enquadramento teórico-conceitual .....	5
O conceito de estabilidade política .....	5
Os conceitos de Democracia e democratização .....	8
A noção do golpe de Estado .....	14
Construtivismo – a agência dos sujeitos coletivos e a construção de valores.....	25
Atores externos – influência das organizações africanas nos processos de democratização .....	27
A instabilidade no Sahel – causas e dinâmicas dos golpes de Estado.....	34
Os golpes de Estado no Sahel entre 1960 e 2019.....	35
Os golpes de Estado no Sahel entre 2020 e 2023.....	40
Democracia e estabilidade no Sahel.....	45
Estudo de caso: os golpes de Estado no Mali.....	55
Conclusão.....	58
Referências .....	59
Anexos.....	81
Anexo I.....	81
Anexo II.....	82
Anexo III.....	83
Anexo IV .....	84
Anexo V .....	85
Anexo VI .....	86
Anexo VII .....	87
Anexo VIII .....	88
Anexo IX .....	89
Anexo X .....	90
Anexo XI .....	91
Anexo XII .....	92
Anexo XIII .....	93
Anexo XIV.....	94
Anexo XV.....	95
Anexo XVI.....	96
Anexo XVII.....	97
Anexo XVIII.....	98

Anexo XIX .....	99
Anexo XX .....	100
Anexo XXI .....	101
Anexo XXII .....	102
Anexo XXIII .....	103
Anexo XXIV .....	104
Anexo XXV .....	105
Anexo XXVI .....	106
Anexo XXVII .....	107
Anexo XXVIII .....	108
Anexo XXIX .....	109
Anexo XXX .....	110
Anexo XXXI .....	111
Anexo XXXII .....	112
Anexo XXXIII .....	113
Anexo XXXIV .....	114
Anexo XXXV .....	115
Anexo XXXVI .....	116
Anexo XXXVII .....	117

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**a.C.** – antes de Cristo

**APSA** – Arquitetura para a Paz e Segurança Africana

**CEDEAO** – Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental

**CER** – Comunidades Económicas Regionais

**JNIM** – *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin*

**OUA** – Organização da Unidade Africana

**UA** – União Africana

# ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E EQUAÇÕES

## Figuras

Figura 1 - Área geográfica do Sahel. Elaborado pela autora (Nica, 2025) .....	4
Figura 2 - Continuum político. Retirado de (Matos, 2014, p. 80). .....	13
Figura 3 - Status-quo de um regime.....	16
Figura 4 - Representação da Soberania Popular e do Poder Constitutivo.....	17
Figura 5 – Legitimidade. ....	18
Figura 6 - Golpes de Estado na região de Sahel por década (1960 e 2023). Elaborado pela autora a partir de (Powell & Thyne, 2024) .....	35
Figura 7 - Indicadores Democráticos do Burquina Faso. Elaborado pela autora com base em (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	86
Figura 8 - Valor democrático de Burquina Faso. Elaborado pela autora a partir da Figura 7. ....	86
Figura 9 - Indicadores Democráticos dos Camarões. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	87
Figura 10 - Valor democrático dos Camarões. Elaborado pela autora a partir da Figura 9. ....	87
Figura 11 - Indicadores Democráticos do Chade. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	88
Figura 12 - Valor democrático do Chade. Elaborado pela autora a partir da Figura 11. ....	88
Figura 13 - Indicadores Democráticos da Gâmbia. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	89

Figura 14 - Valor democrático da Gâmbia. Elaborado pela autora a partir da Figura 13. ....	89
Figura 15 - Indicadores Democráticos da Guiné. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	90
Figura 16 - Valor democrático da Guiné. Elaborado pela autora a partir da Figura 15. ....	90
Figura 17 - Indicadores Democráticos do Mali. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	91
Figura 18 - Valor democrático do Mali. Elaborado pela autora a partir da Figura 17. ....	91
Figura 19 - Indicadores Democráticos da Mauritânia. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	92
Figura 20 - Valor democrático da Mauritânia. Elaborado pela autora a partir da Figura 19. ....	92
Figura 21 - Indicadores Democráticos do Níger. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	93
Figura 22 - Valor democrático do Níger. Elaborado pela autora a partir de Figura 21. ....	93
Figura 23 - Indicadores Democráticos da Nigéria. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	94
Figura 24 - Valor democrático da Nigéria. Elaborado pela autora a partir de Figura 23. ....	94

Figura 25 - Indicadores Democráticos do Senegal. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).....	95
Figura 26 - Valor democrático do Senegal. Elaborado pela autora a partir de Figura 25. ....	95
Figura 27 - Valores democráticos no Sahel. Elaborado pela autora a partir das Figuras 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24 e 26. ....	96
Figura 28 - Estabilidade no Sahel. Elaborado pela autora a partir das Figuras 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, e 25.. ....	97

## **Tabelas**

Tabela 1 - Tabela com o número de golpes de Estado (tentativas e com êxito) no mundo entre 1950 e 2023. Retirado de (Duzor & Williamson, 2023). ....	81
Tabela 2 - Intervenções militares por região. Retirado de (McGowan & Johnson, 1984, p. 649). ....	82
Tabela 3 - Intervenções militares por cada grupo colonial. Retirado de (McGowan & Johnson, 1984, p. 645). ....	83
Tabela 4 - Datas dos golpes de Estado (com êxito e falhados). Elaborado pela autora a partir de (Powell & Thyne, 2024). ....	84
Tabela 5 - Princípios democráticos. Retirado de (Dahl, Polyarchy: Participation and Opposition, 1971, p. 3). ....	85

## **Equações**

Equação 1 - Equação para conversão de escalas reversas. Elaborado pela autora a partir de (Matos, 2014, pp. 298-300). ....	46
Equação 2 - Equação para conversão de escalas com valores negativos. Elaborado pela autora a partir de (Matos, 2014). ....	46

# INTRODUÇÃO

A 18 de agosto de 2020 o Mali testemunhou um novo golpe de Estado após oito anos de relativa estabilidade política na zona do Sahel. Este evento marcou o início de uma nova fase de retrocesso democrático que se viria a alastrar por toda a região. Após o episódio no Mali, seguiram-se o Chade, a Guiné, o Burquina Faso, e o Níger e em causa está um conjunto de fatores que por si só já constituem problemáticas complexas. Apesar da heterogeneidade dos sistemas políticos dos diferentes Estados do Sahel, estes partilham alguns fatores que, em maior ou menor medida estão por detrás deste ressurgir de regimes autocráticos militares e da tomada de poder através do uso de força. Destaca-se o passado colonial, a falha dos regimes em dar resposta às necessidades das suas populações devido à corrupção, a crescente insegurança por força da afluência acrescida de grupos terroristas na região, e a falha concomitante das operações militares francesas no combate ao terrorismo.

No entanto, para além destes fatores regionais, devem-se ainda considerar algumas questões continentais, nomeadamente a fragilidade institucional da União Africana (UA) e da CEDEAO (Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental) apesar do vasto enquadramento legal e mecanismos que possuem e que lhes permite promover o respeito pela Democracia, pelos princípios democráticos, e pelas liberdades e direitos dos cidadãos. Nesta lógica, o tema da presente dissertação incide sobre o papel dos atores externos no processo de democratização e na estabilidade dos Estados da região de Sahel. Para além da sua atualidade, este tópico é importante porque África tem sido o continente com maior número de golpes de Estado desde 1950 até à atualidade e, esta nova “onda de golpes de Estado” apresenta uma ameaça à estabilidade e aos avanços democráticos que Sahel tem registado nos últimos oito anos. Além disso, o próprio “efeito de contágio” denuncia a existência de um conjunto de fatores (anteriormente referidos) que colocam a própria estabilidade e Democracia em risco, e que merecem ser investigados. Para viabilizar uma melhor compreensão de todos os argumentos que serão trazidos para esta discussão, irá proceder-se à apresentação de um caso prático, no caso, os golpes de Estado de 2020 e 2021 no Mali.

O período de análise está compreendido entre os anos de 2020 e 2023. Inicia-se em 2020 por se tratar do ano em que ocorre o primeiro golpe de Estado desta nova vaga de golpes na região, e termina em 2023 por ser o ano em que estes cessam, mas que permite ainda conferir a este trabalho de investigação uma leitura atual dos acontecimentos, sem comprometer a total carência de material de análise, isto é, fontes e referências atualizadas aos casos em questão. Esta dissertação é orientada pela seguinte questão de

investigação: Qual a eficácia dos mecanismos e instrumentos jurídicos dos atores externos na promoção dos princípios democráticos e da estabilidade na região do Sahel?

O principal objetivo é analisar a relevância e a eficácia dos mecanismos e instrumentos legais dos atores externos presentes na região para a promoção da Democracia e estabilidade, o que responde diretamente à pergunta de investigação formulada. Este objetivo desdobra-se, posteriormente em alguns objetivos secundários: (1) definir os conceitos centrais para esta temática de modo a trazer uma maior clareza ao modo como os mesmos são empregues neste contexto, (2) identificar os atores externos e os seus mecanismos e instrumentos anteriormente mencionados, (3) mapear as tendências de instabilidade no Sahel desde 1960 a 2019 e depois entre 2020 e 2023 – uma vez que um dos fatores por detrás destes golpes de Estado é ligado ao passado destes Estados, nomeadamente às consequências do colonialismo, (4) analisar os níveis de democratização e estabilidade política nos diferentes Estados e (5) perceber como tudo isto se aplica a Mali.

Nesta ordem de ideias, a metodologia para a elaboração desta dissertação é mista sendo utilizados métodos qualitativos e quantitativos. A parte qualitativa diz respeito à análise de documentos oficiais, artigos científicos, livros e notícias, e a parte quantitativa compreende a seleção de 10 índices democráticos, correspondentes a 7 atributos – direitos políticos, Estado de Direito, responsabilidade horizontal, responsabilidade vertical, responsividade, direitos económicos e direitos civis. Os índices utilizados na análise são: os direitos políticos, o Estado de Direito, o índice da dimensão militar, a eficácia governamental, a taxa de desemprego, o índice de perceção da corrupção, as eleições livres e justas, o índice das liberdades civis, o controlo da corrupção e a estabilidade política. Estes foram selecionados de forma a obter uma análise mais holística e personalizada uma vez que todos eles se podem atribuir a um dos fatores que fundamentam os golpes de Estado. Além disso, os dados relativos aos índices foram retirados de: (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.). Atendendo ao facto de alguns índices apresentarem escalas em intervalos que envolvem números negativos ou escalas inversas – isto é, escalas em que um incremento na pontuação do índice significa um maior nível de autocratização e não de democratização, procedeu-se à conversão das mesmas para escalas de 0 a 100 para operacionalização da qualidade da Democracia – como será explanado posteriormente.

Os gráficos e tabelas resultantes do processo de tratamento de dados destes índices encontram-se em anexo.

Esta investigação foi ainda conduzida segundo uma lente pós-positivista e, do ponto de vista teórico, construtivista. Os conceitos centrais a este tema são: a estabilidade, a Democracia, a democratização, o golpe de Estado, a legitimidade e a soberania. Embora o quadro teórico-conceitual pudesse ser brevemente apresentado nesta secção, optou-se por enquadrá-lo no desenvolvimento da dissertação por uma questão de preferência pessoal e, uma melhor articulação com o conteúdo dos restantes capítulos durante a leitura.

No que concerne à estrutura, esta compreende cinco capítulos. O primeiro, como acabado de referir, constitui o quadro teórico-conceitual desta investigação e encontra-se repartido em quatro subcapítulos que incidem sobre a estabilidade política, a Democracia e democratização, a noção de golpe de Estado e a metateoria Construtivista, respetivamente. O segundo capítulo identifica os atores externos, os mecanismos e instrumentos que estes possuem para a promoção do respeito pelos princípios democráticos e liberdades e direitos dos seus cidadãos, e os entraves a uma agência mais eficaz. Importa mencionar também que os atores externos em causa são a UA e a CEDEAO. Escolheu-se analisar esta Comunidade em detrimento de outras – como por exemplo a Comunidade dos Estados do Sahel-Saara, porque a CEDEAO é o bloco regional com um papel mais ativo nesta região e que também reagiu pública e politicamente perante estes golpes de Estado. O terceiro capítulo aborda a instabilidade no Sahel, mas em períodos diferentes – o primeiro de 1960 a 2019, e o segundo entre 2020 e 2023. Aqui não é apenas importante identificar os fatores que causam esta instabilidade, mas também as ações dos atores externos perante esta. O quarto capítulo é essencialmente aquele onde é analisado o nível democrático dos Estados e a estabilidade política (relativa), recorrendo aos índices democráticos referidos e às próprias definições de “democratização” e “estabilidade política”. O quinto e último capítulo contém um caso prático, nomeadamente o do Mali. Este trará um exemplo concreto da dinâmica do Sahel nestes últimos anos (2020 a 2023).

Aliás, em termos geográficos a região de Sahel situa-se no continente africano, e os Estados que a compõem são maioritariamente atravessados pelo deserto de Saara, ou fazem fronteira com este (a norte), as savanas tropicais (a sul), o Oceano Atlântico (a oeste) e o Mar Vermelho (a este). Apesar de existir variações no que diz respeito aos Estados que esta região inclui, para efeitos desta investigação será tida em consideração a definição das Nações Unidas, onde é estabelecido que apenas dez Estados pertencem ao Sahel, sendo estes: Burquina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal (Nações Unidas, 2019, p. 4; Nações Unidas) (Figura 1).

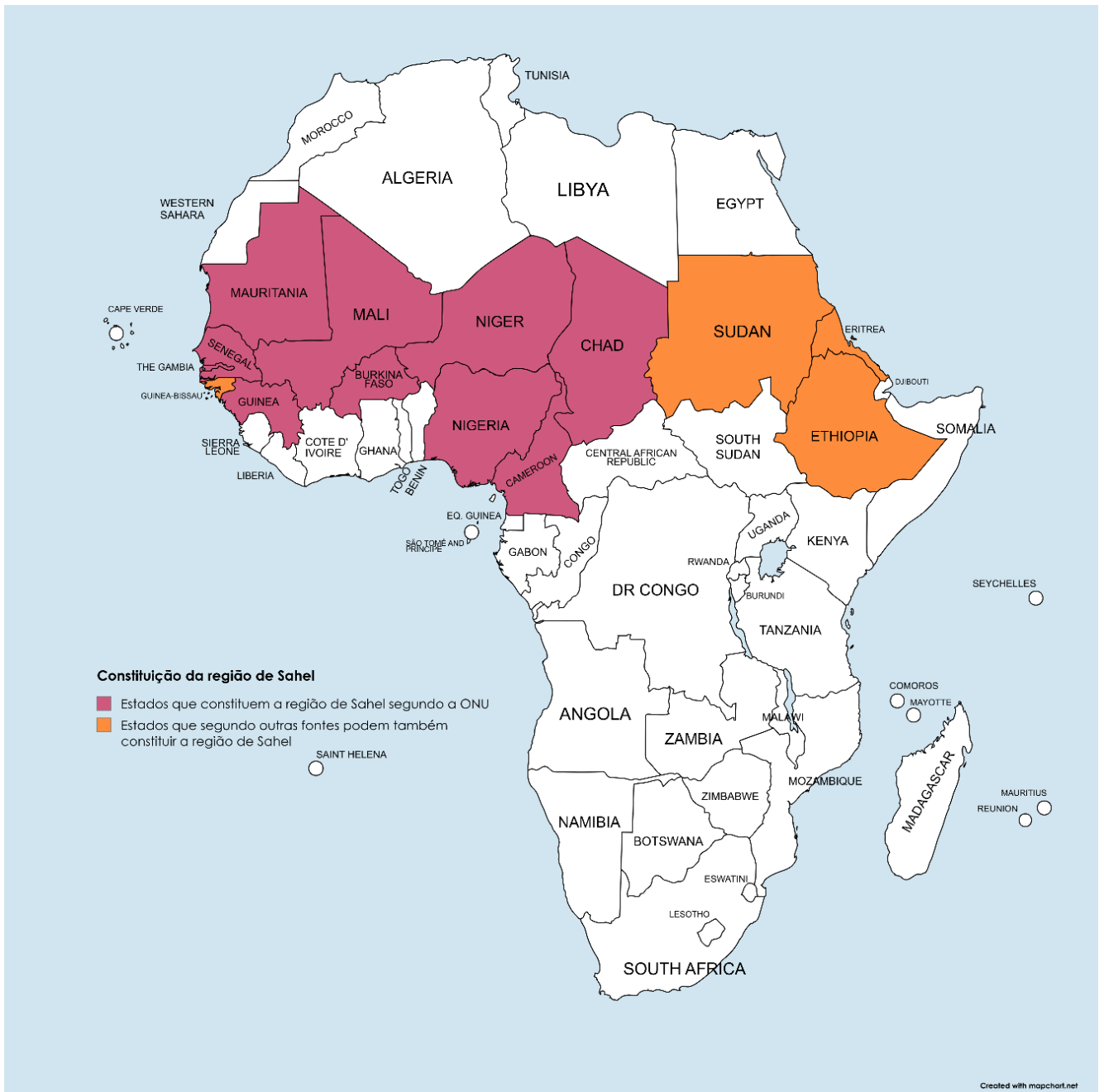


Figura 1 - Área geográfica do Sahel. Elaborado pela autora (Nica, 2025)

A região do Sahel é caracterizada pela abundância de alguns recursos naturais e humanos – se considerarmos que alguns destes Estados, como por exemplo a Nigéria, são muito populosos (Ichimi, 2023, p. 163). Contudo, é também caracterizada por terrenos desérticos e pouco férteis, o que contribui para que seja uma das regiões menos desenvolvidas e mais afetadas pela pobreza. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2023, a “situação corrente no Sahel é marcada por desafios ambientais, políticos, económicos e securitários fortemente enraizados que afetam a prosperidade e a paz [desta] sub-região” (United Nations Development Programme, 2024, p. 27). A este propósito, Lotfi Sour e Godwin Ichimi chamam a atenção

para o “subdesenvolvimento crónico”, o terrorismo, a insegurança alimentar, a corrupção, a ausência de infraestruturas funcionais, o crime organizado, a má gestão económica, e as secas enquanto as causas mais preocupantes para a instabilidade regional (Sour, 2015, pp. 6-7; Ichimi, 2023, p. 164).

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Para dar início a esta investigação, considerou-se necessário proceder ao esclarecimento do quadro teórico-conceptual que se irá utilizar para a análise do fenómeno em estudo. Deste modo, os seguintes subcapítulos incidirão sobre os conceitos de estabilidade, Democracia e democratização, e sobre a noção do golpe de Estado. Além disso, serão também brevemente apresentados dois aspetos importantes da lente meta teórica selecionada: o Construtivismo.

### O conceito de estabilidade política

Segundo Sven Ove Hansson e Gert Helgesson (2003) a estabilidade é um conceito transversal a várias áreas de investigação, assumindo por isso vários significados e apresentando-se através de inúmeros sinónimos (dependendo da disciplina e do significado que se pretende). Deste modo, a estabilidade pode significar constância, robustez ou resiliência. No primeiro caso, a estabilidade seria entendida como a permanência de algo sem que se verifiquem alterações, ou verificando-se alterações mínimas. No segundo caso, a estabilidade existe quando algo é submetido a perturbações, mas esse algo permanece igual ao seu estado anterior à perturbação em causa. Finalmente, no que diz respeito à resiliência, esta aplica-se quando após a verificação de perturbações, o fenómeno/objeto em estudo é capaz de voltar ao seu estado primário inicial de forma completa ou quando este consegue atingir uma configuração quase igual à sua forma inicial sendo as diferenças entre estes dois estados muito ínfima (Hansson & Helgesson, 2003, pp. 219-222). Os mesmos autores referem que a estabilidade relaciona-se então com a ideia de homeostasia e equilíbrio (Hansson & Helgesson, 2003, p. 231).

Em termos políticos a estabilidade pode ainda ser entendida enquanto a “(...) regularidade do fluxo de interações políticas. Quanto mais regular for o fluxo de interações políticas, mais estabilidade [existe].”, mas para que o fluxo mencionado seja regular, é necessário que não viole o ordenamento jurídico nacional pois este é a maior autoridade no que concerne à definição daquilo que é ou não regular ou irregular (Ake C. a., 1975, pp. 273-274). Por outras palavras,

Um sistema político é dito estável quando as interações, isto é, os inputs e outputs entre as suas unidades componentes (mínimas e complexas) e entre si (o sistema) e o seu ambiente são regulares o suficiente para tornar possível a persistência do padrão estrutural principal do sistema. – (Ake C. b., 1967, p. 98)

O autor esclarece, de seguida, que para se verificar a regularidade do fluxo (anteriormente mencionado), é necessário que este se enquadre naquilo que constitui o sistema de crenças comuns daquilo que é ou não legítimo<sup>1</sup> (Ake C. b., 1967, p. 98).

Ainda nesta lógica, Leon Hurwitz avança com a análise das principais correntes de interpretação deste conceito, analisando os pontos de vista de alguns dos autores/académicos que se debruçaram sobre cada uma das vertentes. De forma sumária, a estabilidade política é geralmente definida enquanto: ausência de violência, longevidade governamental, existência de uma ordem constitucional legítima, ausência de alterações estruturais, ou um atributo social multifacetado. A primeira interpretação refere-se, como o nome indica, à ausência de violência visível – aquilo que Johan Galtung denomina como paz negativa<sup>2</sup> –, mas é uma visão que generaliza a violência e reduz a estabilidade a apenas um único elemento<sup>3</sup>. A segunda interpretação tem por base o tempo de governação dos regimes, compreendendo qualquer alteração na liderança enquanto instabilidade política (incluindo a transição pacífica via eleições). A terceira assenta não apenas na “ausência de fenómenos negativos, mas também na presença de apoio [popular] positivo e aceitação” do “sistema político e *outputs* do sistema” (Hurwitz, 1973, p. 455). Contudo, o autor acredita que o conceito de legitimidade é “vago” no sentido em que não tem uma definição única e concisa. No que diz respeito à quarta interpretação do conceito de estabilidade política, esta vai ao encontro da visão de Claude Ake sobre a regularidade das interações políticas. Isto porque também se baseia na continuidade do padrão político face a eventuais adversidades ou pressões. Porém, esta lógica mostra-se ineficaz para definir a estabilidade sendo que uma “alteração estrutural” pode ser qualquer fenómeno entre uma mudança de regime e “(...) manifestações políticas menores e rearranjos institucionais (...)” (Hurwitz, 1973, p. 457), o que se torna demasiado ambíguo (ou seja, um sistema/Estado pode ser apenas estável ou instável do ponto de vista político). A última interpretação tenta sumariar as restantes englobando diferentes variáveis para definir a estabilidade política, mas o autor considera que estas não são devidamente aplicadas

---

<sup>1</sup> O conceito de legitimidade e a sua relação com a regularidade serão posteriormente explanados.

<sup>2</sup> O conceito de “paz negativa” de Johan Galtung refere-se à ausência de violência visível numa sociedade, o que significa que apesar de ser invisível, a violência cultural e a violência estrutural perduram. Recomenda-se a leitura do artigo “Violence, peace, and peace research” de Johan Galtung.

<sup>3</sup> *Id est*, a ideia de estabilidade é centrada no conceito de violência como um todo (abrangendo vários níveis e formas de violência).

havendo uma confusão entre as que devem explicar o conceito e as que devem ser usadas para expor resultados apenas (Hurwitz, 1973, pp. 449-459)<sup>4</sup>.

Neste sentido, Keith M. Dowding e Richard Kimber adicionam uma sexta interpretação: a estabilidade enquanto um padrão comportamental. Dowding e Kimber baseiam a sua investigação na premissa de que “(...) a estabilidade política não é um conceito abstrato, refere-se à estabilidade de facetas particulares da sociedade – aquelas que formam o sistema político e as suas partes componentes” e esclarecem que a estabilidade política é:

(...) uma espécie de estabilidade, e por isso conceptualmente relacionada com outras formas de estabilidade. [A] ‘estabilidade’ torna-se ‘estabilidade política’ quando aplicada a um objeto político. Portanto, o seu significado completo não pode ser compreendido apenas em termos de outros conceitos políticos. – (Dowding & Kimber, 1983, p. 236)

Por outras palavras, os autores pretendem formular uma interpretação que não sirva apenas para definir a estabilidade de um sistema político, mas também a estabilidade de um governo, regime ou instituição. Adicionalmente, Dowding e Kimber esclarecem que “(...) a estabilidade política é o estado no qual um objeto político existe quando tem a capacidade de prevenir que as contingências forcem a sua não sobrevivência”, mas alertam também para o seguinte:

Em vários instantes, a entidade política cuja estabilidade [é analisada], tem aquilo que seria [apelidado] de ‘duração de vida natural’. (...) Nós tomamos como axiomático que qualquer governo, diga-se, que cessa [a sua existência] no final deste período não pode por essa razão ser acusado de instabilidade. [Este] desfecho deve ser interpretado como normal (...). – (Dowding & Kimber, 1983, p. 237)

Mantendo isso em mente, Dowding e Kimber afirmam que “a sobrevivência de qualquer objeto político consiste na continuidade daqueles elementos através dos quais o objeto é identificado” pois “os elementos necessários para continuidade [do objeto político] são aqueles elementos através dos quais podemos reconhecer a entidade cuja estabilidade estamos a considerar, e essa continuidade desses elementos constitui sobrevivência”. Perante uma ameaça, as componentes do sistema/objeto político enfrentam-na diretamente ou alteram alguns dos elementos que se encontram sob ameaça, de forma a salvaguardar as componentes identificadoras do objeto. Caso contrário – isto é, se os elementos identificadores forem ameaçados e precisarem de

---

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão destas ideias, recomenda-se a leitura do artigo referenciado; (Hurwitz, 1973).

mudança – o objeto político é classificado como instável. Deste modo, um objeto político apenas poderá ser estável ou instável, não havendo propriamente graus de estabilidade ou termos de comparação (da estabilidade) entre dois objetos. Cada objeto é inserido num contexto específico com características, recursos (de combate às ameaças) e até mesmo ameaças distintas. A única comparação possível é entre contextos e não objetos políticos, podendo dizer que um dado objeto é mais ou menos propenso a superar uma dada ameaça do que um outro objeto, mas nunca que um objeto é mais estável do que outro (Dowding & Kimber, 1983, pp. 236-240).

Para ajudar à compreensão da questão dos elementos identificadores de um objeto, atente-se ao exemplo de Yascha Mouk:

Há muito que pensamos que liberalismo e democracia constituem um conjunto coeso. (...) porque cada componente do nosso sistema político parece necessária para proteger a outra. Existem boas razões para rezear que a democracia liberal não consiga sobreviver se um dos seus elementos for abandonado. (...) isto sugere que as liberdades individuais e a vontade popular andam a par (...). Mas o facto de um sistema funcional necessitar dos dois elementos (...) não significa que um sistema que tenha ambos seja necessariamente estável. (...) a democracia sem liberdades [pode degenerar na] tirania da maioria. Por outro lado, (...) um sistema de liberdades sem democracia [torna-se um recreio para bilionários e tecnocratas e exclui] o povo de um número cada vez maior de decisões importantes. – (Mounk, 2018, pp. 11-12)

Para efeitos desta investigação será utilizada a interpretação do conceito de estabilidade estabelecido por Dowding e Kimber uma vez que não assenta numa análise monométrica, é transversal a vários objetos políticos e é, de certo modo, objetivo, podendo sempre naturalmente – e como os próprios autores admitem – haver alguma subjetividade no reconhecimento dos elementos identificadores do objeto em estudo. No caso de Sahel esta interpretação mostra-se ainda mais adequada porque os Estados partilham efetivamente elementos contextuais, como será posteriormente demonstrado, mas não apresentam as mesmas dinâmicas internas. Portanto, relativamente à estabilidade no Sahel, propõe-se uma análise da estabilidade da Democracia nos diferentes contextos nacionais.

## Os conceitos de Democracia e democratização

À semelhança da estabilidade, a Democracia também é um conceito amplo e complexo no que concerne a sua definição. A sua evolução tem sido marcada por vários momentos históricos que salientaram aspetos diferentes, seja por uma questão de utilidade para o discurso empregue no alcance de certos objetivos, seja por uma questão de

contexto e era histórica em que uma nova vertente de interpretação deste conceito surgia. Atualmente, a Democracia continua a ser, de certo modo, um *umbrella term* para regimes políticos que, apesar de terem algumas variações partilham um conjunto de valores e princípios.

Com efeito, do ponto de vista histórico, Bernard Crick debruça-se sobre a evolução da Democracia. O autor analisa a origem do conceito, entre o 5.º e o 4.º século a.C. na Grécia Antiga, observando que a *Demokratia* era essencialmente o “governo do povo”. Os cidadãos de uma *polis*, isto é, de uma cidade-Estado, tinham o direito de expressar as suas opiniões, serem ouvidos e consultados em matérias de “interesse comum”, ou seja, estes tinham uma participação direta na vida política. O pilar da Democracia era a liberdade, e esta, por sua vez, incluía a liberdade política (de participar na tomada de decisões<sup>5</sup>) e a liberdade privada (de viver a vida consoante as vontades individuais de cada um). Mais, a igualdade política era também importante, na medida em que viabilizava a liberdade. Todavia, Platão acreditava que apenas “aqueles com conhecimentos filosóficos sobre a natureza real das coisas seriam adequados para governar”, acreditando que a Democracia seria uma forma injusta de permitir que a *polis* fosse governada com base em opiniões e não em conhecimento. Deste modo, Aristóteles propôs uma nova forma de governação definida como “(...) os poucos governam com o consentimento dos muitos (...)”. Por outras palavras, este foi o momento em que se teceram as bases para a Democracia representativa (Crick, *The pleace from where we started*, 2002, pp. 14-17).

De seguida, Crick refere outros momentos históricos que contribuíram para a evolução da Democracia. O republicanismo, por exemplo, é mencionado por corroborar a importância de um “governo misto” e do “dever cívico”, isto é, “(...) para preservar o [Estado] através do tempo, [o] poder [estatal] deve ser alastrado (...)” pois “[o] poder do povo é grande e precisa de ser incorporado através da concessão de uma parte numa constituição equilibrada (...)” de modo a “(...) assegurar o apoio [das massas] (...)” na defesa do Estado. Aliás, esta ideia baseia-se no pensamento de Maquiavel e no seu argumento de que o poder de um Estado é maior quando tem o apoio da sua população e essa população expressa o apoio através da defesa (militar) do Estado, mas o mais importante é que o conflito entre as elites possa ser institucionalizado pois é a única forma de assegurar a participação política e consequentemente a sobrevivência do Estado. Portanto, trata-se de adicionar uma nova dimensão à liberdade que Crick categoriza como pilar da democracia, nomeadamente o dever. A liberdade política já não é apenas um direito, mas sim um dever (Crick, 2002, pp. 34-38).

---

<sup>5</sup> Isto é indicador da importância da liberdade de expressão tanto nos espaços públicos, como nos espaços privados.

A Revolução Francesa, por sua vez, foi sumamente importante no sentido de substituir o significado elitista de “cidadania” por uma compreensão mais abrangente que a define como um direito inato das pessoas. A soberania popular tem também a sua base nesta revolução, apoiada no lema da “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” onde a “(...) liberdade era primariamente liberdade da coroa, da aristocracia, e da Igreja (...)”, “(...) [a] igualdade não era igualdade económica, mas era igualdade de status enquanto cidadãos”, e a fraternidade era um sentimento de partilha de objetivos e valores. Nesta ordem de ideais, consegue-se verificar uma evolução da Democracia para a garantia de mais liberdades políticas, uma descentralização crescente do poder, juntamente com uma maior integração da população na vida política – sobretudo através do alargamento do próprio conceito de cidadania –, e de certa forma uma responsabilização gradual do próprio povo – não apenas pela sua participação na vida política, mas também pela concessão da sua autoridade ao Estado (como será exposto na próxima secção deste capítulo) (Crick, 2002, pp. 51-56).

Em termos mais atuais, continua a existir uma panóplia de definições que pretendem fazer um enquadramento mais institucional, procedimental ou normativo da Democracia. Philippe Schmitter e Terry Lynn Karl, por exemplo, reconhecem esta diversidade de interpretações e acreditam que a sua origem está na inclinação político-partidária dos regimes e na própria sociedade, que molda a Política consoante as suas necessidades e objetivos. Contudo, os autores destacam algumas características principais da Democracia, nomeadamente os governantes, a “dimensão pública”, os cidadãos, a competição, as eleições, a cooperação, e a representatividade. Por outras palavras e de forma sumária, numa Democracia têm de existir governantes legítimos, uma “dimensão pública” que assegure o poder executivo, o poder legislativo e o poder judicial, e cidadãos. Estes últimos competem através de “fações políticas”<sup>6</sup> que se baseiam na cooperação dos atores políticos, de forma a, através de eleições, escolher representantes (direta ou indiretamente), sem os quais “(...) [nenhuma Democracia] poderia sobreviver (...)”, mas que têm impescindivelmente de ser responsabilizados pelas suas ações (Schmitter & Karl, 1991, pp. 75-80).

Joseph Schumpeter também destaca a importância do ato eleitoral. Na verdade, este nega a premissa de que a Democracia centra-se na vontade da maioria. Segundo Schumpeter, “(...) não existe um único bem comum determinado com o qual todas as pessoas possam estar de acordo ou possam [ser convencidas] por força de um argumento racional” (Schumpeter, 1976, p. 251). Nestas duas interpretações a Democracia tem um

---

<sup>6</sup> Entendam-se partidos políticos.

teor mais procedimental focando nas características através das quais ela acontece e é materializada na e pela sociedade.

Do ponto de vista institucional e normativo, Larry Diamond reconhece que a Democracia é a melhor forma de governação na medida em que o ato eleitoral implica a garantia de direitos políticos, a inclusão dos cidadãos na vida política – dando-lhes a oportunidade de escolher os seus representantes – e a responsabilidade e responsividade destes últimos. Todavia, “(...) a responsabilidade dos governantes para com os governados e a responsividade do governo aos diversos interesses e preferências dos governados são bens essenciais”, já as instituições e o quadro normativo da Democracia são muito mais importantes porque limitam e regulam a ação estatal. O autor exemplifica isto com base no uso de força dos Estados. As Democracias consolidadas têm muito menos probabilidade de resolver as suas disputas usando a força porque existem restrições institucionais e normativas às decisões que os governantes podem tomar. Aliás, o grau de democratização é fulcral nesta equação; quanto mais consolidada é a Democracia, maior será a tendência para resolver os seus conflitos recorrendo a mecanismos diplomáticos e pacíficos através de meios institucionais e de acordo com os quadros normativos à sua disposição (Diamond, 1999, pp. 2-5).

Ainda relativamente à visão normativa, Amartya Sen também rejeita o argumento de que a Democracia baseia-se no bem comum sendo que “(...) insistir no conforto mecânico de ter apenas um ‘bem’ homogéneo seria negar a nossa humanidade enquanto criaturas racionais”, mas também acredita que “(...) apesar de precisarmos reconhecer a importância das instituições democráticas, estas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. O seu uso é condicionado pelos nossos valores e prioridades (...)” (Sen, 1999, p. 77;158). Mais,

Debates públicos e discussões, permitidas pelas liberdades políticas e direitos civis, podem também ter um papel significativo na formação de valores. (...) A força da discussão pública não [se correlaciona apenas com a] democracia (...), mas a sua cultivação também pode fazer com que a própria democracia funcione melhor”. – (Sen, 1999, p. 158)

Ou seja, admite uma maior importância das normas, isto é, dos valores sociais e dos direitos e liberdades políticas baseando-se na premissa de que são os cidadãos que moldam a sociedade através das suas escolhas, dos seus valores e da própria discussão entre estes.

Aproveitando este raciocínio atente-se aos princípios democráticos basilares. Por um lado, Adam Przeworski traz uma visão relativa, dizendo que estes oscilam consoante a

interpretação do conceito de Democracia. Quando a interpretação desta é minimalista (institucional), o valor central assenta na liberdade política (de eleger e remover os representantes). No entanto, quando a Democracia é interpretada de forma maximalista (normativa), os valores democráticos passam a ser todos aqueles que a sociedade pretende alcançar como um todo (Przeworski, 2024). Na verdade, Robert Dahl corrobora esta última ideia porque na sua visão, para a Democracia se materializar, é necessário transformar os valores sociais em critérios que a possibilitam. Isto é, primeiro, deve haver uma participação efetiva no sentido em que devem existir oportunidades adequadas e iguais de participação para todos os cidadãos. Segundo, a escolha e os votos de todos os cidadãos devem ter o mesmo peso na “(...) determinação de resultados nas etapas decisivas (...)” de forma a assegurar a “igualdade eleitoral” no momento de escolha dos representantes. Terceiro, os cidadãos devem ter acesso a diversas fontes de informação, e oportunidades educacionais que possam contribuir para o fomento da sua cultura política, juntamente com a transparência governamental e o respeito e garantia da liberdade de expressão. Finalmente, Dahl menciona também a importância do controlo da agenda pelos cidadãos na lógica de que “[a] *demos* deve ter a oportunidade exclusiva de decidir como as matérias farão parte da agenda de temas que serão decididos através do processo democrático”. Por outras palavras, é necessário que a igualdade política dos cidadãos seja materializada através da possibilidade de influenciar a agenda política do seu Estado, e neste processo as crenças e os objetivos coletivos da população passam a constituir os princípios base da Democracia (Dahl, 1989, pp. 106-114).

Na sua obra subsequente - *Polyarchy: Participation and Opposition* – Dahl vai mais além neste raciocínio “democrático” e analisa a Democracia na prática, ou seja, incide sobre as garantias institucionais necessárias (Anexo V) para a Democracia existir, nomeadamente a formulação e sinalização de preferências por parte dos cidadãos, e a consideração destas em sede governamental (Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*, 1971, pp. 2-3). Ainda assim, o mesmo relembra que os valores, as premissas e os critérios que justificam a Democracia não são absolutos, nem objetivos, dependendo unicamente da sociedade como um todo e dos cidadãos como agentes unitários cujas vontades e/ou necessidades ajustam a Democracia à *demos* na qual se inserem (Dahl, 1989, pp. 101-103).

Atendendo, contudo, à dificuldade em definir o conceito de Democracia – pela subjetividade dos próprios pilares – é mais esclarecedor afirmar que “(...) [a] Democracia é melhor definida por aquilo que não é: [uma] autocracia”. *Ergo*, se utilizarmos a ideia do *continuum* político<sup>7</sup>, estes dois sistemas encontram-se nas extremidades opostas do mesmo (Figura 2). O único aspeto que distingue os vários sistemas que se situam nesta



Figura 2 - Continuum político. Retirado de (Matos, 2014, p. 80).

linha é o grau de democratização dos mesmos (ou a sua ausência) (Matos, 2014, pp. 79-80; Jagers & Gurr, 1995, p. 469). Como tal, embora o conceito de democratização seja também contestado, importa trazê-lo para a discussão e procurar entendê-lo.

De forma sumária, a democratização é um processo que compreende três fases: a liberalização, a transição e a consolidação democrática (Matos, 2014, p. 82). Para O'Donnell e Schmitter, a liberalização é “(...) o processo de efetivar certos direitos<sup>8</sup> que protegem tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou terceiros”. Para estes direitos e liberdades serem institucionalizados – de forma a desencorajar e evitar a sua violação ou até mesmo o seu afastamento – é necessário que a sua implementação seja gradual e que, de certo modo, não seja interpretada como uma ameaça ao regime. Depois, no que diz respeito à transição esta pode, na verdade, ser percebida de duas formas. A primeira é um sinónimo do processo de transição como um todo, isto é, da transformação de um regime político para outro sem assumir necessariamente este sentido de transição democrática. Em definição este tipo de transição seria a: “(...) dissolução de um regime autoritário [e] a instalação de alguma forma de democracia, o retrocesso para alguma forma de governo autoritário, ou a emergência de uma alternativa revolucionária”. Porém, o segundo significado de “transição” – e o que se adequa à interpretação supra descrita –, coincide apenas com o final do regime autoritário e a emergência de um regime democrático. Nesta lógica, a transição representa um “(...) intervalo entre um regime político e outro”. É um período de instabilidade marcado pela contestação das normas do sistema político, pela tomada de decisões essenciais ao novo regime e, conseqüentemente por uma grande dificuldade em representar os interesses coletivos, tendo em conta a incerteza do lugar que cada “grupo

<sup>7</sup> Para um melhor entendimento desta ideia recomenda-se a leitura dos artigos referenciados; (Jagers & Gurr, 1995; Matos, 2014).

<sup>8</sup> Como por exemplo a liberdade de expressão e o direito à associação política (O'Donnell & Schmitter, 1986, p. 7).

de interesses” ocupa na arena política e, conseqüentemente o seu poder de influência. Regra geral, este é também o momento em que as primeiras eleições livres, justas e transparentes ocorrem (O'Donnell & Schmitter, 1986, pp. 6-7). Por fim,

(...) a consolidação seria o processo que se segue ao estabelecimento de um regime democrático e que consiste em ‘transformar os arranjos acidentais, [as] normas prudentes, e [as] soluções contingentes que emergiram durante [a fase de] transição em instituições, i.e. em relações que são (...) reconhecidas, previstas regularmente e aceites normativamente’. – (Matos, 2014, p. 100)

Em suma, a democratização é o processo que transforma gradualmente um regime político em Democracia – podendo esta ser mais ou menos consolidada. Porém, é importante reter também que a fase de transição democrática marca a passagem de uma Autocracia para uma Democracia, normalmente através da organização de eleições. Portanto, o ato eleitoral – viabilizado pela garantia e salvaguarda prévia de direitos e liberdades fundamentais – é a condição mínima para uma Democracia existir. À medida que a institucionalização do novo conjunto de normas e valores que caracterizam a sociedade (democratizada) acontece, consolida-se também a Democracia.

## A noção do golpe de Estado

Apesar de existirem vários momentos na História ainda “Desde os tempos bíblicos” que podem ser interpretados como golpe de Estado, assim com referiu Marcin Konarski em *Legal Security and Coup d'État – Historical and Modern Perspectives* (Konarski, 2017, p. 39), a verdade é que a primeira referência do conceito foi feita apenas em 1639 por Gabriel Naudé na sua obra *Considerations politiques sur les coups d'État* (Fyodorov & Kliuchko, 2018, p. 900; Frosini, 2000, p. 1). Enquanto conceito, a noção de golpe de Estado está intrinsecamente ligada à própria noção de Estado. Desta forma, à medida que o pensamento político foi evoluindo e que a ideia do Estado Moderno foi tornando-se mais robusta, o golpe de Estado foi também ele entendido de forma diferente. Antes do século XVII havia uma confluência entre a figura do líder estatal e o próprio Estado, o que fazia com que o golpe de Estado, sendo perpetrado pelo monarca, não fosse interpretado como um ato exterior à dimensão jurídica, mas sim como um ato necessário à redefinição do poder. O monarca não respondia pela sua ação pelo que a sua identidade compreendia as instituições políticas das quais se apoderava, mas estas não definiam a essência da sua

individualidade<sup>9</sup> (Bartelson, 1997, pp. 324-325). A principal diferença (e a que se mostra mais pertinente para esta investigação) entre esta definição clássica do golpe de Estado e a sua definição moderna, é precisamente o facto de o golpe de Estado passar a ser um ato ilegítimo – já que a figura do chefe de Estado é separada do próprio Estado e o ato de usurpação de poder é extrajudicial não se tratando apenas da redefinição do poder como anteriormente mencionado – e conseqüentemente ganhar uma conotação mais negativa ao longo do tempo<sup>10</sup> (Nigro, 2013, p. 73). Como tal, para efeitos deste trabalho, importa destacar três aspetos fundamentais: (1) a definição de golpe de Estado (que será repartida), (2) a sua legitimidade e (3) os seus impulsionadores.

Relativamente ao primeiro ponto, o golpe de Estado pode ser definido como uma forma de instabilidade política resultante da substituição da liderança do Estado por via da força e por um grupo que também ele faz parte do aparelho de Estado<sup>11</sup>, sem o envolvimento ativo das massas<sup>12</sup>, e com uma “aplicação cirúrgica” de violência<sup>13</sup> podendo ou não envolver algumas mortes<sup>14</sup> (Harvey, 1994, p. 235; Konarski, 2017, p. 35; Bodea, Elbadawi, Powell & Thyne, 2011, p. 251 & Houle, 2017, pp. 539-540). Além disso, Edward Luttwak e Marcin Konarski analisam a agência dos atores que executam o golpe de Estado. O primeiro autor refere que os perpetradores “[pertencem e operam] na área externa do Governo, mas [continuam a fazer parte do] interior do Estado – a área formada pelo “serviço civil profissional permanente”, ou seja, funcionários públicos<sup>15</sup>, as Forças Armadas e a Polícia” (Luttwak, 2016, p. 2). Já o segundo, esclarece a identidade destes agentes segundo a Teoria das Elites<sup>16</sup>, dizendo que “um golpe de Estado (...) [é] executado por indivíduos ou grupos que pertencem (...) à elite [política] (...) em aliança com as Forças Armadas, cujos membros frequentemente [assumem a liderança] do golpe de Estado” (Konarski, 2017, p. 35). Nesta ordem de ideias, os perpetradores podem ser entendidos como sendo parte da liderança do Estado ou das Forças Armadas e Forças de Segurança podendo-se tratar de indivíduos que formam as instituições políticas do Estado, militares ou agentes de segurança pública<sup>17</sup>. Por outras palavras, são pessoas que conseguem

---

<sup>9</sup> Esta ideia poderá ser melhor compreendida através da consulta do artigo referenciado – *Research Note: The pre-history of the coup d'état* de A. D. Harvey.

<sup>10</sup> Esta ideia poderá ser melhor compreendida através da consulta do artigo de Fyodorov e Kliuchko: *Coup d'État at the Age of Formation of the Early Modern State*, e do artigo de Robert Nigro intitulado: *Quelques considérations sur la fonction et la théorie du coup d'État*, que se encontram referenciados.

<sup>11</sup> Por *aparelho de Estado* entende-se “(...) o conjunto de instituições e organizações através do qual o poder estatal é exercido” (Clark & Dear, 2020, p. 45).

<sup>12</sup> *Id est*, sem que as massas estejam efetivamente a combater junto dos perpetradores, pois apesar de estas não assumirem um papel ativo na execução do golpe de Estado, como supramencionado, é importante perceber que têm um papel essencial na legitimação do regime instaurado, como será visto adiante.

<sup>13</sup> *Id est*, violência não generalizada como no caso de uma guerra civil ou revolução.

<sup>14</sup> Edward Luttwak refere ainda que uma outra característica dos golpes de Estado seria a sua “falta de orientação política”, na medida em que não é certo que a substituição forçada de poder seja executada de modo a instaurar um governo mais “à esquerda” ou mais “à direita” do espetro político (Luttwak, 2016, p. 11).

<sup>15</sup> *Id est*, o equivalente a técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais em Portugal.

<sup>16</sup> Para uma melhor compreensão desta Teoria, recomenda-se a leitura do artigo *Elite Theory* de Claudia Mariotti.

<sup>17</sup> *Ad exemplum* agentes da Polícia.

provocar uma “metamorfose da estrutura do Estado [e] da sua *raison d’être*” (Frosini, 2000, p. 8).

Findada a definição do golpe de Estado enquanto fenómeno político, procede-se então à sua definição enquanto exceção usando a distinção de Bartelson entre a “dimensão regular” e a “dimensão excepcional”<sup>18</sup> da Política às quais o autor atribuiu a legitimidade e o golpe de Estado, respetivamente (Bartelson, 1997, pp. 326-327).

A excecionalidade do golpe de Estado não se deve apenas ao seu carácter irregular, mas também à sua ilegitimidade. Ou seja, se a regularidade for admitida como sendo a norma onde os regimes são estáveis do ponto de vista político, económico, securitário e social, então a irregularidade pode ser entendida enquanto um momento de rutura do padrão dessa mesma regularidade. Como tal, a irregularidade é marcada por exceções à norma, mas estas não pertencem sempre ao campo da ilegitimidade. Considere-se o seguinte; de uma forma ligeiramente abstrata, se o *status-quo* de um regime for dividido num gráfico de quadrantes que representam o cruzamento entre a legitimidade/ilegitimidade e a regularidade/irregularidade como se observa na Figura 3, o

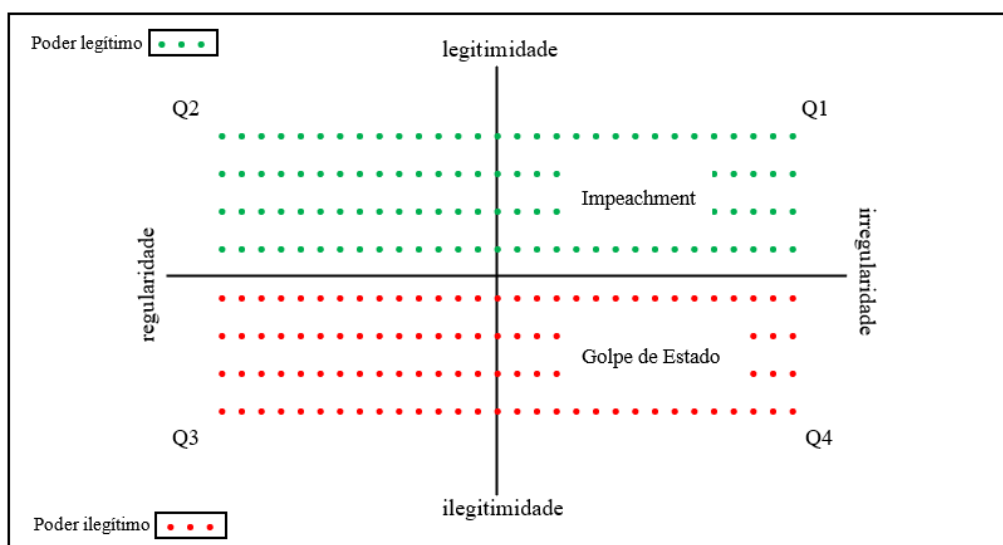


Figura 3 - Status-quo de um regime.

golpe de Estado será uma particularidade do quarto quadrante (Q4), enquanto um *impeachment* (por exemplo) poderá ocupar o primeiro (Q1). Ambos fenómenos pertencem à dimensão irregular – por não se enquadrarem na norma da regularidade e romperem com o padrão desta –, mas apenas o golpe de Estado é ilegítimo (neste caso)<sup>19</sup> pois trata-se de uma apropriação dos órgãos de soberania, e consequentemente da soberania do

<sup>18</sup> Que é posteriormente referida como “dimensão irregular” segundo aquilo que será ainda exposto.

<sup>19</sup> Se necessário à compreensão do gráfico, o regime estável político, económica, securitária e socialmente hipotético suprarreferido poderia ser encaixado no segundo quadrante (Q2). Contudo, não foram encontrados exemplos para o terceiro quadrante (Q3), servindo apenas como um elemento meramente teórico de completitude, sem evidência empírica.

Estado, de forma ilegítima, já que na Democracia existem meios ordinários (eleições) e extraordinários (referendo) de alteração da liderança (Fyodorov & Kliuchko, 2018, p. 903). Torna-se então importante perceber o que é a legitimidade.

De acordo com o conceito de Poder Constituinte<sup>20</sup> - que Loughlin entende como tradução do direito político de a Constituição representar o reflexo da autoridade máxima<sup>21</sup> através do exercício da soberania popular por parte do povo (Loughlin, 2014, pp. 221-229) – e tal como se observa na Figura 4, num Estado democrático o poder emana do povo

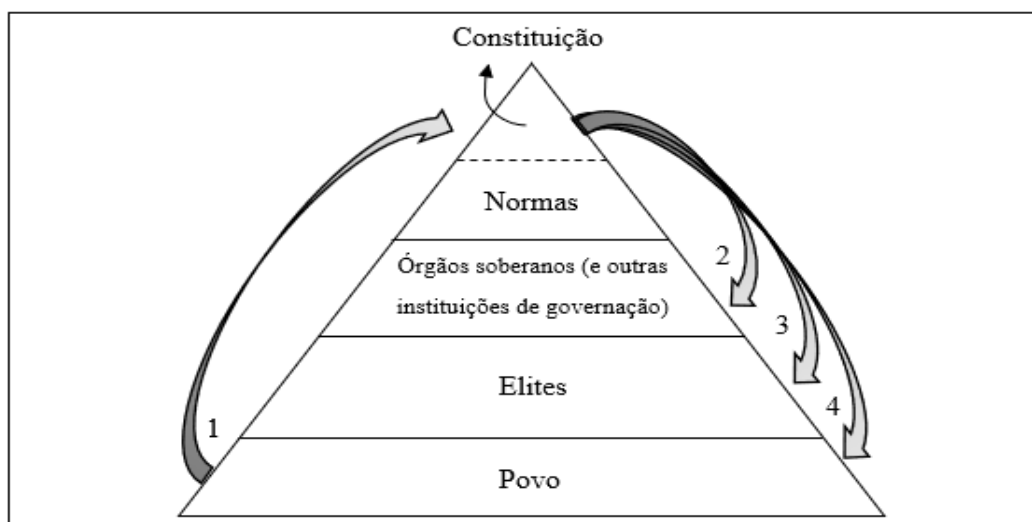


Figura 4 - Representação da Soberania Popular e do Poder Constitutivo.

que, através da soberania popular, legitima a autoridade da Constituição para indicar a organização institucional e a forma de governar o Estado (1). Por sua vez, a Constituição, através da autoridade refletiva, provê os demais órgãos soberanos com soberania para exercer as suas funções específicas (2). Estas entidades – que Loughlin refere enquanto “constituídas” (de autoridade) – são então formadas por diversas elites (3), que se sobrepõem hierarquicamente e conseguem exercer a sua autoridade sobre o povo (4).

Assim, compreende-se que a legitimidade emana da soberania popular, isto é, do povo. *Ergo*, a atribuição de Bartelson da legitimidade à dimensão regular prende-se com este nexos entre regularidade, legitimidade e soberania popular. O padrão da regularidade é formado por elementos legitimados pelo povo e a soberania é o fator comum entre a legitimidade/ilegitimidade e a regularidade/irregularidade. Isto na medida em que, se por um lado a soberania estatal reflete a soberania popular em que se baseia a legitimidade, por outro ela é a manifestação do poder e autoridade máxima num Estado, e por consequência também aquilo que se pretende alcançar através do golpe de Estado (como

<sup>20</sup> Este conceito pode ser melhor compreendido através da leitura do artigo intitulado como *The Concept of Constituent Power* de Martin Loughlin, que se encontra referenciado.

<sup>21</sup> *Id est*, o povo.

anteriormente referido). Portanto, de uma forma mais sucinta e esquematizada (Figura 5), a legitimidade de um regime depende de dois principais fatores: o apoio popular e a legalidade do próprio regime (Uddin, pp. 15-17).

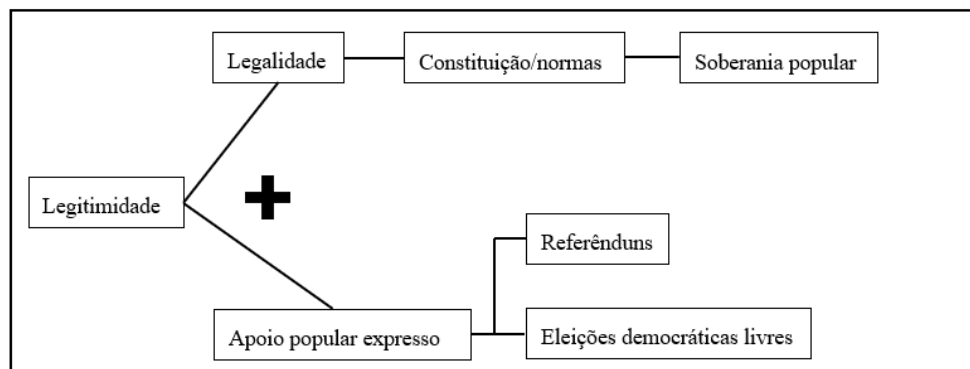


Figura 5 – Legitimidade.

Relativamente a este último fator, é importante salientar a diferença entre a legitimidade e a legalidade. Apesar de a legitimidade ter origem na soberania popular, “(...) um governo não é legítimo porque as pessoas acreditam que assim o é, mas sim porque é possível justificar [a sua legitimidade] com base nas suas crenças”. “Um governo é legítimo na medida em que se conforma com as normas legais, e essas normas legais representam crenças e valores partilhados do povo, e o povo expressou o seu consentimento para esse efeito” (Uddin, p. 16), o que leva David Beetham a concluir que:

A legitimidade de qualquer regime político assenta, (...) [numa] fonte de autoridade fidedigna [– que pressupõe o respeito às normas de acesso ao poder previstas pela Constituição], (...) [na] capacidade de alcançar os objetivos que o governo precedente não conseguiu [e] (...) nos mecanismos para a expressão regular de consentimento. – (Beetham, 1991, p. 234)

Beetham sustenta ainda que a “legalidade constitui apenas uma dimensão da legitimidade” que “é necessária, mas não uma condição suficiente para [a legitimidade se verificar]” (Beetham, 1991, p. 57). Significa, portanto, que a legalidade é referente apenas à abrangência (ou não) de um dado fenómeno pela Lei, mas não se pode descuidar o facto de a própria Lei refletir a vontade popular, isto é, a soberania popular.

Depois, relativamente ao apoio popular, Edward Luttwak afirma que “o golpe de Estado é, por definição, ilegal” (Luttwak, 2016, p. 201) pelo que se abstrai à legalidade e contesta a legitimidade em vigor<sup>22</sup>. Daí que os perpetradores procuram justificá-lo e

<sup>22</sup> *Id est*, rompe com o processo legítimo de ascensão ao poder e com a regularidade legitimada através da Lei e do apoio popular expesso.

legitimá-lo através da organização de eleições ou referendos, da defesa de uma ideologia, da elaboração de uma nova Constituição, e da invocação do patriotismo sempre que há um descontentamento geral com as condições políticas, económicas ou sociais precárias (Uddin, pp. 19-20). As eleições democráticas livres e os referendos não são, contudo, pilares da legitimidade por servirem de ferramentas de legitimação do poder por parte dos perpetradores, mas sim porque para além de constituírem formas quantificáveis de expressão do apoio popular, são (no caso das eleições em concreto) o primeiro momento de decisão política<sup>23</sup> em que os cidadãos escolhem os seus representantes de forma legítima indo ao encontro do conceito de soberania popular supra explanada. Isto é, as eleições e os referendos estão na base da legitimidade na medida em que representam a vontade dos cidadãos enquanto a autoridade máxima dentro de um Estado (Makarenko, 2015, p. 130). Do mesmo modo, apesar de os movimentos populares (principalmente os protestos) contra o regime em vigor serem uma forma de “apoio popular” suficiente para um golpe de Estado ser perpetrado, estes não constituem meios legítimos para (passando a redundância) legitimar o novo regime, precisamente porque trata-se de métodos não quantificáveis<sup>24</sup> que, segundo Tafadzwa Maganga e Jesus Casquete, servem para influenciar as autoridades estatais e a opinião pública de modo a obter uma aquiescência face a uma ideia ou exigência popular, mas à partida não conseguem reproduzir efeitos políticos concretos no período pós-eleitoral<sup>25</sup> (Maganga, 2020; Casquete, 2007, p. 48).

Luttwak reconhece ainda que um outro fator importante para a permanência destes novos regimes (instaurados através de um golpe de Estado) poderá ser o reconhecimento por atores externos (Luttwak, 2016, p. 203), como será posteriormente exposto.

Dentro da noção de golpe de Estado, existe um género ainda mais específico e que importa trazer para esta investigação: o golpe de Estado militar. Este subgénero partilha as mesmas características da noção geral de golpe de Estado com a particularidade de os perpetradores serem militares no ativo. Nas palavras de Charles Sampford, um golpe de Estado militar ocorre quando: “o exército, ou parte do exército, vira o seu poder coercivo contra o ápex do Estado, estabelecendo-se aí, e o resto do Estado recebe ordens do novo regime” (Sampford, 1991 em Hunter, Rutland, & King, 2020, p. 5).

Não obstante, Hunter, Rutland e King, assim como Koehler e Albrecht defendem que um golpe de Estado militar perpetuado por “senior officers” diverge muito de um golpe de

---

<sup>23</sup> Boris Makarenko explica que “Se a Política é sobre tomar decisões e implementá-las, as eleições são a primeira decisão [a tomar] (...)” (Makarenko, 2015, p. 130). Esta ideia e a importância das eleições em geral, pode ser melhor compreendida através da leitura do capítulo 7 intitulado como “The Role of Elections in Democracy” que se encontra na obra “Democracy in a Russian Mirror”, editada por Adam Przeworski.

<sup>24</sup> À exceção das petições.

<sup>25</sup> Isto devido à escassa participação da população na vida política. Todavia, para uma melhor compreensão desta questão, recomenda-se a leitura do artigo online “Youth Demonstrations and their Impact on Political Change and Development in Africa” (que se encontra referenciado), tendo em conta que este assunto em particular vai muito para além do objetivo desta investigação.

Estado militar perpetuado por “combat officers”. Fazendo parte da elite militar, regra geral, os primeiros ocupam um lugar importante na vida política dos Estados e têm acesso privilegiado a informações confidenciais que lhes permite uma melhor planificação do golpe de Estado e conseqüentemente um maior sucesso (Hunter, Rutland, & King, 2020, p. 6; Koehler & Albrecht, 2019, p. 12).

Com efeito, Singh vai mais além e divide os golpes de Estado militares em quatro categorias (atendendo aos postos militares). A primeira é alocada àqueles que foram perpetrados por “generais ou postos acima disso”, a segunda corresponde aos que foram levados a cabo por militares que se enquadram nos postos entre Major a Coronel, e a terceira diz respeito àqueles que foram feitos por todos os militares abaixo dos Capitães (inclusive). Singh reservou a quarta categoria aos golpes de Estado militares com agência mista (entre os postos) ou agência não identificada. De entre estas categorias, os golpes de Estado organizados por Generais ou postos acima foram os que registaram maior taxa de sucesso (68%) com 118/174 golpes de Estado perpetrados com sucesso (Singh, 2014, pp. 65-66). Todavia, isto não significa que os postos mais baixos – em termos de hierarquia militar – recorrem menos à usurpação do poder para alcançar a liderança do Estado. Na verdade, estes militares têm a vantagem de poder estabelecer uma maior proximidade com os seus subordinados, o que contribui positivamente para o sucesso das suas tentativas de golpe de Estado (Hunter, Rutland, & King, 2020, p. 6).

Para além da categorização de Singh, importa também trazer uma outra classificação. Alex Thomson (2004) agrupa os golpes de Estado militares segundo as intenções dos militares definindo três categorias: os *guardian coups*, os *breakthrough coups* e os *veto coups*.

Os *guardian coups* são essencialmente levados a cabo numa lógica salvar o Estado de um governo civil ineficiente. Os “guardiões” (entenda-se, militares) consideram ter um dever patriótico de tomar o poder das mãos do antigo regime, até serem eleitos novos líderes civis que tenham a capacidade de redefinir o cenário socioeconómico e político do Estado. À semelhança da categoria anterior, os *breakthrough coups* também pretendem findar um regime que é visto como prejudicial ou obsoleto. Todavia, este tipo de golpe de Estado militar tem um teor muito mais ideológico na medida em que não basta apenas mudar os líderes, mas sim o próprio tipo de regime. Thomson refere-se a estes golpes de Estado como “revolutionary break[s] from the past” e faz uma nota sobre o facto de estes serem mais frequentes em Estados com regimes “autoritários ou tradicionais”. Finalmente, os *veto coups* são praticados sempre que os interesses das Forças Armadas (ou parte destas) são visados. Os militares procuram retirar do poder quem constitui uma ameaça

ao seu *status* na estrutura do regime vigente, tomando o poder para si mesmos de forma a garantir essa mesma posição (Thomson, 2004, p. 134).

No que diz respeito à legitimidade dos regimes resultantes de golpes de Estado militares, Beetham menciona que a legitimação e consequente sobrevivência dos mesmos assenta exclusivamente no alcance dos objetivos do governo, ou seja, na performance, e acrescenta que:

A performance é tudo, e os alcances e capacidades do regime têm de ser desproporcionalmente aumentadas. Faltando-lhe qualquer título [/direito] para governar, o regime tem de afirmar as suas qualidades únicas para cumprir com o destino histórico do país. Faltando-lhe qualquer autorização por parte da nação, tem de estimular todo o sentimento nacionalista a seu favor. Faltando-lhe a manifestação do consentimento popular, as qualidades carismáticas do líder têm de ser repetidamente proclamadas – (Beetham, 1991, p. 235)

A obrigatoriedade de os novos líderes darem resposta às necessidades da população é, uma vez mais, um exemplo da importância do apoio popular na legitimação do novo regime, mas não apenas. De um modo geral, apesar de o golpe de Estado não admitir a participação (direta) por parte das massas, isto é, da população (ainda que seja possível), o apoio por parte da população é um fator importante para o sucesso deste tipo de mudança de regime tanto *a priori* como *a posteriori*. Numa primeira fase, é crucial que haja um sentimento partilhado de necessidade de mudança do governo para assegurar a inexistência de qualquer tipo de resistência, a celeridade e eficácia do próprio golpe de Estado. Após este, o apoio popular passa a ser importante para legitimar o novo governo<sup>26</sup> (Aslan & Ozkan, 2023, p. 893). Aliás, Yukawa, Hidaka e Kushima referem que no caso dos golpes de Estado militares, o apoio civil é duplamente mais importante. Qualquer governo militar instaurado por via de um golpe de Estado precisa de criar uma narrativa que justifique a sua ascensão ao poder perante a população nacional, mas que também seja capaz de convencer a comunidade internacional do seu mérito em “salvar” a população e o futuro do Estado (Yukawa, Hidaka, & Kushima, 2020, pp. 3-4; Roberts, 1975, p. 19), sob pena de gerar uma onda de protestos contra o regime militar instaurado que aumente a instabilidade que caracteriza este tipo de regimes (Brancati, 2014, pp. 1504-1506).

Ainda assim, é relevante lembrar que enquanto o apoio *a priori* é, de certa forma indireto ou até ideacional, o apoio *a posteriori* tem de ser expresso, o que na prática significa que apesar de a “performance [ser] tudo”, esta tem de incluir a organização de

---

<sup>26</sup> Marcin Konarski exemplifica esta questão falando no apoio que os sindicatos podem prestar seja no sentido de confirmar o desejo de mudança, ou no sentido de a impedir (Konarski, 2017, p. 42), enquanto que Cristina Bodea, Ibrahim Elbadawi e Christian Houle designam a “força da sociedade civil” como um fator crucial na determinação de um golpe de Estado (Bodea, Elbadawi, & Houle, 2017, p. 542).

eleições. Mais, no caso dos golpes de Estado militares, o ato eleitoral tem de representar a transição do poder para um governo civil por força do conceito de soberania popular. Isto é, uma vez mais, um regime é legítimo quando é eleito pela maior parte dos cidadãos e quando é legal. No entanto, um regime liderado por militares nunca alcançará esse *status* pois, os militares não são eleitos democraticamente para representar a população. Por outro lado, a própria Constituição – por força também da própria matriz do Estado Moderno – regra geral, obriga à subordinação do poder militar ao poder político<sup>27</sup> (Pantev, Ratchev, Tagarev, & Zaprianova, 2005, pp. 6-13).

No caso do continente africano essa subordinação não é sempre observada. Moses Khisa e Christopher Day falam numa “relação simbiótica entre a estrutura dos regimes políticos e a capacidade organizacional e coerciva das Forças Armadas” e consideram que as Forças Armadas ainda representam uma parte fulcral da política africana. Se na década de 1960 os militares eram vistos como libertadores (por conseguirem aplicar o poder coercivo) e mais tarde como modernizadores (por terem recebido formação nas metrópoles dos Estados colonizadores, no caso dos oficiais e, portanto, serem capazes de modernizar os seus Estados de origem), a partir desse período, as relações civil-militares passaram a depender do quadro político de cada Estado, mas também do seu ambiente securitário, no sentido em que:

Em alguns casos, a guerra tem catalisado a construção estatal e a transformação social com implicações significantes para as relações civil-militares, como por exemplo na Etiópia, no Ruanda e no Uganda. Em outros países, a maldição da guerra produziu um conflito cíclico e um papel corrosivo adjacente das Forças Armadas na vida civil, a República Democrática do Congo e a República Centro Africana são exemplos primários. – (Khisa & Day, 2020, p. 16)

Isto porque segundo os autores “(...) os militares fazem guerras, mas as guerras também fazem militares, e as guerras variam segundo uma miríade de dimensões sociais, políticas económicas” (Khisa & Day, 2020, pp. 2-9;16). Desta forma, torna-se necessário atender aos impulsionadores de um golpe de Estado.

Existe um conjunto de fatores<sup>28</sup> que podem motivar um golpe de Estado. No entanto, estes não constituem causas diretas. A probabilidade de um golpe de Estado suceder é

---

<sup>27</sup> Esta ideia está intrinsecamente ligada ao facto de o Estado ser o único que detém o monopólio do uso legítimo de força – como Max Weber refere na sua obra “A Política como Vocação” –, e à ideia do contratualismo de Hobbes. Adicionalmente, recomenda-se a leitura da própria obra referenciada (“Civil-Military Relations and Democratic Control of the Security Sector”, pp. 6-13) onde os autores explicam não apenas a forma como a Constituição garante, num Estado democrático, que as decisões em matéria de Segurança e Defesa são tomadas por civis, e que por sua vez esses representantes civis cooperam com os oficiais militares e das Forças de Segurança de modo a tomar decisões pertinentes e eficazes, mas também como é que a estrutura política estatal deve ser organizada de modo a garantir a legitimidade do regime.

<sup>28</sup> A partir deste ponto, estes fatores serão referidos como “impulsionadores” na medida em que têm um contributo sumamente importante para a ocorrência de um golpe de Estado, mas – tal como referido no corpo do texto – não são determinantes diretos, ou seja, não se traduzem imediatamente num golpe de Estado.

maior à medida que um maior número de complexidades económicas, sociais e políticas se verificarem, ou à medida que parte destas se maximizam, mas o que determina verdadeiramente a ocorrência de um golpe de Estado pode variar de acordo com os contextos estatais internos (Cebotari, et al., 2024, pp. 3-4).

Neste sentido, os primeiros impulsionadores a identificar dizem respeito a aspetos socioeconómicos. Elevadas taxas de inflação (Collier & Hoeffler, 2005, p. 16) e desemprego (Cebotari, et al., 2024, p. 4), juntamente com salários baixos (Blattman & Miguel, 2010, p. 45), numa sociedade maioritariamente jovem, onde o crescimento e desenvolvimento económico são reduzidos (Schiel, 2019, p. 4), resultam numa “(...) condição geral da população (...) caracterizada por doenças, iliteracia, altas taxas de nascimentos e óbitos, e fome periódica” (Luttwak, 2016, p. 21). Ainda segundo Luttwak, esta realidade resulta numa restrição da população que consegue efetivamente entender as dinâmicas da esfera política do seu Estado, comunicar as suas necessidades de forma eficaz ou ainda de se integrar em espaços que lhe permitam comunicar diretamente com ou fazer parte da liderança estatal, precisamente por não terem a instrução académica necessária para compreender essas dinâmicas ou alcançar certos cargos. Assim, “todo o poder, [e] toda a participação, [fica] nas mãos de uma elite educada reduzida”, e tratando-se de um número restrito de pessoas, a probabilidade de estas permanecerem neutras à substituição forçada do regime ou de serem favoráveis à mesma – devido a práticas de corrupção – é muito maior (Luttwak, 2016, pp. 21-26). Adicionalmente, a falta de investimento militar ou o aumento súbito do mesmo – numa lógica de *coup-proofing*<sup>29</sup> – por parte dos Estados que já se encontram em situações socioeconómicas frágeis, contribui também para o descontentamento generalizado da população, mas principalmente dos próprios militares (no primeiro caso), o que amplifica exponencialmente a probabilidade de um golpe de Estado (Collier & Hoeffler, 2005 in Cebotari, et al., 2024, p. 4).

Os segundos impulsionadores são, justamente, os fatores políticos. Um Estado cujas instituições políticas são frágeis<sup>30</sup>, que é profundamente afetado pela corrupção (Hunter, Rutland, & King, 2020, p. 3) e/ou onde existe uma polarização política notável (Bermeo, 2003, p. 19), são muito mais propensos a não conseguirem dar resposta às necessidades dos seus cidadãos. Além disto, existem três outras questões a considerar. Primeiro, em grande parte das vezes nas quais as instituições estatais se encontram debilitadas, começa a existir também uma maior participação militar na esfera política, o que se

---

<sup>29</sup> O conceito de *coup-proofing* refere-se aos esforços e medidas implementadas por um Estado para prevenir um golpe de Estado. Algumas destas incluem, por exemplo, o aumento salarial dos militares (Gassebner, Gutmann, & Voigt, 2016, p. 7), mas esta ideia poderá ser melhor compreendida através da leitura do artigo referenciado: *When to expect a coup d'état? An extreme bounds analysis of coup determinants* de Martin Gassebner, Jerg Gutman e Stefan Voigt.

<sup>30</sup> Entenda-se, cujas instituições políticas não conseguem assegurar a estabilidade e o desenvolvimento do Estado a nível político, económico, social e securitário.

materializa numa diminuição acentuada da credibilidade e legitimidade dessas mesmas instituições políticas em conseguir cumprir as suas funções, e numa maior adesão da sociedade à ideia de mudança de regime liderada por militares (Hunter, Rutland, & King, 2020, p. 3). Segundo, sempre que os eventuais perpetradores de um golpe de Estado têm o apoio de um ator externo com grande presença nacional ou regional – seja em termos económicos, políticos, sociais ou até militares – a probabilidade dessa mudança de regime acontecer, ter sucesso e ser legitimada será muito maior devido, precisamente, à influência que estes atores exercem sobre a população local (ou até no plano internacional) (Luttwak, 2016, pp. 28-44). Terceiro, quando o poder de um Estado está centralizado e estruturado politicamente (e não etnicamente)<sup>31</sup>, existe igualmente uma maior suscetibilidade do mesmo à substituição forçada de regime uma vez que é muito mais fácil identificar o cerne do poder e, portanto, apropriar-se dele (Luttwak, 2016, pp. 44-50).

Os terceiros impulsionadores pertencem ao foro social. Sempre que as rivalidades étnicas ou tensões entre grupos religiosos gerarem diferenças sociais, económicas ou políticas, a probabilidade de ocorrência de um golpe de Estado aumenta significativamente. Por norma, os grupos mais desfavorecidos tentam, através dos seus representantes nas diferentes elites (políticas, económicas ou até militares), reivindicar o controlo do Estado para poderem alterar o seu *status quo*<sup>32</sup> (Hiroi & Omori, 2015, p. 442; Acemoglu & Robinson, 2006, p. 42) uma vez que os governantes dos Estados onde esses antagonismos tendem a persistir favorecem sempre os indivíduos com quem partilham crenças ou *background* cultural (Roessler, 2011, p. 301). Em complementaridade ao que já foi exposto, existem ainda outros contextos que podem incentivar um golpe de Estado. Powell e Miller, por exemplo, referem que Estados integrados em vizinhanças onde houve golpes de Estado recentemente são mais propensos a enfrentar essa realidade do que aqueles que se encontram em regiões onde isto não se verifica (Gassebner, Gutmann, & Voigt, 2016, p. 6).

Contudo, é importante referir que os golpes de Estado não são sempre simples na sua organização. Tal como anteriormente referido, existe uma grande ênfase das particularidades de cada Estado. Desde logo, a construção do próprio aparelho de Estado<sup>33</sup>, o próprio regime<sup>34</sup> e, no caso dos regimes em transição democrática, a própria

---

<sup>31</sup> Edward Luttwak refere a menor probabilidade de mudança anticonstitucional de regime em Estados com centros políticos estruturados segundo uma lógica étnica – por serem muito mais difíceis de integrar para organizar um golpe de Estado –, ou com poder descentralizado – porque requer uma organização operacional mais alastrada territorialmente, o que poderia impedir o seu sucesso (Luttwak, 2016, p. 50).

<sup>32</sup> De um modo mais concreto, o período colonial, por exemplo, deixou marcas muito aprofundadas nas sociedades africanas, nomeadamente o incentivo para essas mesmas rivalidades étnicas (Acemoglu & Robinson, 2006, p. 357).

<sup>33</sup> Os órgãos soberanos são protegidos pelas forças armadas, pela polícia, pelos serviços secretos e por “forças políticas de alta autoridade” como os sindicatos (Konarski, 2017, pp. 41-42).

<sup>34</sup> Gassebner, Gutmann e Voigt referem que nas autocracias, o custo de uma tentativa de golpe de Estado fracassada é significativa uma vez que os perpetradores podem ser exilados, torturados ou executados, mas o facto de o poder ter um teor mais “abstrato” nas democracias ajuda muito mais na dissuasão. O único aspeto negativo acerca dos regimes

fase de democratização<sup>35</sup> em que o Estado se encontra<sup>36</sup>, podem facilitar ou dificultar a execução de um golpe de Estado (Konarski, 2017, pp. 41-42; Gassebner, Gutmann, & Voigt, 2016, pp. 5-6; Schiel, 2019, p. 3).

## **Construtivismo – a agência dos sujeitos coletivos e a construção de valores**

No que concerne à parte teórica desta investigação, optou-se por aplicar a meta teoria do Construtivismo. Dentro deste, importa destacar a agência dos sujeitos coletivos e a construção de valores, sendo este o cerne teórico do fenómeno em estudo.

O Construtivismo origina da impossibilidade de as restantes teorias conseguirem dar resposta ao debate agência-estrutura, e conseqüentemente às dinâmicas de poder da Guerra Fria e ao final desta. Sendo uma meta teoria, esta não procura definir princípios, regras ou procedimentos, mas sim elaborar uma nova filosofia de pensamento que dita a forma como certas ideias ou fenómenos devem ser abordados e estudados (Bates, 2005, p. 2).

Karin Fierke apresenta esta meta teoria dizendo que os construtivistas “(...) [ênfatisam] a dimensão social das relações internacionais e a possibilidade de mudança”. A ideia central da sua visão do Construtivismo assenta na premissa de que as Relações Internacionais (assim como outros “objetos”) são construções sociais criadas num dado contexto social e com um significado próprio também ele dependente da interação social. Daqui resultam outras três conclusões; primeiro, se a criação de um objeto depende do contexto social, então cada contexto pode ter a sua versão distinta do mesmo objeto pois cada contexto resulta de um conjunto de interações sociais específicas, associadas a valores, normas e crenças distintas. Portanto, a segunda conclusão alude à importância destes últimos fatores<sup>37</sup>. Depois, é fulcral colocar a interação social sob a lente de análise e perceber que esta não é apenas influenciada pelo contexto – como acima referido –, mas também o molda, o que significa que os seus intervenientes têm aquilo que a autora

---

democráticos é que estes não conseguem garantir a eficácia dos métodos de *coup-proofing* da mesma forma que acontece nas autocracias – que utilizam métodos mais coercivos –, tendo os golpes de Estado mais probabilidade de serem bem-sucedidos quando são feitos para afastar um regime democrático do poder (Gassebner, Gutmann, & Voigt, 2016, pp. 5-6).

<sup>35</sup> Diferente de qualidade democrática pois tomando o exemplo da fase de liberalização do processo de democratização, compreende-se que a maior parte dos golpes de Estado que ocorrem nesta fase não é devido à qualidade inferior da democracia necessariamente, mas maioritariamente porque há uma série de mudanças bastante vincadas em termos das próprias liberdades do cidadão. Entre estas, a legalização de partidos políticos de oposição, por exemplo, ou até a repartição dos três poderes estatais que acabam por alargar a competição na esfera política e permitir uma maior vulnerabilidade perante eventuais golpes de Estado (Bratton & Van de Walle, Explaining political liberalization, 1997, p. 152).

<sup>36</sup> A legitimidade é o cerne do *coup-proofing* nas democracias. Como tal, quanto maior o grau de consolidação do regime, menor a probabilidade de ocorrência de um golpe de Estado uma vez que os militares estão afastados do poder, as eleições constituem o método de alteração de poder preferido e existem condições que garante aos cidadãos oportunidades e meios para comunicarem as suas necessidades à liderança estatal (Schiel, 2019, p. 3; Acemoglu & Robinson, 2006, p. 42).

<sup>37</sup> Entenda-se, dos valores, normas e crenças sociais.

denomina como agência. Nesta ordem de ideias, os agentes agem em conformidade com a base da natureza humana: a socialização. O ser humano é social “(...) através da aquisição e do cumprimento de uma identidade institucional”, o que se pode simplesmente traduzir para a sobreposição do indivíduo com a estrutura na qual se insere, isto é, o ser humano é social porque ocupa um lugar específico dentro da matriz social, é um cidadão que através da interação com os restantes agentes, contribui para o desenho da estrutura na qual se insere. Trata-se de uma “constituição mútua” entre os agentes e a estrutura que desenvolve as relações entre estes primeiros e que é capaz de alterar a disposição estrutural ao longo do tempo (dependendo da resposta dos agentes às interações sociais nas quais participam). A autora menciona ainda que desta constituição mútua, resultam fatores sociais – isto é, valores e significados que são atribuídos a certas ideias/objetos ideacionais –, cuja materialização depende da criação de instituições que sustentem esses significados e valores, e uma cognição social. Esta última, é definida como “conhecimento coletivo independente”, mas esta independência baseia-se na abstração do nível individual e na partilha e aceitação comum desses mesmos valores (Fierke, 2013, pp. 187-192).

A nível internacional, as estruturas são “(...) as instituições e os significados partilhados que perfazem o contexto da ação internacional, [e os agentes são] qualquer entidade que opera como um ator nesse contexto” (Hurd, 2010, p. 303). Os “(...) Estados, alianças ou instituições internacionais, isto é [,] os sujeitos coletivos das relações internacionais, [são construídas] com base no material elementar da natureza humana<sup>38</sup>, mas eles assumem formas históricas, culturais e políticas específicas que são um produto da interação humana num mundo social” (Fierke, 2013, p. 189). Os interesses dos sujeitos coletivos são, portanto, também eles construídos e influenciados pela dimensão social, num dado contexto e, existe uma mutualidade (exatamente igual à escala menor anteriormente descrita) entre a estrutura e os seus agentes em termos de influência, socialização e definição identitária. (Hurd, 2010, p. 304).

O Construtivismo não nega a importância do poder material a nível internacional, nem menospreza a agência dos atores na conceção dos seus interesses, apenas considera a forma como estas questões são analisadas, concluindo que tudo tem origem na construção social<sup>39</sup> e que se trata de matérias fulcrais para a construção social de valores e sentido na arena internacional (Hurd, 2010, p. 313).

Deste modo, é possível dizer que segundo esta lente meta teórica, os valores surgem num contexto social delimitado por um certo enquadramento histórico, cultural e normativo, moldado pelos agentes. Porém, a agência destes últimos é também ela condicionada pela

---

<sup>38</sup> Entenda-se socialização.

<sup>39</sup> Naturalmente, delimitada por um contexto e um certo sentido/valor/crença.

estrutura por força da interação entre ambos (mesmo quando se trata dos sujeitos coletivos).

## **ATORES EXTERNOS – INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AFRICANAS NOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO**

No âmbito desta investigação, a UA e a CEDEAO constituem os atores externos cuja influência nos processos de estabilização e democratização se encontra em análise. Nesta secção será analisada a forma como a UA materializa os seus valores e objetivos, mais precisamente como é que se procede à transformação do enquadramento legal em medidas, mas antes, será feita uma breve introdução.

A decisão para a criação da União Africana foi tomada na trigésima-quinta sessão ordinária da Organização da Unidade Africana (OUA) pelos Chefes de Estado de cada Estado-membro, na Argélia, em julho de 1999<sup>40</sup>. A Declaração de Sirte – como ficou conhecido o documento oficial resultante deste evento – estipula no artigo (art.º) 5.º e 6.º a necessidade de reformular a Organização com vista a melhorar as capacidades de resposta aos desafios do novo milénio. O art.º 8.º, alínea (i) (da mesma declaração), expressa a decisão efetiva para a criação da União Africana juntamente com a criação da Comunidade Económica Africana (Organização da Unidade Africana, 1999).

Curiosamente, as Comunidades Económicas Regionais (CER) – das quais a CEDEAO é um exemplo – foram criadas anteriormente à transição da OUA para a UA. O Plano de Ação de Lagos (1980) e mais tarde o Tratado de Abuja (1991) propuseram a criação das CER como forma de ajudar à integração regional e continental dos Estados, seja a nível económico, político, ou securitário (União Africana a), s.d.; União Africana b), s.d.).

Como anteriormente referido, o redesenho da OUA resulta das novas ambições e objetivos dos Estados africanos. Após conseguirem “(...) [erradicar] todas as formas de colonialismo (...)”, e manterem a sua união e neutralidade perante os grandes polos de poder na esfera internacional, os Estados africanos necessitavam de enrobustecer o seu poder e influência global investindo no desenvolvimento sustentável, na promoção da paz, segurança e estabilidade continental, no fomento dos princípios democráticos e da boa governança, na Saúde, e no avanço tecnológico. Neste sentido, foram criadas novas instituições que viabilizavam a adoção de novos princípios como “(...) o respeito pelas

---

<sup>40</sup> A Organização da Unidade Africana só passou a ser formalmente União Africana em 2002.

práticas democráticas; a boa governança; o Estado de Direito, a proteção dos Direitos humanos, e direitos fundamentais; e o respeito pela santidade da vida humana”, mantendo aqueles que já formavam a base da OUA – nomeadamente o princípio de resolução pacífica das disputas e conflitos, o de não interferência dos Estados nos assuntos internos de outros Estados, o da igualdade soberana e interdependência, e o do respeito pelas fronteiras tidas no momento da aquisição da independência. Todavia, a adoção de novos princípios e novas instituições acarretava novas responsabilidades. A UA passou a ter autoridade para intervir nos seus Estados-membros sempre que se trata de ‘circunstâncias graves’ como genocídios, crimes de guerra ou contra a humanidade, e ameaças à ordem legítima. Deste modo, um dos pontos mais importantes para a materialização dos objetivos, e talvez, a missão principal destas novas instituições, seria a integração regional, continental e internacional dos Estados. Esta pressupõe a criação de uma “(...) rede complexa de cooperação entre Estados de uma dada área geográfica”. Para o efeito, é necessário coordenar agendas, harmonizar políticas (económicas, de defesa, infraestruturais, etc.), assegurar a sustentabilidade do crescimento económico (regional) e o mais importante: planear uma ação conjunta a todos os níveis. O grande objetivos dos líderes africanos era criar, a longo prazo, um mercado comum, uma moeda única e a uma padronização institucional governamental, que lhes daria a possibilidade de manter o controlo sobre os seus recursos e a sua soberania perante as “forças da globalização” (União Africana c), pp. 5-6; Thom-Otuya, 2014, pp. 354-358; Engel & Porto, 2009, p. 84).

Innocent Chirisa, Artwell Mumba e Simbarashe O Dirwai inferem sobre o conceito de integração regional e dividem o mesmo em quatro níveis. Apesar de o nível nacional não ser manifestamente relevante para esta investigação – assim como proceder à definição deste conceito de forma extensa e detalhada –, optou-se por incorporar esta definição apenas para ajudar a uma melhor perceção da diferença entre os graus de análise da integração. Assim sendo, os autores definem a integração nacional como a “(...) união e solidariedade a nível estatal para proteger a sua autodeterminação e soberania”. Depois, a nível regional, a integração passa pela criação de blocos económicos que “(...) aumentem a competição e diversidade [em matéria de bens]”, ou seja, os Estados participam voluntariamente num conjunto de mecanismos e técnicas que os ajuda a maximizar os benefícios políticos, económicos, securitários, etc. O nível continental resume-se à cooperação entre os blocos regionais de forma a aumentar a sua projeção no Sistema Internacional. Finalmente a nível global, a integração refere-se à cooperação intercontinental para solucionar problemas mundiais (Chirisa, Mumba, & Dirwai, 2014, pp. 2-3).

Ainda relativamente à integração, apesar de as CER terem sido criadas com o mesmo objetivo geral (de integração dos Estados), a verdade é que cada uma tem um foco

diferente dependendo das necessidades e objetivos de cada grupo de Estados. Algumas concentram mais os seus esforços na área securitária, outras na área económica e de comércio, outras dão mais ênfase às questões ambientais, o que também acaba por se refletir no diferente nível de integração que cada uma apresenta. Do ponto de vista normativo e institucional, as CER são independentes, mas existe uma coordenação entre as oito comunidades principais – a Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africana, a Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, o Mercado Comum para os Estados do Sul e do Leste de África, a Comunidade dos Estados do Saara-Sahel, a Autoridade Intergovernamental sobre o Desenvolvimento, e a União do Magrebe Árabe – e a estrutura institucional da UA (Magoke & Öke, 2023, pp. 4-6).

Em termos de enquadramento jurídico, existem vários documentos que regulam a relação UA-CER, regulando os processos paralelos de integração africana (política e económica). Começando pelo Ato Constitutivo da UA – que reconhece o Tratado de Abuja, o que significa que promove a sua implementação –, o Protocolo sobre as Relações entre a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais (2021), o Protocolo em relação ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (2002), o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Paz e Segurança entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos de Coordenação das Brigadas Regionais da África Oriental e do Norte de África (2008), e o Acordo que estabelece a Área Africana de Comércio Comum Livre (2018) também contribuem para esta cooperação. Todos estes instrumentos legais são materializados em reuniões anuais entre os representantes de cada CER e da UA, e regem-se por quatro princípios essenciais: o princípio de subsidiariedade, o princípio da divisão de trabalhos, o princípio da vantagem comparativa e o da complementaridade. O primeiro permite aos atores locais e regionais terem prioridade na resolução de questões locais/regionais, reconhecendo a agência a estes atores. Isto é, sempre que se verifica a necessidade de dar resposta a certos problemas regionais, estes agentes são os primeiros a intervir por uma questão de proximidade às populações locais. O segundo princípio traz uma maior clareza face aos papéis que tanto a UA como as CER devem assumir nas diversas matérias, enquanto os restantes dois princípios contribuem para a maximização da competência institucional dos agentes – também na lógica de esclarecer as competências de cada agente, harmonizar as agendas para não haver sobreposição de autoridade nas diversas áreas, e regularizar melhor a própria relação inter-agentes (Magoke & Öke, 2023, pp. 9-11).

Centre-se a análise em duas questões: a promoção dos princípios democráticos e da boa governança, e a condenação das mudanças inconstitucionais de regime. Ambas

beneficiam de um leque de instrumentos legais que as salvagam. Desde já, o Ato Constitutivo da UA expressa o objetivo conjunto dos Estados-membros em “promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governança” (art.º 3, (g)), tendo também como princípios, o “respeito pelos princípios democráticos direitos humanos, o estado de direito e a boa governança” (art.º 4.º, (m)) e a “condenação e rejeição de mudanças inconstitucionais de governo” (art.º 4.º, (p)). O artigo 30.º prevê ainda a suspensão dos Estados cujos governos acedem ao poder por meios inconstitucionais (União Africana c), pp. 5-7).

À luz do art.º 23.º da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança, as mudanças inconstitucionais de governo podem ser:

1. Qualquer putsch ou golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito;
2. Qualquer intervenção por mercenários para substituir um governo democraticamente eleito;
3. Qualquer substituição de um governo democraticamente eleito por dissidentes armados ou rebeldes;
4. Qualquer recusa por um governo incumbente para passar o poder ao partido ou candidato vencedor após eleições livres, justas e regulares; ou
5. Qualquer reforma ou revisão da constituição ou instrumentos legais, que constitui uma violação dos princípios democráticos para as mudanças governamentais. – (União Africana, 2007, pp. 9-10)

Mais, esta Carta é de particular importância para o enquadramento legal sancionatório das mudanças inconstitucionais de governo expressando, repetidamente, a condenação destes atos e a intolerância para com os mesmos. O art.º 25.º, n.º 1, por exemplo, também indica que “[quando] o Conselho para a Paz e Segurança observa que houve uma mudança inconstitucional de governo num Estado-membro, e as iniciativas diplomáticas falharam, deve suspender o Estado-membro em causa do exercício do seu direito de participar nas atividades da União (...)”. Além disso, “[os] perpetradores da mudança inconstitucional de governo não devem poder participar nas eleições [que visam] restaurar a ordem democrática ou ter qualquer posição de responsabilidade em instituições políticas do seu Estado” (art.º 25.º, n.º 4), e qualquer membro que instigue ou apoie este tipo de mudança de governo será sancionado, assim como os próprios perpetradores, segundo os números 6 e 7 do art.º 25.º (União Africana, 2007, pp. 10-11).

A este propósito, é importante esclarecer que o Conselho para a Paz e Segurança da União Africana, na verdade, foi adotado antes da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança enquanto “(...) órgão decisório permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos”. Trata-se de uma “(...) estrutura de segurança coletiva e de aviso prévio para facilitar, em tempo oportuno, uma resposta eficaz à situação de conflito e crise em África” (art.º 2.º, n.º 1) (União Africana, 2002, p. 5). O protocolo que lhe deu origem, juntamente com o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (criado em 2003),

visam aumentar a boa governança, o desenvolvimento, e o respeito pela Democracia e Direitos Humanos nos Estados africanos. Aliás, este mecanismo é uma forma de os Estados-membros monitorizarem voluntariamente o seu desempenho em termos de governança e assegurarem-se de que estão a honrar o enquadramento legal da UA neste sentido, acabando também por encorajar os restantes Estados a fazerem o mesmo (União Africana, 2003). É ainda importante notar que este Conselho está inserido (e é o principal pilar) na Arquitetura para a Paz e Segurança Africana (APSA), que agrega vários órgãos e sistemas de forma a prevenir, gerir e solucionar possíveis crises e conflitos, sem descuidar a reconstrução pós-conflito e o auxílio à implementação de medidas que garantam a paz, estabilidade e segurança continental (União Africana, 2012; Engel & Porto, 2009, p. 84).

A CEDEAO dispõe também de três documentos que ajudam na cooperação para a promoção da Democracia e da boa governança, mas também auxiliam à condenação e intervenção coletiva em caso de violação destes princípios ou do respeito pelos Direitos Humanos, nomeadamente o Tratado da CEDEAO (revisto em 1993), o Protocolo em relação ao Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, *Peacekeeping* e Segurança (1999), e o Protocolo Adicional sobre a Democracia e Boa Governança (2001) (Economic Community of West African States, 1993; Economic Community of West African States, 1999; Economic Community of West African States, 2001). Ainda assim, a Arquitetura Africana para a Governança é o elemento mais importante em matéria de promoção dos princípios e das instituições democráticas, do respeito pelos Direitos Humanos, da prevenção de mudanças inconstitucionais de governo e também a respeito da coordenação dos vários agentes implicados no fomento da boa governança. Esta é essencialmente uma plataforma que integra a UA e as CER, facilitando a ação conjunta e a cooperação com a sociedade civil, e o setor privado (União Africana, 2011) (Wiebusch, Aniekwe, Oette, & Vandeginste, 2019, p. 97).

Numa ótica mais recente, à medida que as mudanças inconstitucionais de regime – dos quais os golpes de Estado fazem parte, segundo a UA – foram ressurgindo no continente africano, começaram também a verificar-se vários novos esforços em prol da boa governança e da promoção da Democracia no continente. Estes constam essencialmente no/na:

1. Aumento da interação da UA com as organizações da sociedade civil de forma a aproximar a população dos valores democráticos e garantir o seu apoio na proteção dos mesmos;
2. Centralização do Mecanismo Africano de Revisão de Pares na Arquitetura Africana para a Governança tornando-o o principal impulsionador do desenvolvimento das capacidades de monitorização e implementação dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas nos Estados-membros da UA;

3. Alerta por parte do Conselho para a Paz e Segurança da UA para a necessidade de melhoria das práticas democráticas por parte dos Estados;
4. Responsabilização da APSA, através da Declaração de Acra sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo em África (assinada em março de 2022), para “(...) fortalecer o domínio nacional dos processos de governança e dos padrões, normas e protocolos da UA para consolidar a governança democrática; prevenir, gerir e resolver conflitos; assumir a estabilização, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito”;
5. Elaboração de novas orientações acerca das reformas constitucionais que os Estados-membros podem adotar no sentido de aumentar o seu nível de democratização, por peritos da UA juntamente com atores internacionais como o Centro Europeu para o Apoio Eleitoral, ou o Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral;
6. Participação de várias instituições da UA numa discussão acerca dos valores africanos partilhados de forma a rever “(...) o estado da governança democrática em África, com um foco específico [nas mudanças inconstitucionais de regime, a avaliar as] obrigações estatais e os mecanismos de aplicação à luz da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança, e a partilhar lições aprendidas no que concerne ao papel das instituições e estruturas estatais na ratificação, domesticação, implementação e relato da [Carta]”;
7. Adoção da Declaração sobre Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governo em África, que apela à renovação do compromisso para com os princípios, normas e valores fundamentais da UA;
8. Destacamento de uma missão de avaliação política pré-eleitoral para a Nigéria de forma a inferir quanto às condições políticas nacionais para a organização de eleições livres e justas;
9. Incorporação dos valores democráticos nos programas curriculares numa tentativa de fomentar a familiarização e respeito pela boa governança, pelo Estado de Direito, pelas liberdades fundamentais e pelos Direitos Humanos desde cedo, mas também no sentido de criar cidadãos informados que possam questionar os seus governos e contribuir para a sua responsabilização;
10. Criação de uma nova plataforma – Intercâmbio de Conhecimento Inter-Regional – que visa a partilha de lições e conhecimentos sobre matérias de governança e prevenção de conflitos entre a UA e as CER para, no fundo, revitalizar o conceito da Arquitetura Africana para a Governança que foi de certa forma absorvida pela

centralização do Mecanismo Africano de Revisão de Pares anteriormente mencionado (Chikwanha, 2022, pp. 102-108).

Muito embora no plano teórico estas medidas sejam positivas, na prática existe uma fragilidade institucional muito acentuada que erode os esforços feitos, contribuindo para falta de autoridade da UA a nível continental e a sua fraca projeção a nível internacional. Tshepo Gwatiwa destaca algumas razões para o efeito. O autor começa por mencionar que a UA não tem propriamente potências hegemónicas capazes projetar os seus interesses, objetivos e poder coercivo para garantir a segurança regional. O argumento é corroborado dizendo que:

A liderança hegemónica deve ser testada segundo cinco critérios. Estes são: uma região delimitada com ligações políticas, económicas e culturais; vontade e preparação para assumir a liderança regional; posse de capacidades materiais e ideacionais para influenciar a região; provisão de bens públicos coletivos para a região e aceitação pelos outros Estados da região. – (Gwatiwa, 2022, pp. 92-93)

Contudo, Gwatiwa reconhece que não existe nenhum Estado que consiga cumprir com os cinco requisitos. Além disso, os Estados não estão dispostos a mobilizar recursos ou financiar os projetos e missões de apoio para a paz da União porque o processo de destaque das forças é bastante burocrático e, do ponto de vista financeiro, demasiado dispendioso. Mais, existe uma desconfiança mútua muito significativa entre os Estados. Seja devido a momentos passados em que o financiamento para as missões foi desviado, seja por causa de rivalidades regionais e relações bilaterais próximas com atores externos – como por exemplo os antigos colonizadores. Aliás, tudo isto limita a agência da UA dificultando a materialização das suas políticas e enquadramento normativo em medidas e ações concretas. Com efeito, a Comissão da UA – e, portanto, o Departamento para a Paz e Segurança – carece de recursos fiscais sendo totalmente dependente de donativos externos que, na maior parte das vezes (dependendo do doador e do mandato previsto para a missão<sup>41</sup>), são acompanhados por condições específicas acerca do emprego do financiamento ou até de pré-requisitos para o receber. Estas condições, assim como o próprio financiamento, consideram sempre mais as ambições dos financiadores do que as dos Estados financiados – sendo que, em alguns casos, os financiadores treinam também os militares que participam nestas missões. Esta substituição de capacidades acaba por destruir a lógica pan-africanista de “soluções africanas para problemas africanos”,

---

<sup>41</sup> Por norma, missões mais curtas são mais facilmente financiadas e raramente condicionadas a respeitar certos requerimentos (Gwatiwa, 2022, p. 82).

atendendo à incapacidade desta planear e liderar os próprios projetos (Gwatiwa, 2022, pp. 67-94).

## **A INSTABILIDADE NO SAHEL – CAUSAS E DINÂMICAS DOS GOLPES DE ESTADO**

Partindo do quadro de fragilidade institucional do capítulo anterior, é importante restringir a análise de modo a perceber melhor a dinâmica da região de Sahel. Assim, irá proceder-se a uma análise da instabilidade política desta área.

Em termos estatísticos os dados providenciados por Jonathan Powell mostram que entre 1950 e 2023, África foi o continente com o maior número de tentativas de golpe de Estado e também aquele onde se registou um maior número de golpes de Estado com êxito (Anexo II). Isto é, de entre 492 tentativas de golpe de Estado no mundo, 220 aconteceram em África e 109 tiveram êxito (Duzor & Williamson, 2023). Depois, em 220 ocorrências, 60 foram registadas no Sahel e 36 de 60 tiveram êxito (Powell & Thyne, 2024). Analisando estes números através de uma perspetiva temporal, nota-se (Figura 6) uma tendência de aumento do número de ocorrências – isto é, tentativas falhadas de golpe de Estado juntamente com golpes de Estado que tiveram êxito – entre 1960 e 1989, enquanto que a década de 1990 e grande parte dos anos 2000 foi marcada por um decréscimo desse valor (ainda que entre 2010 e 2019 se tenha verificado a ocorrência de mais uma tentativa falhada de golpe de Estado comparativamente à década precedente). O fenómeno teve novamente expressão em 2020 com apenas 1 tentativa falhada em 8 ocorrências. Portanto, apesar de existir uma flutuação visível (em termos numéricos) ao longo do tempo, os golpes de Estado fizeram sempre parte da história política dos Estados da região de Sahel, ilustrando bem a instabilidade que caracteriza esta zona geográfica ainda desde a década de 1960.

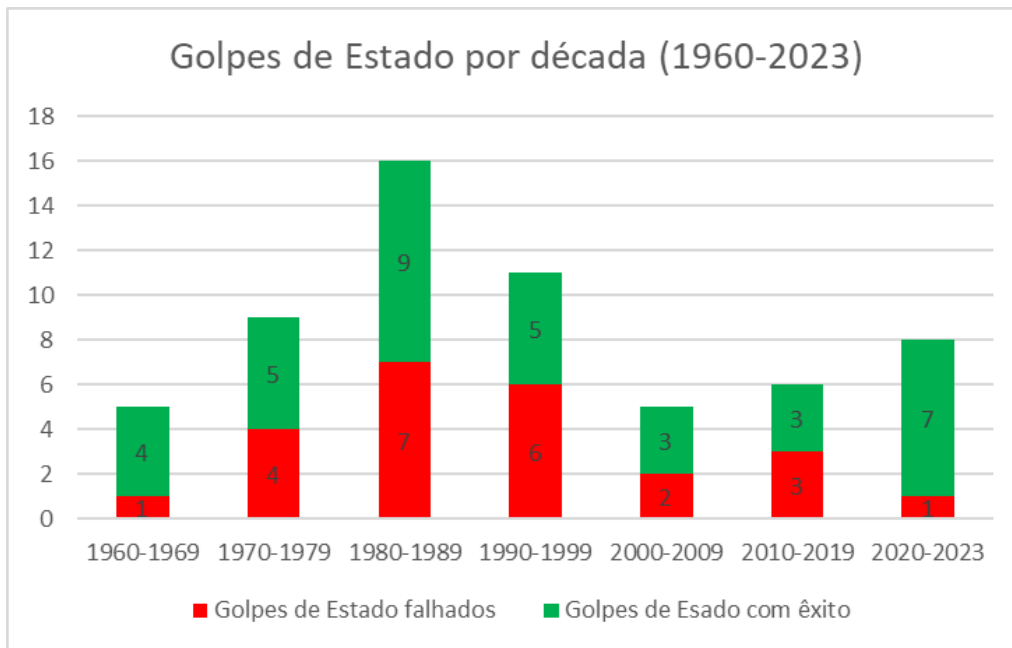


Figura 6 - Golpes de Estado na região de Sahel por década (1960 e 2023). Elaborado pela autora a partir de (Powell & Thyne, 2024)

## Os golpes de Estado no Sahel entre 1960 e 2019

Pat McGowan e Thomas Johnson acreditam que a dinâmica de cada região do continente africano é intrinsecamente ligada aos fatores “geográficos, demográficos e sociais [- tal como] a pluviosidade, o clima, os recursos minerais e os vetores patológicos, juntamente com a densidade populacional e os padrões europeus de colonização” (McGowan & Johnson, 1984, p. 648). No que diz respeito ao último fator, os mesmos autores conduzem um estudo acerca do envolvimento militar na política africana em *African Military Coups d’Etat and Underdevelopment: A Quantitative Historical Analysis* – que é posteriormente atualizado em *African military coups d’état, 1956-2001: frequency, trends and distribution* – concluindo que, de entre todas as regiões do continente, a África Ocidental é aquela que regista uma maior incidência de instabilidade política (McGowan P. J., 2003, p. 355)<sup>42</sup> - sendo também a região com maior número de ex-colónias francesas – e que de entre todos os domínios coloniais que existiram no continente, os Estados que pertenceram ao domínio francês são os mais afetados pela intervenção militar na esfera política (ver Anexo III) (McGowan & Johnson, 1984, pp. 645-649).

<sup>42</sup> Importante notar que segundo McGowan e Johnson, Burquina Faso, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal fazem parte desta região do Ocidente africano, enquanto o Chade e os Camarões fazem parte da África Central (ver Anexo I).

O passado colonial dos Estados do Sahel é um dado importante pois permite compreender melhor a instabilidade política que caracteriza esta região ainda desde a década de 1960. Com efeito o Burquina Faso, os Camarões, o Chade, a Guiné, o Mali, a Mauritânia, o Níger e o Senegal partilham o facto de serem ex-colónias francesas, enquanto a Gâmbia e a Nigéria são ex-colónias inglesas. Em comparação ao processo de descolonização inglês, o processo francês foi muito mais brusco e menos flexível. Isto é, enquanto que a Grã-Bretanha conseguiu fasear a descolonização através do Sistema de Domínio onde as colónias poderiam vir a tornar-se independentes (e estariam mais preparadas para o fazer) mantendo uma ligação contínua com a coroa inglesa, a França intencionava unir as suas colónias ao território europeu através de uma lógica de associação política, jurídica e cultural não prevendo a autodeterminação destes povos, o que não se mostrou sustentável<sup>43</sup> a longo prazo<sup>44</sup> (Smith, 1978, pp. 3-5). Teoricamente, as elites criadas pelos colonizadores permitiram ter recursos humanos suficientes para governar o Estado, mas não tendo qualquer experiência prévia na matéria, estes indivíduos acabaram por centralizar e personalizar o poder após a aquisição da independência<sup>45</sup> (Tordoff, 2002, pp. 5-7). Nas palavras de McGowan e Johnson,

A legitimidade e autoridade da primeira geração de modernizadores africanos era inicialmente baseada na conquista da luta para a independência política, [mas (...) a continuidade da legitimidade] era concedida consoante a habilidade dos primeiros líderes em passar rapidamente para o alcance da modernização e uma economia forte. – (McGowan & Johnson, 1984, p. 657).

Neste sentido, apesar de os primeiros “modernizadores” conseguirem efetivamente alcançar a independência, estes não conseguiram continuar a governar os seus Estados segundo a matriz colonial herdada. Este panorama levou ao aumento do número dos golpes de Estado a partir da segunda metade dos anos 1960 (McGowan P. J., 2003, p. 342).

De um modo generalista, grande parte dos investigadores acreditam que para além da matriz colonial herdada não se adequar ao contexto africano, a incapacidade de os novos líderes desenvolverem os seus Estados reside na corrupção e ineficácia dos próprios militares que perpetravam os golpes de Estado. McGowan diz que “[os] registos

---

<sup>43</sup> *Id est*, não foi um plano bem-sucedido para nenhuma das partes. Os franceses não conseguiram manter esse sistema, mas também não conseguiram preparar os Estados colonizados para se poderem autogovernar após a conquista da sua independência.

<sup>44</sup> Para uma melhor compreensão destes processos de descolonização, recomenda-se a leitura do artigo de Tony Smith intitulado como: *A Comparative Study of French and British Decolonization*, que se encontra referenciado.

<sup>45</sup> A maior parte destes Estados alcançaram a independência em 1960, com a exceção da Gâmbia e da Guiné que se tornaram independentes em 1965 e 1958, respetivamente (BBC News, s.d.; Embassy of the Republic of Cameroon, s.d.; BBC News, 2021; Darboe, 2010; BBC News, 2023; Al Jazeera, 2013; BBC News, 2018; BBC News, 2023; BBC News, 2021; BBC News, s.d.).

históricos mostram que os líderes militares não governam melhor do que os civis eleitos em África (...)” e que por norma, os militares falham na criação da estabilidade política (McGowan P. J., 2003, p. 340). Samuel Decalo destaca alguns méritos da liderança militar em África – como por exemplo a capacidade em retirar o poder a chefes de Estado autoritários que ocupam abusivamente esse cargo excedendo o período previsto para o seu mandato –, mas também reconhece os defeitos da mesma e acrescenta a polarização étnica (com origem nas dinâmicas sociais exacerbadas pelo colonialismo) dentro das Forças Armadas como um fator que reforça as tendências de personalização do poder entre os militares (Decalo, 1986, pp. 13-19). Similarmente, Moses Khisa e Christopher Day admitem que no período pós-independência havia um pretorianismo marcante nos Estados africanos que acabou por contribuir significativamente para a instabilidade dos mesmos (Khisa & Day, 2020, p. 8).

Numa outra perspetiva, Paul Clements olha para o papel dos atores externos neste contexto e explica que durante os anos 1960 e 1970 os Estados africanos ainda eram muito influenciados pelos antigos colonizadores por instituições internacionais (nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) na medida em que estavam a receber ajuda para o desenvolvimento destes agentes, o que posteriormente permitiu a estes últimos terem uma “voz nas estratégias nacionais de desenvolvimento” dos primeiros. No final da década de 1980 grande parte dos Estados africanos já se encontravam numa crise económica avançada. Sendo Estados maioritariamente exportadores de matérias-primas e importadores de energia e petróleo, foram extremamente vulneráveis ao aumento do preço dos barris do petróleo por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, e ao decréscimo dos preços das matérias-primas no mercado internacional (nos anos anteriores), vendo-se obrigados a solicitar ajuda financeira (Clements, 2014, pp. 251-252). A incapacidade de registar um crescimento económico que potenciase a liquidação das dívidas e colmatasse a falta de desenvolvimento resultou num aumento do número de golpes de Estado neste período (como se observa na figura 4 supra) e, conseqüentemente, na adoção de uma nova abordagem para a resolução destas problemáticas. Se na década de 1980 a estratégia adotada pelos Estados africanos baseava-se na “(...) estabilização e políticas de ajuste estrutural (...)” e na ajuda externa para amenizar o ónus dos respetivos débitos, na década subsequente, o conceito de desenvolvimento passou a ter um cariz muito mais holístico e robusto passando a integrar estratégias que visavam a boa governança como uma garantia da eficácia da ajuda externa, por exemplo (Wangwe, 2006, p. 5). Esta inclinação para a Democracia, participação popular, multipartidarismo, boa governança e transparência não teve, contudo, origem apenas no anseio de crescimento económico e desenvolvimento destes Estados. Existe um conjunto de questões a considerar.

Primeiro, com o final da Guerra Fria, houve alteração crucial no paradigma político do Sistema Internacional. A Democracia e os Direitos Humanos passaram a estar no cerne do discurso político global, e a participação dos militares na esfera política passou a ser aceitável apenas sob a alçada e em apoio às autoridades civis (Zanotti, 2011, p. 40, 56; Ngoma, 2004, p. 86). Segundo, os regimes autoritários africanos deixaram de ter apoio por parte da União Soviética (dado o seu colapso), mas também por parte dos Estados Unidos – que já não tinham como missão o afastamento de líderes comunistas do poder, mas sim a promoção dos valores democráticos (Huntington S. P., 1993, p. 284). Terceiro, havia uma pressão internacional em democratizar. Tanto as instituições internacionais como os restantes Estados tinham a adoção dos princípios democráticos enquanto pré-requisito para o fornecimento de ajuda financeira (Alence, 2009, p. 4; Montinola, 2010, pp. 358-359). Quarto, perante a falha dos líderes militares em cumprir com os objetivos propostos, os anos 1990 sedimentaram a perceção anteriormente referida sobre a incapacidade de os mesmos desempenharem um melhor papel no que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento económico dos Estados. De um modo geral, as populações deixaram de glorificar estes líderes e de acreditar no seu carácter estabilizador em prol de um modelo mais liberal e democrático (Jacquemot, 2023, p. 6). Isto culminou numa onda de protestos que conseguiram gerar pressão interna (Bratton & van de Walle, 1997, pp. 101-105) muito significativa para a implementação de reformas democráticas com o aumento do multipartidarismo, e a realização de eleições periódicas, das quais deveriam resultar um conjunto de regimes onde a “corrupção é minimizada”, a participação popular é garantida e o desenvolvimento socioeconómico é também ele mais tangível (Angalapu, 2023). Na verdade, isto faz parte de um fenómeno global que Huntington denominou como a terceira onda de democratização no mundo. Estas ondas referem-se precisamente a um momento de transição democrática em vários Estados num período relativamente curto de tempo (entre estes fenómenos) (Huntington S. , 1991, pp. 31-32).

Em termos regionais, apesar de a OUA não ter tido mecanismos que conseguissem dar-lhe legitimidade em opor-se aos golpes de Estado (sob pena de violar o princípio de não ingerência que constava no Artigo III, n.º 2 do seu documento constitutivo (Organização da Unidade Africana, 1963), esta conseguiu através da Declaração sobre a Situação Política e Socioeconómica em África (1990) criar as primeiras bases para a transição democrática que se seguiu. A Declaração expressava o comprometimento dos Estados em “[democratizar as sociedades e consolidar] as instituições democráticas” cultivando um “ambiente político que garante os direitos humanos” e o Estado de Direito através da inclusão e participação de todos os cidadãos nos processos políticos (Organização da Unidade Africana, 1990). Adicionalmente, a CEDEAO teve também um papel crucial nesse sentido intervindo militarmente na Serra Leoa em 1998 para reinstaurar

no poder o presidente democraticamente eleito, Ahmad Tejan Kabbah, no seguimento de um golpe de Estado no ano anterior (Dumbuya, 2008, p. 83). A estes dois momentos de avanço no processo de democratização somam-se ainda outros entre os quais a Declaração de Lomé – ou Declaração sobre o enquadramento da resposta da Organização da Unidade Africana às Mudanças Inconstitucionais de Governo – e a Carta constitutiva da União Africana (UA) se destacam. Para além de reconhecer as medidas que necessitam ser implementadas para evitar os golpes de Estado, a declaração refere pela primeira vez o que se entende por “mudanças inconstitucionais de regime” englobando o

“(…) golpe militar contra um governo democraticamente eleito; [a] intervenção de mercenários para a remoção de um governo democraticamente eleito; [a] substituição de um governo democraticamente eleito por grupos dissidentes armados ou grupos rebeldes, e ainda; a recusa de um governo em abdicar do poder resultante de um processo eleitoral (...)” – (Garrido & Nica, 2025)

Por sua vez, a carta constitutiva da União Africana consagra o compromisso da organização em: “promover a paz, a segurança, e a estabilidade no continente” (Art. 3.º, (f)), “promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governança” (Art.º 3.º, (g)), “promover e proteger os direitos humanos e dos povos em concordância com a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos sobre direitos humanos relevantes” (Art.º 3.º, (h)), e destaca o “respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos, o Estado de Direito e a boa governança” (Art.º 4.º, (m)) e a “condenação e rejeição das mudanças inconstitucionais de governo” (Art.º 4.º, (p) salvaguardando o “direito dos Estados-membros de requerer a intervenção por parte da União no sentido de restaurar a paz e segurança” (Art.º 4.º, (j)) nos seus territórios. Mais, por força do artigo 30.º, “Os governos que alcançarem o poder através de meios inconstitucionais não terão permissão de participar nas atividades da União” (União Africana, 2000).

De facto, a partir dos anos 2000 o número de golpes de Estado no continente diminuiu<sup>46</sup> – em comparação com as décadas precedentes –, mas a transição democrática foi muito menos eficaz do que se esperava. A primeira década dos anos 2000 foi marcada por desafios políticos e socioeconómicos que foram exacerbados com o aumento do terrorismo e da insurgência na segunda década. Em termos regionais, grande parte dos novos chefes de Estado procuraram voltar à centralização e à personalização do poder através do monopartidarismo, suprimir as liberdades individuais (como o direito à livre

---

<sup>46</sup> De 2000 a 2019 registaram-se apenas 11 tentativas de golpes de Estado, das quais 6 tiveram êxito (Anexo IV) – Burkina Faso 10 outubro 2014, Guiné 23 dezembro 2008, Mali 22 março 2012, Mauritânia 3 agosto 2005 e 6 agosto 2008, e Níger 18 fevereiro 2010 (Powell & Thyne, 2024).

expressão), e conduzir reformas constitucionais de modo a aumentar a duração dos seus mandatos (Mbianda, 2024). Como tal, começaram a surgir novos “vácuos” de poder que acentuaram as tensões étnicas e a fragilidade das instituições estatais permitindo aos grupos insurgentes e terroristas uma maior expansão continental (Devlin-Foltz, 2010), como no caso de Mali em 2012. A Rebelião Tuareg (que se iniciou nos anos 1960) teve origem na marginalização das comunidades nomádicas Tuareg e Árabes que viviam no norte de Mali, e na conseqüente luta dos mesmos em separar-se do governo central, constituindo o próprio Estado. Apesar de haver um tratado de paz entre as fações beligerantes nos anos 1990, os ataques Tuareg voltaram a emergir em 2006 quando estes consideraram que houve uma violação do Tratado de 1996 por parte do governo de Mali. Segundo Lotfi Sour, este conflito tem sido muito significativo no contexto geopolítico da região na medida em que a fragilidade institucional de Mali permitiu não apenas o ressurgir desta rebelião, mas também que esta fosse explorada pelos Estados vizinhos em contexto de rivalidades regionais amplificando assim a insegurança e falta de estabilidade no Sahel (Sour, 2015, p. 11).

Em termos económicos, Kellian Mbianda afirma que o aumento do investimento direto estrangeiro não foi acompanhado por um aumento da taxa de emprego ou melhores condições de vida para os cidadãos devido à corrupção, ao desvio de fundos e principalmente à insegurança regional. Depois, no que concerne à dimensão social, o mesmo autor diz que os Estados do Sahel investiram pouco nas infraestruturas e na Educação, o que juntamente com o impacto negativo das alterações climáticas na agricultura, acentuou a exclusão dos cidadãos da vida política, a migração para os centros urbanos e devido ao panorama económico anteriormente referido, a recruta de indivíduos para grupos terroristas, o que teve também um efeito pernicioso para segurança nacional e regional (Mbianda, 2024).

Estes fatores criaram um ciclo vicioso onde a instabilidade política acentua a insegurança e a falta de desenvolvimento, mas também onde estes dois últimos dificultam a primeira.

## **Os golpes de Estado no Sahel entre 2020 e 2023**

Em 1985 William Gutteridge escrevia que “(...) a exclusão dos militares da área política é improvável de ser absoluta” (Gutteridge, 1985, p. 79) pois uma vez envolvidos na Política, seria muito expectável voltarem mesmo após serem afastados. O autor acrescentava ainda que “Isto é mais provável de acontecer em circunstâncias em que a autoridade do governo central está por alguma razão já a ser [contestada], onde similarmente o Estado-nação tem de ser ainda consolidado”. Neste caso, Gutteridge estava a inferir acerca dos Estados

africanos no pós-independência (Gutteridge, 1985, pp. 79-80) – tal como já foi anteriormente explanado. Porém, esta descrição continua a adequar-se ao contexto africano, e principalmente à região de Sahel, mesmo após mais de 60 anos desde a independência destes Estados.

Contrariamente ao que estava previsto na Agenda 2063 da União Africana<sup>47</sup> – nomeadamente que “em 2020 [seriam] silenciadas todas as armas”, 2020 foi o ano em que uma nova onda de golpes de Estado se iniciou na região de Sahel (União Africana, 2015, p. 7). Entre 2020 e 2023 foram registadas 8 tentativas de golpes de Estado na região de Sahel. 7 tiveram êxito (Powell & Thyne, 2024) e dividem-se entre 5 Estados: Burquina Faso, Chade, Guiné, Mali e Níger (Ikome & Mwonzora, 2024).

Esta recorrência de golpes de Estado “(...) pode ser vista como uma onda de golpes de Estado, mas também pode ser vista em termos de um descontentamento na forma como a Democracia estava a operar na região.” No Burquina Faso “(...) a situação securitária está mais deteriorada (...)” e “(...) a Democracia e a Liberdade estão claramente a desaparecer (...)”. O ambiente na região de Sahel compara-se a uma “(...) segunda onda de pós-colonialismo” em que os cidadãos estão a tentar desprender-se de “antigos sistemas, o que [inclui] as democracias que se formaram na região [e] as instituições assim como elas eram”. A dinâmica securitária da região é também estritamente relacionada com o acesso aos recursos hídricos. Os períodos de chuva após os períodos das grandes secas coincidem sempre com um aumento das hostilidades entre o Estado e outros grupos que pretendem controlar o acesso à água (Haque, 2024). Portanto, existe um conjunto de fatores comuns que acabam por agravar as dinâmicas domésticas e que, de uma forma mais generalista, é possível serem agrupados em 3 grandes categorias: política, securitária e sociocultural (Al Jazeera, 2023).

No que concerne à primeira, o passado colonial continua a ter uma carga significativa nesta matéria principalmente por força da forma como o colonialismo alterou as dinâmicas étnicas pré-existentes. Ao privilegiarem o contacto com certos grupos étnicos em detrimento de outros, os antigos colonizadores acabaram por fomentar diferendos entre os mesmos, aspeto que se traduz na forma como os atuais Estados lidam e interagem com as várias comunidades étnicas dentro do seu território. Trata-se de uma estratégia de alienação por parte dos governos centrais para com, principalmente, a população que vive nas áreas rurais. Aliás, a violência étnica é notável “no norte e no centro de Mali, na região de Tillabéri no Níger, no norte e no leste de Burquina Faso, e no norte e no leste de Chade”, o que acaba por contribuir para esse sentimento de não representatividade por parte dos

---

<sup>47</sup> Esta é a agenda atual de desenvolvimento para o continente, através da “implementação de programas sociais e económicos, integração continental, da governança democrática, e da paz e segurança” (União Africana, d), s.d.; União Africana, 2015).

governos (Lyammouri, 2019, pp. 1-2; Mahmoud & Taifouri, 2023). Depois, é importante olhar para a corrupção nestes Estados. Entre 2020 e 2023 nenhum dos 5 Estados que sofreram golpes de Estado conseguiu alcançar pelo menos os 50<sup>48</sup> pontos no índice de perceção da corrupção publicado pela *Transparency International* (Transparency International, 2020). Isto é, Burquina Faso, Chade, Guiné, Mali e Níger registaram níveis muito altos de corrupção neste período. Aliás, os protestos populares desta altura denunciavam as fraudes fiscais, nepotismo e ineficácia dos governantes (Maihani, 2023). Apesar de a maioria dos africanos ainda desejar um regime democrático, estes já não veem a Democracia como uma solução para a instabilidade regional uma vez que os próprios governantes falharam em aderir e consolidar (a)os princípios democráticos (Obinna & Semudara, 2024, p. 50). O próprio relatório de 2024 do Afrobarómetro incide e confirma este argumento através dos questionários realizados em 2021 e 2023 (Afrobarometer, 2024, p. 8).

A pandemia do COVID-19 evidenciou de um modo particular a fragilidade institucional, o subdesenvolvimento económico e as más condições de vida no Sahel. No caso de Mali, por exemplo, a pandemia acentuou o elevado nível de pobreza nas áreas rurais e fez com que o Estado entrasse numa recessão económica que posteriormente culminou no golpe de Estado de 2020 (Doumbia & Batana, 2024, pp. 3-4; Taruvinga, 2023, p. 152). No Chade, a pobreza também afetou mais a população rural aumentando de 23 a 34.2% nas áreas urbanas e de 49.7 para 50.8% nas áreas rurais, ou seja, em 2022 uma em cada duas pessoas da parte rural do país eram consideradas pobres (Savadogo & Sawadogo, 2024, pp. 5-6). Mais, Olayinka Ajala refere um aspeto interessante dos cidadãos nesta conjuntura: “As redes sociais facilitaram a circulação de imagens e críticas das fortunas dos seus governantes e dos [respetivos] camaradas no meio da pobreza extrema da maior parte da população dos seus países”. No caso de Níger, Ajala relata ter havido várias críticas acerca da gestão e emprego do lucro da exportação de urânio (Ajala, *Understanding the Crisis of Democracy in West Africa and the Sahel*, 2023).

Todavia, a corrupção não teve efeitos negativos apenas na esfera política. Sahel registou também uma deterioração substantiva da situação securitária nos últimos anos. Segundo o índice de terrorismo global, a região de Sahel representou “43 por cento das mortes [ligadas ao] terrorismo [à escala] global em 2022, comparativamente a apenas um por cento em 2007”. Para além do “vácuo político” e da degradação do contexto socioeconómico da região, é importante lembrar que esta é uma área distintamente vulnerável às alterações climáticas, o que acaba por enfatizar a insegurança alimentar – atendendo também à elevada densidade populacional – e obrigar à migração.

---

<sup>48</sup> A Transparency International utiliza uma escala de 0 a 100 onde 0 é “muito corrupto” e 100 é “muito limpo” (Transparency International, 2020).

Naturalmente, este cenário é conseqüentemente dificultado pela polarização étnica que conduz a conflitos internos e cria espaços de vulnerabilidade que são aproveitados pelos inúmeros grupos terroristas (Institute for Economics & Peace, 2023, pp. 60-63). Burquina Faso, por exemplo, verificou um “aumento do número de mortes derivadas do terrorismo em 68%, representando quase um quarto dos ataques terroristas globais” em 2023 (Engels, 2025, p. 14).

Segundo o *Council on Foreign Relations*, a revolução líbia e deposição de Muammar al-Qaddafi em 2011 marcaram o início desta afluência de grupos extremistas e conseqüentes ataques na região, através da “proliferação de armas e guerreiros armados” que contactaram com minorias vulneráveis como foi o caso dos Tuareg no Mali (Center for Preventive Action, 2024). No relatório do índice de terrorismo global é ainda referida uma relação direta entre o crescimento do Estado Islâmico na Síria e no Iraque e conseqüente emergência do *Islamic State in the Greater Sahara*<sup>49</sup>, por exemplo, numa lógica de desenvolvimento de *hubs* regionais e contacto com grupos extremistas locais – neste caso, o Boko Haram (Institute for Economics & Peace, 2023, p. 62). Aliás, o *Islamic State in the Greater Sahara* opera especialmente no Burquina Faso, no Mali, e no Níger, e entre 2019 e 2020 foi responsável por cerca de 400 mortes nestes três Estados (Thompson, 2021).

O *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin* (JNIM) – grupo afiliado do *Al-Qaeda* no Sahel – e o Estado Islâmico da Província de Sahel – antigo Estado Islâmico no Grande Sahara – são os dois grupos jihadistas mais predominantes nesta região<sup>50</sup>, e segundo a ACLED e o Instituto para os Estudos da Guerra, operam especialmente no Mali, no Níger e no Burquina Faso (ACLED, 2025; Karr, 2024). Para responder a estas ameaças, os três Estados aumentaram o seu orçamento para a Defesa, incluindo a aquisição de novo armamento, um maior número de recrutas anuais, e aumento dos salários para as Forças Armadas (Le Roux, 2019, p. 4). A título de exemplo, no Burquina Faso:

(...) faleceram mais de 7500 pessoas e mais de 1.6 milhões foram obrigadas a deslocarem-se das suas áreas de residência (seja para países vizinhos, seja para outras regiões do país). As Forças Armadas e Forças de Segurança Pública foram os setores com mais baixas registadas. Só em 2021 existiram 1337 incidentes violentos (caracterizados como eventos de crise) que resultaram em cerca de 2294 vítimas mortais d'entre as quais 53 eram agentes da Polícia. Para evitar estas fatalidades, o presidente Kaboré criou em 2020 um corpo de auxiliares civis – *Volontaires pour la Défense de la Patrie* –, que pudessem ser mobilizados no apoio às Forças Armadas e de Segurança. Além disso, entre 2016 e 2021 o orçamento para a defesa nacional aumentou em cerca de 271.14% (de €240 746 280 para €652 759 680), mas devido à

<sup>49</sup> Este é, portanto, um subgrupo do Estado Islâmico, que opera no Sahel (Thompson, 2021).

<sup>50</sup> Outras fontes, como o Africa Center, mencionam também o Macina Liberation Front (afiliado do *Al-Qaeda* também) e o Ansaroul Islam (que por jurar lealdade ao JNIM, também é indiretamente afiliado ao *Al-Qaeda*) (Le Roux, 2019, p. 1; Fittou-Brown & Sambe, 2023, p. 3).

má gestão dos recursos financeiros, a capacidade operacional militar não registou melhorias significativas. – (Garrido & Nica, 2025)

Além disso, várias missões internacionais foram operacionalizadas<sup>51</sup>: *African-led International Support Mission to Mali* (2012) – que no ano subsequente transferiu a sua autoridade para a *MINUSMA – European Union Training Mission to Mali* (2013), *Opération Serval* (2013), *The United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA)* (2013), *Operation Roussette* (2013), *Opération Barkhane* (2014), *G5 Sahel Joint Force’s Operation Hawbi* (2017), *G5 Sahel Joint Force’s Operation Pagnali* (2018), entre outras (União Africana, 2013; Boeke & Schuurman, 2015; Nações Unidas, 2023; INTERPOL, s.d.; Al Jazeera, 2022; Africa Center, 2019). A nível doméstico, Mali iniciou a Operação Dambé (2017) “mobilizando 4000 soldados para 8 zonas cobrindo o norte e o centro [do território nacional] no sentido de conter as atividades violentas dos grupos extremistas”. Em 2019 esta operação foi atualizada acrescentando-lhe o objetivo de monitorização das fronteiras com o Burquina Faso e o Níger. Burquina Faso também iniciou a Operação Otapuanu em março de 2019 para combater os grupos terroristas no leste do seu território, e a Operação N dofou em maio do mesmo ano para a região norte e centro-norte do Sahel. Ainda neste âmbito, Níger participou em várias operações lideradas pela França – com especial destaque para a *Opération Barkhane* –, mas também conduziu operações de combate e monitorização do território nacional e suas fronteiras (Le Roux, 2019, p. 4). Os esforços regionais e internacionais em combater o terrorismo no Sahel tiveram, no entanto, o efeito inesperado de ampliar a militância extremista na região. Surge assim a necessidade de perceber o contexto sociocultural que de origem ao sentimento anti-França e que está atualmente a contribuir para a instabilidade regional (Center for Preventive Action, 2024).

Para além do passado colonial e da “ineficácia” dos valores democráticos promovidos pela França no Sahel, a falha das operações militares francesas em conter o terrorismo constitui também a base para esta rejeição (Guifard, 2023; Wilén & Aning, 2025, pp. 6-7). Nas palavras de Nathaniel Powell, “[a] pesar de uma presença militar francesa contínua desde 2013, o conflito alastrou-se de Mali para o Níger e Burquina Faso. (...) [as Forças Armadas] regionais não [estão] melhor preparadas para efetivamente conter a ameaça jihadista” (Powell N. , 2022). Além disso, existem acusações de ingerência interna – devido à oposição que França demonstrou em que os atores regionais conduzissem negociações com os grupos jihadistas –, paternalismo e falta de transparência na cooperação com os Estados do Sahel – nomeadamente por causa do discurso político

---

<sup>51</sup> Para compreender em detalhe estas missões, recomenda-se a leitura dos textos referenciados no texto.

promovido pela França e por, alegadamente, esta ter conduzido algumas operações militares sem a participação das Forças Armadas locais (Gouvy, 2023). Neste sentido, as juntas militares que conduziram os golpes de Estado de 2020 (Mali), 2021 (Chade, Guiné e Mali), 2022 (Burquina Faso) e 2023 (Níger) culpam a França pela instabilidade e, particularmente pela insegurança regional (Vo, 2025). Enquanto a bandeira francesa é queimada nas demonstrações em sinal de protesto<sup>52</sup>, a bandeira russa é hasteada em sinal de apoio ao reforço da cooperação destes Estados com a Rússia (Gain, 2023). Desde o primeiro golpe de Estado no Mali, a Rússia tem sido a alternativa para os Estados do Sahel. Ao contrário de França e de outros possíveis parceiros europeus, a Rússia não dá pareceres políticos sobre como resolver as questões internas nestes Estados, não impõe condições de respeito aos princípios democráticos, nem se preocupa com quem utiliza o armamento fornecido, limitando-se a treinar os militares e a vender-lhes armamento (Lebovich & Murphy, 2022). Em contrapartida, e atendendo à abundância africana de recursos, a Rússia tem assinado vários contratos relativos à extração mineira de metais preciosos de modo a ultrapassar os constrangimentos provocados pelas sanções ocidentais (BBC News, 2023) (Robertson, 2024). Grande parte do sentimento anti-França é, contudo, sustentado pela propaganda russa (Sandnes & Carozza, 2023).

Como tal, os golpes de Estado podem ser interpretados como uma reflexão de mudanças no ambiente geopolítico regional uma vez que a intervenção liberal de França (Paris, 2009, pp. 100-103) não sortiu os efeitos esperados, e foi também muito mais condicional do que a intervenção russa.

## DEMOCRACIA E ESTABILIDADE NO SAHEL

Após analisar a agência dos atores externos e a dinâmica regional no Sahel desde 1960 até 2023, é importante reter duas questões: a mutualidade agência-estrutura que cria o vácuo de autoridade anteriormente explanado, e a complexidade dos fatores que afetam a estabilidade no Sahel. Tendo estas ideias presentes, é possível avançar para uma breve reflexão acerca da Democracia em África, da estabilidade e até da eventual fase de democratização em que os Estados do Sahel se encontram, começando com a observação do desempenho democráticos destes Estados. Com efeito, procedeu-se à seleção de 10 índices democráticos<sup>53</sup>, que correspondem a 7 atributos<sup>54</sup>. O intervalo temporal estende-

---


<sup>52</sup> Para além da queima da bandeira francesa, no caso do Burquina Faso, suspendeu-se a emissão da *Radio France International* e registaram-se também repetidos atos de vandalismo contra instituições francesas (Gain, 2023).

<sup>53</sup> Direitos Políticos, Estado de Direito, Índice da Dimensão Militar, Eficácia Governamental, Taxa de Desemprego, Índice da Perceção de Corrupção, Eleições livres e justas, Índice das Liberdades Cívicas, Controlo de Corrupção, Estabilidade Política.

<sup>54</sup> Direitos Políticos, Estado de Direito, Responsabilidade Horizontal, Responsabilidade Vertical, Responsividade, Direitos Económicos, e Direitos Cívicos.

se entre 2019 a 2023 de forma a obter uma análise mais atual, e que permite observar a eventual variação de valores de 2019 para 2020, indiciando o primeiro golpe de Estado que iniciou esta nova onda de proliferação de regimes autocráticos militares no Sahel. O objetivo geral é, contudo, observar a variação dos indicadores selecionados e obter o valor democrático de cada Estado para o comparar com o valor democrático mínimo<sup>55</sup>. Isto permitirá inferir tanto quanto à fase de democratização em que os Estados se encontram, como ao seu nível de estabilidade (como anteriormente referido). Adicionalmente, é importante notar que as escalas de alguns indicadores contêm valores negativos ou traduzem relações inversas, o que requer uma conversão das mesmas. No caso das escalas invertidas, o primeiro passo correspondeu a um rearranjo da própria escala. Tome-se o exemplo do indicador dos direitos políticos; a sua escala original varia entre 1 e 7 em que 1 corresponde à garantia de mais direitos políticos e 7 corresponde à garantia de menos direitos políticos. Neste sentido, o rearranjo seria feito da seguinte forma:

7, 6, 5, 4, 3, 2, 1  
 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7



Assim, 7 passa a corresponder à garantia de mais direitos políticos e 1 à garantia de menos direitos políticos, segundo a lógica de democratização que se pretende aplicar. As equações<sup>56</sup> utilizadas para conversão da *raw data* foram as seguintes:

$$[(\text{val. máx. na EO}) - (\text{pontuação registada pelo indicador})] \times \left( \frac{100}{(\text{val. máx. na EO}) - (\text{val. mín. na EO})} \right)$$

*Equação 1 - Equação para conversão de escalas reversas. Elaborado pela autora a partir de (Matos, 2014, pp. 298-300).*

$$\left[ \frac{(\text{pontuação registada pelo indicador} - \text{valor mínimo na EO})}{(\text{valor máximo na EO} - \text{valor mínimo na EO})} \right] \times 100$$

*Equação 2 - Equação para conversão de escalas com valores negativos. Elaborado pela autora a partir de (Matos, 2014).*

No final, os valores registados pelos diferentes indicadores foram arredondados às unidades.

<sup>55</sup> Assume-se que o bom funcionamento de uma Democracia se reflete no alcance de pelo menos 50 pontos (numa escala de 0 a 100) da média de todos os índices democráticos selecionados.

<sup>56</sup> “EO” significa “escala original”, isto é, a escala em que os valores estavam expressos na base de dados de onde foram retirados, mas para efeitos de otimização do espaço visual nesta página, optou-se por utilizar uma sigla.

Importa ainda esclarecer que o índice da dimensão militar – que mede a probabilidade de o Chefe de Estado ser nomeado ou removido do poder pelas Forças Armadas<sup>57</sup> – traduz também uma relação inversa ao seu significado, ou seja, quanto maior for a pontuação que regista, menor a probabilidade de o Chefe de Estado ser nomeado pelas Forças Armadas e, portanto, maior é o valor democrático do Estado em causa (e vice-versa). Daí que, sempre que for referido um “aumento da dimensão militar”, na verdade significa que houve um aumento dessa probabilidade.

O primeiro Estado a ser analisado é o Burquina Faso (Anexo VI). Até 2022 (Anexo VI, A)), os índices mantêm valores relativamente estáveis, apenas com ligeiras alterações. O índice referente às liberdades civis é aquele que regista números mais elevados possivelmente pela ausência da violência do Estado para com os civis. Naturalmente, isto não é sinónimo de um ambiente securitário estável, nem exclui a submissão dos cidadãos a outros tipos de violência como por exemplo a violência resultante de atos terroristas. Os direitos políticos, e o controlo da corrupção registam valores médios, enquanto todos os outros estão abaixo dos 50 pontos. Destes, destacam-se, contudo, a eficácia governamental, as eleições livres e justas e a estabilidade política, que correspondem ao contexto que antecipou os golpes de Estado de 2022 – até porque a dimensão militar regista valores consideráveis. A única nota positiva a destacar seria a baixa taxa de desemprego, que para além de registar valores baixos antes dos golpes de Estado, não sofreu aumentos significativos após estes.

De 2021 para 2022 a dimensão militar sofreu um aumento exponencial, que foi acompanhado pelo decréscimo drástico dos direitos políticos e de uma diminuição significativa também no que diz respeito à estabilidade política e às liberdades civis, o que já era expectável atendendo ao que já foi exposto no capítulo anterior. Importa também referir que após 2022, não houve registo da eficácia governamental e de eleições livres e justas dado, evidentemente, a nova liderança militar. Dadas estas circunstâncias, o valor democrático nacional diminuiu a partir de 2021, estando ainda mais longe do valor democrático mínimo (Anexo VI, B)).

No caso dos Camarões (Anexo VII, A)), atendendo à ausência de golpes de Estado recentes, os valores mantêm-se bastante estáveis, com apenas algumas flutuações na dimensão militar e nas liberdades civis que têm vindo a aumentar e a diminuir, respetivamente, o que pode ser um resultado de alguma influência regional. Todavia, este Estado está também longe de atingir o valor democrático mínimo (Anexo VII, B)).

---

<sup>57</sup> Todas as definições relativamente aos índices utilizados encontram-se esclarecidas nas observações das tabelas expostas nos anexos de XVII a XXXVI.

Comparativamente ao Burquina Faso, o Chade (Anexo VIII, A)) apresenta valores ainda mais baixos em todos os índices, à exceção da dimensão militar que regista valores próximos e que, à semelhança de Burquina Faso também aumenta significativamente no ano em que se verificou um golpe de Estado (2021). As liberdades civis também diminuem, e o problema relativamente à ausência de dados permanece, mas regista-se uma diminuição do valor democrático nacional (Anexo VIII, B)), com uma pequena curiosidade a destacar; o índice de eficácia governamental aumenta de 2021 para 2022 apesar do golpe de Estado que ocorreu. Isto poderá ser resultado de um erro de cálculo do próprio índice utilizado, ou da conversão do índice para a escala utilizada nesta investigação.

Embora não se tenham registado golpes de Estado na Gâmbia entre 2020 e 2023, a perceção de corrupção apresenta valores relativamente altos (Anexo IX, A)). Porém, é necessário destacar as liberdades civis, a estabilidade política e os direitos políticos que se encontram acima dos 50 pontos, bem como a melhoria considerável do índice das eleições justas e livres entre 2020 e 2021, e o crescimento do índice referente à eficácia governamental no mesmo período. Neste caso, o valor democrático nacional aproxima-se muito do valor democrático médio em 2023 (Anexo IX, B)).

A Guiné apresenta um caso largamente semelhante ao Chade; quase todos os índices registam valores muito exíguos, à exceção da dimensão militar e, curiosamente das liberdades civis (Anexo X, A)). A partir de 2021 – ano em que ocorreu o golpe de Estado –, os direitos políticos e as liberdades civis diminuem de forma acentuada (pelo menos no caso dos primeiros, o que seria expectável), mas esta descida é acompanhada pela dimensão militar. Esta particularidade deve-se ao facto de que em 2022, a junta militar concordou em formar um governo de transição que iria governar por um período de três anos após os quais se iriam organizar eleições (The Associated Press, 2025). Todavia, a dimensão militar voltou a aumentar de 2022 para 2023, talvez por força da dissolução de inúmeros partidos de oposição por parte da junta militar neste ano (2023) (RFI Africa, 2024). Novamente, o valor democrático nacional é inferior ao valor democrático mínimo (Anexo X, B)).

O caso de Mali (Anexo XI, A)) é particularmente interessante na medida em que no ano de 2019 a maior parte dos índices registam menos de 50 pontos na escala – à exceção dos direitos políticos e as liberdades civis –, e um ano depois, a pontuação das eleições livres e justas aumenta também em cerca de 11 pontos – devido à organização de eleições, mas no mesmo ano (France 24, a), 2020), existe um aumento da dimensão militar e um decréscimo dos direitos políticos, o que se justifica com base na ocorrência do primeiro golpe de Estado a 18 de agosto. De 2020 para 2021, a dimensão militar passa a atingir valores máximos – na medida em que o Estado passa a ser liderado pela própria junta

militar – e os direitos políticos continuam a diminuir. Embora a junta permaneça no poder, os valores de todos os índices passam a registar valores constantes (abaixo dos 50 pontos). O índice correspondente às liberdades civis é o único que diminui nos anos subsequentes. Com efeito, o valor democrático nacional tende a diminuir entre 2019 e 2023, quando comparado com o valor democrático mínimo (Anexo XI, B)).

A Mauritânia também não sofreu nenhum golpe de Estado entre 2019 e 2023, mas apresenta alguns resultados que merecem uma observação mais atenta. Apesar de os direitos políticos aumentarem em 16 pontos entre 2019 e 2020 (Anexo XII, A)), a eficácia governamental teve o efeito inverso e diminuiu quase totalmente. Estes fenómenos podem ser explicados pela vitória de Mohamed Ghazouani nas eleições presidenciais de 2019. Segundo a Al Jazeera, esta foi a primeira vez que se elegeu um Presidente pacificamente após o fim do mandato do seu antecessor, mas esta vitória não foi sinónimo da ausência de oposição, muito pelo contrário, houve uma série de acusações de enviesamento eleitoral por parte dos restantes dois candidatos (Al Jazeera, 2019).

Relativamente à dimensão militar, esta mantém uma pontuação relativamente constante, com apenas um pequeno aumento entre 2020 e 2021, o que denota perfeitamente a influência que os militares têm na Política da Mauritânia. Aliás, segundo o Instituto Europeu para o Mediterrâneo e a *Freedom House*, o próprio Presidente Ghazouani é militar em reserva tendo também ocupado o cargo de Ministro da Defesa anteriormente à sua candidatura à presidência (Adou, 2023; Freedom House, 2022). A partir de 2021 existem apenas três alterações nos índices seleccionados; as liberdades civis diminuem consideravelmente, a dimensão militar diminui também, mas a eficácia governamental cresce (apesar de não haver dados para 2023). A causa por detrás do primeiro caso poderá ser a rejeição do sancionamento da violência com base no género em sede parlamentar, por exemplo, ou ainda a perpetuação de um sistema fortemente discriminatório que impede alguns mauritanos a circularem livremente entre as diferentes regiões nacionais (Freedom House, 2022). Já no que diz respeito ao aumento da eficácia governamental, este pode ser o resultado do maior investimento na educação em 2022 (Global Partnership, 2025). Nesta ordem de ideias, a Mauritânia regista um valor democrático nacional relativamente próximo ao valor democrático mínimo (Anexo XII, B).

O Níger é também um Estado cujos índices se encontram maioritariamente abaixo dos 50 pontos e mantêm valores que podem ser ditos estáveis (Anexo XIII, A)). Todavia, índices como a taxa de desemprego – que regista valores quase nulos – não traduzem uma realidade necessariamente próspera do Estado. Muitos dos empregos que os cidadãos têm são informais e mal remunerados (Agbetiloye, 2025). As únicas flutuações a destacar são: a diminuição da estabilidade política em 2020, contrastado pelo aumento da

eficácia governamental – o que pode ser um resultado da influência regional, como por exemplo da instabilidade política de Mali, dos ataques terroristas recorrentes nesta área geográfica e da transição democrática das eleições de dezembro 2020 (Ajala, 2021; BBC News, 2021) atendendo também ao aumento no índice das eleições livres e justas –, e o aumento drástico da dimensão militar em 2023 juntamente com um decréscimo considerável nas liberdades civis, dado o golpe de Estado do mesmo ano. Efetivamente, esta alteração substancial na dimensão militar afeta negativamente o valor democrático nacional, afastando-o do valor democrático médio (Anexo XIII, B)).

A Nigéria é um caso muito particular. Embora haja uma clara influência regional no que concerne à organização de eleições livres e justas, às liberdades civis e até ao aumento da dimensão militar entre 2022 e 2023, os restantes índices apresentam uma estabilidade considerável – excluindo a diminuição acentuada dos direitos políticos entre 2019 e 2020 –, mas o ponto mais saliente neste gráfico (Anexo XIV, A)) é o incremento quase total do índice da eficácia governamental ao longo dos anos. Isto deve-se especialmente à melhoria das políticas económicas e sociais que permitiram, por exemplo, o aumento do número de empregos, e o financiamento de empresas que visam a diminuição da pobreza e o desenvolvimento sustentável (Miller, 2020). Na verdade, a maior pontuação do valor democrático nacional coincide com esta pontuação quase máxima da eficácia governamental – ainda que posteriormente se verifique um decréscimo do valor nacional, resultante das dinâmicas regionais acima referidas (Anexo XIV, B)).

Finalmente, o Senegal apresenta resultados muito semelhantes à Nigéria; índices largamente estáveis, com um aumento exponencial da eficácia governamental em 2021 e um decréscimo notável dos direitos políticos entre 2019 e 2020. Ainda assim, 2021 coincide também com o início da diminuição do índice referente às eleições livres e justas, acompanhada pela diminuição da eficácia governamental, e das liberdades civis (Anexo XV, A)). Estas flutuações denunciam as irregularidades verificadas nas eleições legislativas de 2022 quando tanto o partido no poder, como o partido da oposição reivindicaram a vitória, originando assim protestos violentos que contribuíram para a erosão do respeito pelos princípios democráticos no Senegal (Dione & Ba, 2022). O Anexo XV, B) denota esta situação; se em 2021 o Senegal registava um valor democrático nacional quase igual com o valor democrático mínimo, em 2022 registou-se um decréscimo deste, continuando a tendência de minimização em 2023.

Analisados os contextos nacionais, é seguro afirmar que nenhum Estado cumpre com o valor democrático mínimo, e que todos os Estados em que se verificou pelo menos um golpe de Estado entre 2019 e 2023, registam valores iguais ou inferiores aos 30 pontos (pelo menos em 2023) (Anexo XVI). Mais, atendendo ao facto de Burquina Faso, Chade,

Guiné, Mali e Níger serem liderados por juntas militares, não é possível inferir quanto ao seu nível de democratização. A única conclusão pertinente relativamente a estes Estados é que os mesmos se encontram num *backsliding* democrático que, aproveitando a ideia do *continuum* político pode ser caracterizado como um retrocesso para um regime autoritário.

Os Camarões, a Gâmbia, a Mauritânia, a Nigéria e o Senegal apresentam realidades muito diferentes. Enquanto as suas Constituições salvaguardam uma identidade democrática, juntamente com a garantia e o respeito das liberdades fundamentais e dos Direitos Humanos (L'Assemblée Nationale du Cameroun, 1996; Government of The Gambia, 1997; Gouvernement de la République Islamique de Mauritanie, 1959; Government of Nigeria, 1999; Gouvernement du Sénégal, 2001), a verdade é que na prática, esse compromisso nem sempre é honrado. Com efeito, apesar de os Estados registarem índices bastante altos de respeito pelas liberdades civis, estes têm sofrido um declínio acentuado a partir de 2021 – naturalmente a onda de golpes de Estado que surgiu nesta região teve também um contributo neste sentido. Adicionalmente, existe uma clara influência das Forças Armadas nos sistemas políticos destes Estados, as eleições não são sempre e necessariamente livres ou justas, o controlo da corrupção nunca é manifestamente superior à perceção da corrupção – que por si só regista valores muito altos –, e o respeito pelos direitos políticos também não está sempre garantido (Anexos VI a XV, A)).

Relembrando as definições do que é a liberalização, a transição e a consolidação democrática, entende-se que todos os Estados estão longe de cumprirem os requisitos necessários para serem considerados Democracias consolidadas, mas também não existe nenhum Estado que ainda se encontra numa fase de liberalização. Apesar de as liberdades civis estarem em declínio, uma grande parte destas prevalecem o que significa que já não está em causa a sua concessão ou reconhecimento. À partida, trata-se de uma necessidade imperativa de reforço e respeito, sim, mas não de inclusão dos mesmos na esfera política estatal. Depois, sendo a transição o momento que marca o fim da Autocracia e o início da Democracia, é imperativo haver eleições. Como já explanado, estas são a condição mínima para se instaurar um regime democrático, mas não é suficiente que elas ocorram. É necessário que sejam livres e justas de forma a respeitar a igualdade e a liberdade política dos cidadãos. Reitera-se ainda o facto de que, entre uma Autocracia plena e uma Democracia perfeita/consolidada, existe um conjunto de sub-regimes. A Autocracia Eleitoral, por exemplo, (de uma forma muito basilar) é um regime no qual embora sejam organizadas eleições e haja algum pluralismo partidário (incluindo partidos de oposição), não existe uma competição política verdadeiramente dita, pois os princípios democráticos são violados através da manipulação eleitoral ou legislativa e da própria supressão de certos direitos políticos (Hameed, 2022, pp. 15-16). Este sub-regime é

precisamente o caso que se pode aplicar aos Camarões. Segundo o *Democratic Erosion Consortium*, o Presidente Paul Biya está no poder há cerca de 38 anos, mas as suas vitórias eleitorais são baseadas numa rede extensa de fraudes eleitorais, intimidação da oposição, restrições mediáticas, e falsa propaganda (Democratic Erosion Consortium, 2020) o que, sobrepondo ao gráfico elaborado, justifica esta categorização.

A Mauritânia e a Nigéria são também eles regimes híbridos. No caso da Mauritânia, a *Freedom House* reconhece a “credibilidade relativa” das eleições mais recentes, e admite ter havido esforços significativos por parte do presidente, do Governo e da Assembleia Nacional em combater a discriminação e a escravatura, por exemplo. Não obstante, ainda continua a existir alguma repressão da liberdade de expressão (Freedom House, 2023) – para além da influência militar na Política –, o que significa que a Mauritânia ainda se encontra numa fase de transição. A Autocracia foi abolida, existem eleições credíveis, mas ainda estão a ser feitos esforços no sentido da própria liberalização. No caso da Nigéria, o relatório de 2022 do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral aponta, para um declínio democrático passando de uma Democracia para um regime híbrido em 2019 (International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2022). O relatório da V-Dem de 2023 vem corroborar este declínio através da classificação da Nigéria enquanto uma Autocracia Eleitoral uma vez que, à semelhança dos Camarões, embora existam eleições, estas são frequentemente manipuladas – consequência da corrupção significativa que existe (V-Dem Institute, 2023) (International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2023).

Ainda que a Gâmbia tenha registado um bom valor democrático nacional e tenha beneficiado de eleições livres e justas em 2022 (Freedom House, 2023) – segundo a *Freedom House* – existem algumas preocupações relativas ao respeito pelo Estado de Direito, à separação de poderes e à liberdade de expressão (Mugabi, 2023). Neste sentido, a Gâmbia poderá estar ainda numa fase de transição uma vez que não tem um regime autocrático, mas também não tem instituições democráticas suficientemente robustas para reforçar o respeito por estes princípios (Jeng, 2021). Finalmente, o Senegal é considerado uma das Democracias mais notáveis no continente africano e, de facto, é o Estado com o maior valor democrático nacional na região de Sahel (Anexo XVI). Todavia, existe ainda um longo caminho por percorrer no sentido do controlo e combate à corrupção, e no respeito pelas próprias instituições democráticas, portanto, o Senegal estaria numa posição relativamente intermediária entre a transição e a consolidação democrática (Prabhu, 2025).

Posto isto, qualquer tentativa de localizar estes Estados no *continuum* político levanta uma miríade de questões no que concerne à própria Democracia, aos seus princípios e à

sua materialização. Em causa estão regimes políticos muito complexos e distintos dos Estados a partir dos quais este modelo democrático foi importado. Debater qual seria o melhor regime político para os Estados africanos vai, evidentemente, para além do âmbito desta dissertação, mas é crucial olhar para o passado e perceber quais são as bases das dinâmicas do presente. Proceder a este raciocínio não é sinónimo de uma justificação do atual *backsliding democrático* na região do Sahel, que ignora a agência dos próprios Estados. Trata-se apenas de procurar obter uma visão mais holística desta problemática e, deste modo, considerar vários aspetos envolvidos nesta questão.

Se nem o Estado do Sahel mais avançado democraticamente consegue alcançar o valor democrático mínimo, ter instituições democráticas robustas que permitam o respeito e reforço efetivo das liberdades fundamentais, direitos políticos e Direitos Humanos, e estar numa etapa mais avançada deste continuum político (no sentido da Democracia, naturalmente), então é importante olhar não apenas para os fatores que impulsionaram este retrocesso/ esta estagnação a nível material – isto é, para as questões políticas, económicas, sociais e securitárias –, mas também para as questões mais ideacionais. Esclarecendo, se a população destes Estados rejeita o Ocidente, na imagem de França – no caso da maior parte dos Estados do Sahel –, não quer necessariamente dizer que rejeita a Democracia também. Em causa está a aparente ineficácia dos sucessivos regimes “democráticos” em dar resposta às necessidades regionais. Mais, o próprio rótulo (democrático) a nível doméstico, e o discurso sobre Democracia do Ocidente contribuíram para esta alienação à medida que a Democracia foi “falhando” (Timbuktu Institute: African Center For Peace Studies, 2024).

A Democracia em si, na sua forma mais basililar – isto é, os seus princípios – não constitui um fenómeno verdadeiramente estranho ao continente e à cultura política africana. A África pré-colonial tinha práticas governativas que promoviam a participação e a responsabilidade dos líderes através de três princípios essenciais; a participação política, *kgotla*, *kuta*, ou *zango* – como era denominada em alguns idiomas – era garantida através da discussão das matérias em comunidade até que se alcançasse um consenso – um pouco semelhante ao que acontecia na *demos* da Grécia Antiga. A representatividade política era assegurada nos grandes impérios através do sistema *Kuta*, isto é, cada clã ou linhagem escolhia um representante – por vezes, as mulheres também podiam nomear uma representante. Por fim, existiam alguns elementos de responsabilização. Em alguns casos, o monarca era escolhido a partir de uma lista de candidatos legítimos, mas não tinha poder absoluto para poder afastar os seus ministros do poder, e estava obrigado a cumprir com a constituição. Mais, os governantes tinham um conselho de anciãos – que não faziam parte da família real ou da nobreza, sendo simples aldeões –, com o qual se consultavam relativamente às diversas matérias governativas. Este conselho podia

também afastar o governante do poder, sempre que consideravam existir um abuso de poder (Cheeseman & Sishuwa, 2021, pp. 704-709). Por tal, e recuperando também a ideia sobre a imposição do respeito pelos princípios democráticos para obter ajuda financeira, por exemplo – do capítulo sobre os atores externos – percebe-se que a falha da Democracia em África, ou pelo menos, no Sahel, deve-se a essencialmente três fatores: uma certa “hipocrisia do Ocidente”, assim como é referido por Haggai Matsiko (Matsiko, 2023, pp. 113-114), a falsa ideia do que um regime democrático realmente é, e a própria falta de cooperação e confiança entre os Estados, como explorado em momentos antecedentes desta investigação. *Ergo*, a promoção democrática, por agentes ocidentais, através de condicionantes acaba por erodir a credibilidade destes, das suas intenções, e do próprio enquadramento dos princípios democráticos nas sociedades africanas. Isto, juntamente com as falhas sistemáticas dos próprios regimes “democráticos”, acaba por fomentar, a nível regional e continental, uma visão muito hobbesiana da Política, deixando pouco espaço para a ação conjunta em prol dos interesses continentais. Este cenário culmina, uma vez mais, na fragilidade institucional e no vácuo de agência já mencionado.

Resta então inferir quanto à estabilidade política destes Estados. Do ponto de vista numérico, em 2023, a ordem de estabilidade – do mais estável para o menos estável politicamente – foi: Gâmbia, Senegal, Mauritânia, Guiné, Camarões, Chade, Níger, Nigéria, Burquina Faso e Mali. Naturalmente, após a análise do valor democrático de cada Estado, esta ordem parece não corresponder à realidade. Porém, é importante reter o facto de o índice utilizado medir apenas a probabilidade de os líderes estatais serem removidos através de algum meio inconstitucional violento, como por exemplo um golpe de Estado ou um ataque terrorista, ou seja, é um índice monométrico. Para determinar a verdadeira estabilidade dos Estados, deveria ser conduzida uma análise muito extensa. O primeiro passo seria isolar os elementos identificadores do sistema político de cada Estado, à semelhança do que foi explanado no quadro teórico-conceitual, pois – aplicando uma lente Construtivista – apesar de haver uma vasta partilha de fatores históricos, geográficos, securitários e até políticos, cada sociedade tem as suas particularidades, portanto à partida, os respetivos sistemas políticos também terão. No entanto, isto ultrapassa o cerne do tema desta investigação. A única análise mais abrangente, mas ainda muito próxima da realidade que pode ser feita é a seguinte; considerando a Democracia enquanto o objeto político em estudo, admitindo as eleições como condição mínima para o regime democrático se materializar, e atendendo à complexidade dos impulsionadores desta nova onda de golpes de Estado, à repetição destes – no caso de Mali e Burquina Faso – e em certa medida ao próprio gráfico (Anexo XVII), o mais provável é que, os elementos identificadores da Democracia tenham sido ameaçados de tal forma que a transformação de apenas alguns elementos – entenda-se neste contexto, por exemplo a violação de

algumas liberdades civis ou direitos políticos – e mesmo o afronto direito – pense-se nas eleições – não bastaram para a salvar nos Estados que, de momento, se encontram liderados por juntas militares. No caso dos restantes, parece pertinente concluir que o objeto político se encontra num momento de “metamorfose”, isto é, um momento em que alguns dos seus elementos estão a sofrer alterações numa lógica de fazer a Democracia resistir às ameaças, ainda que seja em condições mínimas. Por outras palavras, ao ter eleições credíveis e relativamente justas e livres, mas falta de instituições robustas que consigam promover o respeito por todos os direitos e liberdades dos seus cidadãos, o regime democrático da Gâmbia, por exemplo, encontra-se precisamente nesse momento de transformação. Esta última concretiza-se por via do sacrifício institucional. Não obstante, este “sacrifício” não é sinónimo de eliminação e erosão total destas instituições – já que estas também são um pilar da Democracia –, é sim no sentido da sua fragilidade. Embora não seja uma Democracia consolidada, e as instituições sejam frágeis, enquanto houver eleições (relativamente) justas, livres e credíveis – que é um elemento identificador deste tipo de regime –, existe uma Democracia mínima e, portanto, uma estabilidade subjetiva.

## **ESTUDO DE CASO: OS GOLPES DE ESTADO NO MALI**

Após definir os conceitos e inferir quanto à agência dos atores externos, à instabilidade no Sahel e à Democracia, democratização e estabilidade nesta região, importa agora trazer um caso prático de modo a proceder à junção de todas as questões e problemáticas anteriormente referidas. Como tal, serão brevemente analisados ambos golpes de Estado do Mali. O objetivo desta seleção não é generalizar a problemática ou, de alguma forma, descuidar as diferenças de cada Estado. Muito pelo contrário, estas são devidamente reconhecidas e assumidas, tratando-se apenas de selecionar o Mali por ser o Estado que deu início a esta onda de golpes de Estado no Sahel, e que melhor agrega todos os pontos anteriores. Passe-se então ao mapeamento dos golpes de Estado de 2020 e 2021.

A 18 de agosto de 2020, após meses de protestos contra a ineficácia governamental em combater o terrorismo e controlar a corrupção, o Presidente Ibrahim Boubacar Keita, e o Primeiro-Ministro Boubou Cisse foram presos e removidos do poder pela junta militar liderada pelo Coronel Assimi Goita. A pandemia do COVID-19 acentuou a crise económica que existia, o que influenciou a população a apoiar o afastamento de Keita do poder (Mohamed , 2020; France 24, b), 2020; Al Jazeera, 2020). Com a junta no poder, a

CEDEAO – que já estava a tentar ajudar a gerir a crise política existente devido a irregularidades nas eleições de 2018 (Mugabi, 2020) – suspende Mali das suas instituições ameaçando impor sanções e a comunidade internacional reprime fortemente o golpe de Estado, o que acaba por convencer Assimi Goita a concordar com a formação de um Governo interino e uma transição de poder num espaço de 18 meses. Desta forma, o antigo Ministro da Defesa, Bah Ndaw, é nomeado para ocupar o cargo de Presidente Interino com Goita como Vice-Presidente em setembro do mesmo ano (Agence France-Presse, 2021) (Al Jazeera, 2021). Alguns meses depois, a 21 de maio de 2021, Ndaw é acusado de violar o acordo anteriormente estabelecido, com base na reorganização do Governo interino e consequente afastamento de alguns militares do poder. No mesmo dia, o Presidente é detido e Goita anuncia a sua remoção publicamente. Além disso, o Coronel assume a presidência de Mali e estende o prazo de transição (Lawal, 2024). Segundo o *Institute for Security Studies*, este segundo golpe de Estado veio agravar ainda mais a crise económica no Mali e aumentou também a vulnerabilidade securitária nacional já que, à semelhança do que aconteceu em 2012, o Estado encontra-se uma vez mais num ambiente muito instável do ponto de vista político, que é propício para a infiltração de membros de grupos terroristas no Estado (Institute for Security Studies, 2021).

Na perspetiva regional, a CEDEAO voltou a suspender Mali<sup>58</sup> das suas instituições, impôs sanções e fechou fronteiras aéreas e terrestres de modo a pressionar para uma transição rápida e efetiva (Bakare, 2023). Não obstante, a credibilidade e autoridade do bloco regional é limitada porque na realidade, as sanções afetaram somente alguns dos membros da junta militar e não conseguiu sair efeitos no que concerne à alteração do plano de transição decidido por Assimi Goita (Cascais, 2022).

É ainda importante mencionar que em 2022, França decidiu retirar os seus militares de Mali, finando a operação *Barkhane* que visava o combate ao terrorismo, uma vez que ‘[n]ão é possível [obter] uma vitória contra o terrorismo se não for apoiada pelo Estado’ (France 24, 2022) (Al Jazeera, 2022). Um ano depois, Mali exigiu que a MINUSMA fosse ultimada de imediato. Este afastamento do Ocidente vem, principalmente, no seguimento de um sentimento de ineficácia por parte da ajuda prestada por França em matéria de Segurança, e tem sido acompanhado por um aumento da cooperação entre Mali e o Grupo Wagner, que é atualmente o seu aliado em termos securitários (Lewis & Mcallister, 2023). Ainda que este afastamento apresente uma ótima oportunidade para a UA e a CEDEAO adquirirem mais destaque no apoio aos seus Estados-membros no combate ao terrorismo – por exemplo através do destaque da *ECOWAS Standby Force* (Obiezu, 2025) – a cooperação e coordenação de recursos – tanto militares, como financeiros – deixa muito a

---

<sup>58</sup> A suspensão anterior tinha sido levantada após a junta militar concordar (pela primeira vez) em coordenar um plano de transição com a CEDEAO e a UA (Al Jazeera, 2021).

desejar, como anteriormente verificado, o que mina qualquer esforço neste sentido (Institute for Peace and Security: Peace and Security Council, 2023). Uma vez mais, a agência destas instituições é minimizada porque elas têm por base as vontades, os valores e os ideais da população dos Estados que as constituem. Neste sentido, se o objeto político considerado forem estas instituições, então a confiança inter-membros, e num nível mais profundo, a confiança inter-nações a nível individual/dos próprios cidadãos, seriam elementos identificadores, na medida em que sem estes, resta-lhes pouca estabilidade e consequentemente eficácia.

Ainda no âmbito institucional, embora a UA disponha de mecanismos e enquadramentos normativos para reconhecer, condenar e sancionar os Estados na eventualidade de um golpe de Estado ocorrer, como exposto, a verdade é que no caso de Mali, a CEDEAO teve um papel mais proativo e relevante do que a própria União (Klatt, 2021). Ao não impor sanções a Mali (em ambos os golpes de Estado), a UA abriu um precedente (negativo) na forma como a Política é pensada e conduzida no continente africano. Se em 2009 a ideia era adotar uma posição de 'zero-tolerância' às mudanças inconstitucionais de governo, mas passados 14 anos a União não procede ao sancionamento dos membros onde isso é uma realidade, então a única conclusão pertinente é que a UA perdeu parte da sua robustez institucional e (até certo ponto) autoridade para o fazer (Mushoriwa, 2021).

Por força do tema desta investigação, é igualmente importante acrescentar uma outra questão: qual o papel da UA e da CEDEAO nos processos de democratização e estabilidade de Mali? Ora, atendendo ao que já foi exposto – e reiterando alguns pontos –, a CEDEAO teve um contributo muito mais significativo – porém, igualmente ineficaz em retirar as juntas militares do poder – do que a UA. Todavia, a autocratização e instabilidade política de Mali não se deve apenas à fragilidade institucional destes agentes. As questões securitárias, os fatores económicos e os contextos sociais também tiveram um papel decisivo neste retrocesso. No fundo, nenhuma dinâmica é unilateral – do ponto de vista dos fluxos de influência – ou singular – do ponto de vista dos fatores envolvidos.

Do ponto de vista do Construtivismo, admite-se que as próprias instituições da UA e da CEDEAO são um reflexo dos valores e crenças sociais. A construção social está ainda presente na forma como a própria Democracia é interpretada e do ponto de vista da mutualidade entre a agência e a estrutura, tanto são os cidadãos que moldam os atores externos, como são estes que, apesar da sua fragilidade e do desrespeito pelos mesmos (por parte dos seus Estados-membros), traçam alguns parâmetros ao comportamento dos Estados que submetem os cidadãos a contextos políticos específicos. Isto é, os cidadãos expressam as suas preferências políticas através de eleições (idealmente) ou protestos,

que podem influenciar a escolha ou remoção de uma certa figura política, mas a(s) estrutura(s) também delimita(m)<sup>59</sup> certos ideais a alcançar e promover pelos cidadãos como um todo.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, começa-se por evidenciar que em termos políticos, a região do Sahel é particularmente interessante. Embora tenha um dos Estados mais desenvolvidos financeiramente (a Nigéria) e algumas das “melhores Democracias” de África, é uma região bastante instável.

Como observado, a corrupção e personalização de poder marca a política africana ainda desde os primeiros anos pós-independência. O passado colonial introduziu alterações profundas nestas sociedades e deixou uma matriz de governação inadequada à realidade africana. Os esforços em prol do crescimento económico e democratização que se seguiram não foram capazes de desenvolver os Estados e suprir a corrupção enraizada. Além disso, estas fragilidades domésticas traduziram-se também em falta de confiança inter-estatal que, posteriormente, culminou na relutância dos Estados em aprofundar as relações de cooperação em projetos e missões para a segurança regional sob a alçada da UA. A própria fragilidade institucional dos atores externos é também resultado destes fatores, juntamente com a sua incapacidade em aplicar o enquadramento jurídico e mecanismos dos quais dispõe para reprimir os golpes de Estado e promover a boa governança e o respeito pelos direitos e liberdades civis.

Este *backsliding* democrático que se tem verificado entre 2020 e 2023 representa é o culminar destes fatores agravados pela falha das operações de combate ao terrorismo – principalmente as lideradas pela França –, a pandemia do COVID-19 e o encontro de uma nova alternativa em termos de alianças militares no combate ao terrorismo. Contudo, a falha da UA e da CEDEAO em impor sanções e consequências mais robustas à violação dos princípios democráticos contribui, naturalmente, para a erosão da credibilidade e autoridade destes atores a nível continental.

Numa ótica construtivista, esta problemática pode também ser vista de outro ângulo, nomeadamente o da dimensão ideacional. As sociedades destes 10 Estados podem, possivelmente já não se identificar com a forma como a “Democracia” tem sido implementada no continente. Esta mudança pode justificar-se não pela estranheza aos princípios democráticos ou por rejeição dos mesmos pela população, mas sim porque a forma como estes foram aplicados, ou melhor dizendo, a forma como a supressão destes foi rotulada, teve efeitos totalmente contrários aos objetivos coletivos. Mais, o próprio nível democrático dos Estados e a dificuldade de subsistência dos elementos identitários da Democracia neste contexto regional transparece perfeitamente toda esta problemática. É este aspeto que materializa a mutualidade agência-estrutura dentro deste tema. Os

---

<sup>59</sup> Uma vez mais, por força das identidades dos próprios agentes.

agentes (atores externos) não conseguem projetar e fazer cumprir o seu enquadramento jurídico e as suas políticas a nível nacional, mas a estrutura – da qual os Estados-membros e conseqüentemente os seus cidadãos fazem parte – também contribui para a erosão dos valores democráticos e da autoridade dos próprios agentes, através da forma como os vários elementos interagem entre si e formam valores que moldam os agentes na sua interação com estes últimos.

No caso do Mali, em concreto, ao apoiarem a junta militar liderada por Assimi Goita e demandarem a retirada dos militares franceses e o fim da MINUSMA, por exemplo, os cidadãos estavam a transmitir uma mensagem clara de alienação da Democracia nos moldes em que ela tem sido “imposta”. Isto, uma vez mais, dificulta a ação por parte dos atores externos. Portanto, o papel destes últimos relativamente à democratização e estabilização dos Estados da região de Sahel acaba por ser bastante reduzido e, de modo geral, ineficaz em impedir o retrocesso democrático e tomar medidas suficientemente sólidas para fazer com que, na eventualidade de um golpe de Estado, as juntas militares não sedimentem a sua liderança e exista uma transição efetiva de poder para um governo democrático através da organização de eleições verdadeiramente livres e justas. Mais do que impedir um retrocesso democrático, aliás, importa ter autoridade para impor limites ao mesmo, algo que, como visto, não é exequível.

## REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge University Press. Obtido em 08 de março de 2024, de [http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan\\_Digital\\_1/DEMOCRACY%20Economic%20Origins%20of%20Dictatorship%20and%20democracy.pdf](http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_1/DEMOCRACY%20Economic%20Origins%20of%20Dictatorship%20and%20democracy.pdf)
- ACLEDD. (28 de março de 2025). *The Sahel*. Obtido em 13 de abril de 2025, de ACLEDD: <https://acleddata.com/africa/the-sahel/>
- Adou, B. (2023). *Mauritania. General Overview of the Country*. Obtido em 15 de junho de 2025, de European Institute of the Mediterranean: <https://www.iemed.org/publication/mauritania-general-overview-of-the-country/>
- Africa Center. (agosto de 2019). Case Study One: The G-5 Sahel. Obtido em 13 de abril de 2025, de <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2019/07/2019-08-CT-CVE-Case-Studies-EN.pdf>
- Afrobarometer. (2024). *African Insights 2024: Democracy at risk - the people's perspective*. Obtido em 17 de junho de 2025, de [https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2024/05/Afrobarometer\\_FlagshipReport2024\\_English.pdf](https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2024/05/Afrobarometer_FlagshipReport2024_English.pdf)

- Agbetiloye, A. (21 de janeiro de 2025). *Top 10 African countries with the lowest unemployment rate*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Business Insider Africa: <https://africa.businessinsider.com/local/markets/top-10-african-countries-with-the-lowest-unemployment-rate/v7ld3ky>
- Agence France-Presse. (27 de maio de 2021). *Timeline: Mali since last year's coup*. Obtido em 16 de junho de 2025, de The East African: <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/news/north-africa/timeline-mali-since-last-year-coup-3415292>
- Ajala, O. (17 de janeiro de 2021). *Niger's democratic transition is good news, but the threat of insurgency remains high*. Obtido em 15 de junho de 2025, de The Conversation: <https://theconversation.com/nigers-democratic-transition-is-good-news-but-the-threat-of-insurgency-remains-high-152905#:~:text=In%20December%202020%2C%20the%20country%20held%20th,e,another%20since%20independence%20from%20France%20in%201960.&text=But%20desp>
- Ajala, O. (19 de outubro de 2023). *Understanding the Crisis of Democracy in West Africa and the Sahel*. Obtido em 12 de abril de 2025, de Geneva Centre for Security Policy: <https://www.gcsp.ch/publications/understanding-crisis-democracy-west-africa-and-sahel>
- Ake, C. a. (janeiro de 1975). A Definition of Political Stability. *Comparative Politics*, 7(2), 271-283. doi:10.2307/421552
- Ake, C. b. (1967). Political Integration, Societal Change, and Political Stability. Em C. Ake, *A Theory of Political Integration* (pp. 96-151). The Dorsey Press. Obtido em 13 de abril de 2025
- Al Jazeera. (13 de agosto de 2013). *Timeline: Mali since independence*. Obtido em 20 de junho de 2024, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2013/8/13/timeline-mali-since-independence>
- Al Jazeera. (24 de junho de 2019). *Mauritania's Ghazouani declared presidential vote winner*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2019/6/24/mauritania-ghazouani-declared-presidential-vote-winner>
- Al Jazeera. (21 de agosto de 2020). *Mali opposition, military join rally to celebrate Keita's removal*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2020/8/21/mali-opposition-military-join-rally-to-celebrate-keitas-removal>

- Al Jazeera. (25 de maio de 2021). *Mali timeline: From military coup to interim leaders removed*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/25/timeline-what-happened-in-mali-since-a-military-coup-in-august>
- Al Jazeera. (16 de agosto de 2022). *Last French troops leave Mali, ending nine-year deployment*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2022/8/16/last-french-troops-leave-mali-ending-nine-year-deployment>
- Al Jazeera. (17 de fevereiro de 2022). *Timeline: Nine years of French troops in Mali*. Obtido em 13 de abril de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/17/timeline-what-led-france-to-withdraw-its-troops-from-mali>
- Al Jazeera. (07 de setembro de 2023). *What's behind the wave of coups in África | Start Here*. Obtido em 10 de abril de 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=273KS2IfRZE>
- Alence, R. (2009). Democracy and Development in Africa. *The Journal of the International Institute*, 4-5. Obtido em 08 de abril de 2025, de <https://quod.lib.umich.edu/j/jii/4750978.0016.202/--democracy-and-development-in-africa?rgn=main;view=fulltext>
- Angalapu, D. (15 de setembro de 2023). *Africa's Democratic Journey: A Tale of Progress, Setbacks, and Hopes*. Obtido em 06 de abril de 2025, de Centre for Democracy and Development: <https://www.cddwestafrica.org/blog/africa-s-democratic-journey-a-tale-of-progress-setbacks-and-hopes/>
- Aslan, Ö., & Ozkan, M. (janeiro de 2023). When do civilians resist military coup attempts? *Third World Quarterly*, 44(5), 892-910. doi:10.1080/01436597.2022.2163232
- Bakare, M. A. (15 de novembro de 2023). *ECOWAS and the management of political transitions in Mali, Guinea and Burkina Faso: Adopting a three-dimensional approach for stability and sustainable democracy and development*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Accord: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/ecowas-and-the-management-of-political-transitions-in-mali-guinea-and-burkina-faso-adopting-a-three-dimensional-approach-for-stability-and-sustainable-democracy-and-development/>
- Bartelson, J. (junho de 1997). Making Exceptions: Some Remarks on the Concept of Coup d'état and Its History. *Political Theory*, 25(3), 323-346. Obtido em 23 de fevereiro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/191983?origin=JSTOR-pdf>

- Bates, M. J. (2005). An Introduction to Metatheories, Theories, and Models. Em A. S. Technology, K. E. Fisher, S. Erdelez, & L. McKechnie (Edits.), *Theories of Information Behaviour* (pp. 1-24). Information Today Inc. Obtido em 25 de maio de 2025
- BBC News. (19 de fevereiro de 2018). *Mauritanian profile- Timeline*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13882166>
- BBC News. (20 de abril de 2021). *Chad profile - Timeline*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13164690>
- BBC News. (1 de outubro de 2021). *Independence Day: How Nigeria gain independence*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/pidgin/58757294>
- BBC News. (23 de fevereiro de 2021). *Niger election: Mohamed Bazoum wins landmark vote amid protests*. Obtido em 15 de junho de 2025, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-56175439>
- BBC News. (4 de agosto de 2023). *Niger country profile*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13943662>
- BBC News. (12 de abril de 2023). *The Gambia country profile*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13376517>
- BBC News. (s.d.). *Burkina Faso country profile*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13072774>
- BBC News. (s.d.). *Senegal country profile*. Obtido em 20 de junho de 2024, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14093674>
- Beetham, D. (1991). *The Legitimation of Power* (1ª ed.). Palgrave. Obtido em 23 de fevereiro de 2024
- Bermeo, N. (2003). *Ordinary People in Extraordinary Times - The citizen and the breakdown of Democracy*. Princeton University Press. Obtido em 08 de março de 2024
- Blattman, C., & Miguel, E. (2010). Civil War. *Journal of Economic Literature*, 48(1), 3-57. doi:10.1257/jel.48.1.3
- Bodea, C., Elbadawi, I., & Houle, C. (2017). Do Civil Wars, Coups and Riots Have the Same Structural Determinants? *International Interactions - Empirical and Theoretical Research in International Relations*, 43(3), 537-561. doi:10.1080/03050629.2016.1188093

- Boeke, S., & Schuurman, B. (28 de julho de 2015). *Operation Serval: The French Intervention in Mali*. Obtido em 13 de abril de 2025, de Leiden Security and Global Affairs Blog - Leiden University: <https://www.leidensecurityandglobalaffairs.nl/articles/operation-serval-the-french-intervention-in-mali>
- Brancati, D. (2014). Pocketbook Protests: Explaining the Emergence of Pro-Democracy Protests Worldwide. *Comparative Political Studies*, 47(11), 1503-1530. doi:10.1177/0010414013512603
- Bratton, M., & van de Walle, N. (1997). Africa's Divergent Transitions, 1990-94. Em M. Bratton, & N. van de Walle, *Democratic Experiments in Africa - Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge University Press. Obtido em 08 de abril de 2025
- Bratton, M., & Van de Walle, N. (1997). Explaining political liberalization. Em M. Bratton, N. Van de Walle, & P. Lange (Ed.), *Democratic experiments in Africa* (pp. 159-193). Cambridge University Press. Obtido em 14 de junho de 2024
- Cascais, A. (05 de maio de 2022). *ECOWAS criticized over West African coups*. Obtido em 16 de junho de 2025, de DW: <https://www.dw.com/en/ecowas-criticized-over-west-african-coups/a-61685721>
- Casquete, J. (24 de janeiro de 2007). The Power of Demonstrations. *Social Movements Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 5(1), 45-60. doi:10.1080/14742830600621183
- Cebotari, A., Chueca-Montuenga, E., Diallo, Y., Ma, Y., Turk, R., Xin, W., & Zavarce, H. (2024). *Political Fragility: Coup d'État and Their Drivers*. Working Paper, International Monetary Fund, African Department e Strategy, Policy and Review Department. Obtido em 01 de março de 2024, de <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2024/02/16/Political-Fragility-Coups-dtat-and-Their-Drivers-544943>
- Center for Preventive Action. (23 de outubro de 2024). *Violent Extremism in the Sahel*. Obtido em 14 de abril de 2025, de Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violent-extremism-sahel>
- Cheeseman, N., & Sishuwa, S. (setembro de 2021). African Studies Keyword: Democracy. *African Studies Review*, 64(3), 704-732. doi:10.1017/asr.2021.43
- Chikwanha, A. B. (2022). Governance. Em U. Engel (Ed.), *Yearbook on the African Union* (Vol. 3, pp. 102-119). Brill. Obtido em 01 de junho de 2025

- Chirisa, I., Mumba, A., & Dirwai, S. (2014). A review of the evolution and trajectory of the African Union as an instrument of regional integration. (101), pp. 1-8. Obtido em 30 de maio de 2025, de <https://springerplus.springeropen.com/articles/10.1186/2193-1801-3-101#citeas>
- Clark, G. L., & Dear, M. (2020). *State Apparatus: Structures and Language of Legitimacy*. Routledge. Obtido em 08 de março de 2024
- Clements, P. (2014). The World Bank and the International Monetary Fund in Africa. Em Routledge, & T. Murithi (Ed.), *Handbook of Africa's International Relations* (1ª ed., pp. 251-259). Obtido em 28 de março de 2025
- Collier, P., & Hoeffler, A. (2005). *Coup Traps: Why does Africa have so many Coups d'État?* Centre for the Study of African Economies, Department of Economics. University of Oxford. Obtido em 08 de março de 2024, de <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:49097086-8505-4eb2-8174-314ce1aa3ebb>
- Crick, B. (2002). Republicanism and democracy. Em B. Crick, *Democracy: A Very Short Introduction* (pp. 32-57). Oxford University Press. Obtido em 24 de maio de 2025
- Crick, B. (2002). The place from where we started. Em B. Crick, *Democracy: A Very Short Introduction* (pp. 14-31). Oxford University Press. Obtido em 23 de maio de 2025
- Dahl, R. A. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition*. Yale University Press. Obtido em 26 de maio de 2025
- Dahl, R. A. (1989). *Democracy and Its Critics*. Yale University Press. Obtido em 27 de maio de 2025
- Darboe, A. (outubro de 2010). *Guinea: 1958-present*. Obtido em 20 de junho de 2024, de International Center on Nonviolent Conflict: <https://www.nonviolent-conflict.org/guinea-1958-present/>
- Decalo, S. (1986). African studies and military coups in Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 5(1-2), 3-25. Obtido em 06 de abril de 2025
- Democratic Erosion Consortium. (20 de outubro de 2020). *"Democratic" Elections in Cameroon*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Democratic Erosion Consortium: <https://democratic-erosion.org/2020/10/20/democratic-election-in-cameroon/>
- Devlin-Foltz, Z. (2010). *Africa's Fragile States: Empowering Extremists, Exporting Terrorism*. Brief, Africa Center for Strategic Studies. Obtido em 08 de abril de 2025, de <https://africacenter.org/publication/africas-fragile-states-empowering-extremists-exporting-terrorism/>

- Diamond, L. (1999). Defining and Developing Democracy. Em L. Diamond, *Developing Democracy: Toward Consolidation* (pp. 1-23). The John Hopkins University Press. Obtido em 25 de maio de 2025
- Dione, N., & Ba, D. (01 de agosto de 2022). *Senegal's ruling party, opposition both claim victory after legislative vote*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Reuters: <https://www.reuters.com/world/africa/senegal-votes-legislators-amid-rising-political-acrimony-2022-07-31/>
- Doumbia, M., & Batana, Y. (2024). *Poverty, shared prosperity, and equity update - Mali*. The World Bank. The World Bank. Obtido em 12 de abril de 2025, de <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099061224082016747>
- Dowding, K. M., & Kimber, R. (setembro de 1983). The Meaning and Use of 'Political Stability'. *European Journal of Political Research*, 11(3), 229-243. doi:10.1111/j.1475-6765.1983.tb00060.x
- Dumbuya, P. A. (2008). ECOWAS military intervention in Sierra Leone: Anglophone-Francophone bipolarity or multipolarity? *Journal of Third World Studies*, 25(2), 83-102. Obtido em 07 de abril de 2025, de <https://www.jstor.org/stable/45194480>
- Duzor, M., & Williamson, B. (3 de outubro de 2023). *Coups in Africa*. (A. Reifenrath, S. Shahid, S. Solomon, & C. Guensburg, Editores) Obtido em 20 de junho de 2024, de VOA News: <https://projects.voanews.com/african-coups/>
- Economic Community of West African States. (1993). *Revised ECOWAS Treaty*. Obtido em 30 de maio de 2025, de Electronic Database of Investment Treaties: <https://edit.wti.org/document/show/c3b73b1c-4f51-423a-be13-f57244f4b058>
- Economic Community of West African States. (1999). *The ECOWAS Conflict Prevention Framework*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: [https://au.int/sites/default/files/documents/39184-doc-140.\\_the\\_ecowas\\_conflict\\_prevention\\_framework.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/39184-doc-140._the_ecowas_conflict_prevention_framework.pdf)
- Economic Community of West African States. (2001). *Protocol A/SP1/12/01 on Democracy and Good Governance Supplementary to the Protocol relating to the Mechanism For Conflict Prevention, Management, Resolution, Peacekeeping and Security*. Obtido em 30 de maio de 2025, de Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa: <https://www.eisa.org/document/protocol-a-sp1-12-01-on-democracy-and-good-governance-supplementary-to-the-protocol-relating-to-the-mechanism-for-conflict-prevention-management-resolution-peacekeeping-and-security/>

- Embassy of the Republic of Cameroon. (s.d.). *Cameroon History*. Obtido em 20 de junho de 2024, de Embassy of the Republic of Cameroon: <https://www.cameroonembassyusa.org/mainFolder/history.html>
- Engel, U., & Porto, J. (2009). The African Union's New Peace and Security Architecture: Toward an Evolving Security Regime? *African Security*, 2(2/3), 82-96. doi: 10.1080/19362200903359774
- Engels, B. (18 de fevereiro de 2025). The Crisis in Burkina Faso and the Coup Belt. *Zeitschrift für Außen- und Sicherheitspolitik*, 18, 13-23. doi:10.1007/s12399-025-01022-z
- Faulkner, C. M., & Parens, R. (24 de março de 2025). *Russia in Africa: Private Military Proxies in the Sahel*. Obtido em 14 de abril de 2025, de Georgetown Journal of International Affairs: <https://gjia.georgetown.edu/2025/03/24/russia-in-africa-private-military-proxies-in-the-sahel/>
- Fierke, K. M. (2013). Constructivism. Em U. o. Oxford, T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith (Edits.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (pp. 187-204). Oxford University Press. Obtido em 24 de maio de 2025
- Fitton-Brown, E., & Sambe, B. (2023). *Development of al-Qaeda in the Western Sahel Region and current operational capabilities of JNIM*. Konrad Adenauer Stiftung. Konrad Adenauer Stiftung. Obtido em 13 de abril de 2025, de <https://www.kas.de/en/web/europaeische-und-internationale-zusammenarbeit/single-title/-/content/development-of-al-qaeda-in-the-western-sahel-region-and-current-operational-capabilities-of-jnim>
- France 24. (17 de fevereiro de 2022). *Macron announces French troop withdrawal from Mali*. Obtido em 16 de junho de 2025, de France 24: <https://www.france24.com/en/france/20220217-live-macron-holds-conference-on-sahel-engagement-as-france-poised-to-withdraw-troops-from-mali>
- France 24, a). (29 de maro de 2020). *Mali votes in long-delayed election amid coronavirus, security fears*. Obtido em 15 de junho de 2025, de France 24: <https://www.france24.com/en/20200329-mali-heads-to-polls-despite-coronavirus-and-fears>
- France 24, b). (19 de agosto de 2020). *Mali colonel Assimi Goita declares himself junta leader as opposition pledges support*. Obtido em 16 de junho de 2025, de France 24: <https://www.france24.com/en/20200819-mali-s-opposition-says-it-will-work-with-coup-leaders-on-political-transition>

- Freedom House. (2022). *Freedom in the World 2022: Mauritania*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Freedom House: <https://freedomhouse.org/country/mauritania/freedom-world/2022>
- Freedom House. (2023). *Mauritania*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Freedom House: <https://freedomhouse.org/country/mauritania/freedom-world/2023>
- Freedom House. (2023). *The Gambia*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Freedom House: <https://freedomhouse.org/country/gambia/freedom-world/2023>
- Frosini, V. (20 de novembro de 2000). La structure du coup d'État. *Parliaments, Estates and Representation*, 20(1), 1-8. doi:10.1080/02606755.2000.9522094
- Fyodorov, S. E., & Kliuchko, B. I. (2018). Coup d'État at the Age of Formation of Early Modern State. (A. Y. Dvornichenko, & M. S. Belousov, Edits.) *Vestnik of Saint Petersburg University*, 64(3), 898-907. doi:10.21638/11701/spbu02.2018.314
- Gain, M. A. (12 de maio de 2023). *Shifting sentiments in the Sahel: Anti-France or pro-Russia?* Obtido em 14 de abril de 2025, de Middle East Institute: <https://mei.edu/publications/shifting-sentiments-sahel-anti-france-or-pro-russia>
- Garrido, R., & Nica, M. (2025). O Ressurgimento dos golpes de Estado em África: Desafios Jurídicos e Securitários. (R. Garrido, Ed.) *Segurança em África e os desafios para o Sistema Internacional coleção ATENA*. Obtido em 02 de junho de 2025
- Gassebner, M., Gutmann, J., & Voigt, S. (2016). When to expect a coup d'état? An extreme bounds analysis of coup determinants. *KOF Working Papers*, 409, 1-42. doi:10.3929/ethz-b-000120945
- Global Partnership. (2025). *Mauritania: Improving primary education and school management*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Global Partnership: <https://www.globalpartnership.org/blog/mauritania-improving-primary-education-and-school-management>
- Gouvernement de la République Islamique de Mauritanie. (22 de março de 1959). Obtido em 15 de junho de 2025, de [https://www.presidence.mr/sites/default/files/2020-08/Constitution\\_1959\\_0.pdf](https://www.presidence.mr/sites/default/files/2020-08/Constitution_1959_0.pdf)
- Gouvernement du Sénégal. (2001). *Loi N.º 2001-03 du 22 janvier 2001 portant Constitution, Modifiée*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Gouvernement du Sénégal: <https://primature.sn/publications/lois-et-reglements/loi-ndeg-2001-03-du-22-janvier-2001-portant-constitution-modifiee>

- Gouvy, C. (27 de setembro de 2023). *The Twilight of French Influence in the Sahel*. Obtido em 14 de abril de 2025, de Clingendael: <https://www.clingendael.org/publication/twilight-french-influence-sahel>
- Government of Nigeria. (1999). Constitution of the Federal Republic of Nigeria. Obtido em 15 de junho de 2025, de <https://nigeriareposit.nln.gov.ng/server/api/core/bitstreams/01016815-6c76-4370-a9c4-0369458e9312/content>
- Government of The Gambia. (1997). Constitution of the Republic of The Gambia, 1997. Obtido em 15 de junho de 2025, de <https://judiciary.gov.gm/sites/default/files/2021-07/Constitution%20of%20The%20Gambia.pdf>
- Gutteridge, W. (1985). Undoing Military Coups in Africa. *Third World Quarterly*, 7(1), 78-89. doi:10.1080/01436598508419825
- Gwatiwa, T. (2022). Agential Challenges Within African Regionalism and Security. Em *The African Union and African Agency in International Politics* (pp. 67-102). Palgrave Macmillan. Obtido em 01 de junho de 2025
- Hameed, M. (2022). Hybrid Regimes: An Overview. *Islamabad Policy Research Institute Journal*, XXII(1), 1-23. doi:10.31945/iprij.220101
- Hansson, S. O., & Helgesson, G. (agosto de 2003). What is Stability? *Synthese*, 136(2), 219-235. Obtido em 08 de maio de 2025, de <https://www.jstor.org/stable/20118329>
- Haque, N. (25 de novembro de 2024). What's behind the Sahel's wave of coups? *Podcast The Take*. (K. Hirten, Entrevistador) Al Jazeera. Obtido em 10 de abril de 2025, de <https://www.aljazeera.com/podcasts/2024/11/25/the-take-whats-behind-the-sahels-wave-of-coups>
- Harvey, A. D. (1994). Research note: The pre-history of the coup d'etat. *Terrorism and Political Violence*, 6(2), 235-243. doi:10.1080/09546559408427256
- Hiroi, T., & Omori, S. (2015). Policy change and coups: The role of income inequality and asset specificity. *International Political Science Review*, 36(4), 441-456. doi:10.1177/0192512113518568
- Hunter, L. Y., Rutland, J., & King, Z. (2020). Leaving Barracks: Military Coups in Developing Democracies. *Politics & Policy*, 48(6), 1-42. doi:10.1111/polp.12383
- Huntington, S. (1991). Why? Em S. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the late twentieth century* (Vol. 4, pp. 31-108). Obtido em 17 de junho de 2025

- Huntington, S. P. (1993). *The third wave: democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma Press. Obtido em 08 de abril de 2025
- Hurd, I. (2010). Constructivism. Em U. o. Oxford, R. E. Goodin, C. Reus-Smit, & D. Snidal (Edits.), *The Oxford Handbook of International Relations* (Vol. 8, pp. 298-316). Oxford University Press. Obtido em 24 de maio de 2025
- Hurwitz, L. (abril de 1973). Contemporary Approaches to Political Stability. *Comparative Politics*, 5(3), 449-463. doi:10.2307/421273
- Ichimi, G. (2023). The African Union and Security Challenges in the Sahel: Prospects for Multilateral Diplomacy. *Lajohis Lasu Journal of History and International Studies*, 5(1), 162-180. Obtido em 20 de junho de 2024, de [https://www.researchgate.net/publication/370962802\\_The\\_African\\_Union\\_and\\_Security\\_Challenges\\_in\\_the\\_Sahel\\_Prospect\\_for\\_Multilateral\\_Diplomacy](https://www.researchgate.net/publication/370962802_The_African_Union_and_Security_Challenges_in_the_Sahel_Prospect_for_Multilateral_Diplomacy)
- Ikome, C., & Mwonzora, G. (20 de fevereiro de 2024). *There is a resurgence of military coups in Africa's Sahel region. Why?* Obtido em 12 de abril de 2025, de The Loop: <https://theloop.ecpr.eu/?s=There+is+a+resurgence+of+military+coups+in+Africa%27s+Sahel+region.+Why%3F>
- Institute for Economics & Peace. (2023). *Global Terrorism Index 2023: Measuring the Impact of Terrorism*. Institute for Economics & Peace. Sydney: Institute for Economics & Peace. Obtido em 13 de abril de 2025, de <https://www.visionofhumanity.org/resources/>
- Institute for Peace and Security: Peace and Security Council. (14 de agosto de 2023). *MINUSMA withdrawal: an opportunity to showcase African Union leadership*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Institute for Peace and Security: <https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/minusma-withdrawal-an-opportunity-to-showcase-african-union-leadership>
- Institute for Security Studies. (31 de maio de 2021). *A new coup derails Mali's transition*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Institute for Security Studies: <https://issafrica.org/iss-today/a-new-coup-derails-malis-transition>
- International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2022). *The Global State of Democracy 2022*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. Obtido em 15 de junho de 2025, de <https://www.idea.int/democracytracker/god-report-2022#chapter2.1>

- International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2023). *Nigeria - March 2023*. Obtido em 15 de junho de 2025, de International Institute for Democracy and Electoral Assistance: <https://www.idea.int/democracytracker/report/nigeria/march-2023>
- INTERPOL. (s.d.). *G5 Sahel*. Obtido em 13 de abril de 2025, de INTERPOL: <https://www.interpol.int/es/Delitos/Terrorismo/Proyectos-de-lucha-contra-el-terrorismo/G5-Sahel>
- Jacquemot, P. (2023). *En Afrique, des coups d'État, signes de l'épuisement prématuré de la démocratie importée*. Policy Center for the New South. Obtido em 05 de abril de 2025, de <https://www.policycenter.ma/publications/en-afrique-des-coups-detat-signes-de-lepuisement-premature-de-la-democratie-importee>
- Jagers, K., & Gurr, T. R. (novembro de 1995). Tracking Democracy's Third Wave with the Polity III Data. *Journal of Peace Research*, 32(4), 469-482. Obtido em 28 de maio de 2025, de <https://www.jstor.org/stable/425616>
- Jeng, A. (15 de outubro de 2021). *The Gambia's democratic transition is facing a litmus test*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/10/15/the-gambias-democratic-transition-is-facing-a-litmus-test>
- Karr, L. (21 de novembro de 2024). *Africa File, November 2024: Salafi-Jihadi Areas of Operation in the Sahel*. Obtido em 13 de abril de 2025, de Institute for the Study of War: <https://www.understandingwar.org/backgroundunder/africa-file-november-2024-salafi-jihadi-areas-operation-sahel>
- Khisa, M., & Day, C. (13 de maio de 2020). Reconceptualising Civil-Military Relations in Africa. *Civil Wars*, 174-197. doi:10.1080/13698249.2020.1753437
- Klatt, C. (03 de junho de 2021). *'Coupception': Mali's coup within a coup*. Obtido em 17 de junho de 2025, de International Politics and Society: [https://www.ips-journal.eu/topics/foreign-and-security-policy/coupception-malis-coup-within-a-coup-5217/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ips-journal.eu/topics/foreign-and-security-policy/coupception-malis-coup-within-a-coup-5217/?utm_source=chatgpt.com)
- Koehler, K., & Albrecht, H. (2019). Revolutions and the Military: Endgame Coups, Instability, and Prospects for Democracy. *Armed Forces & Society*, 47(1). doi:10.1177/0095327X19881747
- Konarski, M. (30 de março de 2017). Legal Security and Coup d'État - Historical and Modern Perspectives. *Review of European and Comparative Law*, XXX, 29-53. doi:<https://doi.org/10.31743/recl.4165>

- L'Assemblée Nationale du Cameroun. (1996). La Constitution de la République du Cameroun. Obtido em 15 de junho de 2025, de [https://www.assnat.cm/images/La\\_Constitution.pdf](https://www.assnat.cm/images/La_Constitution.pdf)
- Lawal, S. (27 de agosto de 2024). *West Africa's 'coup belt': Did Mali's 2020 army takeover change the region?* Obtido em 16 de junho de 2025, de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2024/8/27/west-africas-coup-belt-did-malis-2020-army-takeover-change-the-region>
- Le Roux, P. (2019). *Responding to the Rise in Violent Extremism in the Sahel*. Brief, Africa Center, Departamento da Defesa dos Estados Unidos. Obtido em 13 de abril de 2025, de <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2019/12/ASB36EN-Responding-to-the-Rise-in-Violent-Extremism-in-the-Sahel-Africa-Center-for-Strategic-Studies.pdf>
- Lebovich, A., & Murphy, T. (13 de junho de 2022). *Russia's long shadow in the Sahel*. Obtido em 14 de abril de 2025, de European Council on Foreign Relations: <https://ecfr.eu/article/russias-long-shadow-in-the-sahel/>
- Lewis, D., & Mcallister, E. (27 de junho de 2023). *U.N. peacekeeping mission in Mali set to end on June 30*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Reuters: <https://www.reuters.com/world/un-peacekeeping-mission-mali-end-june-30-french-draft-resolution-2023-06-27/>
- Loughlin, M. (2014). The concept of constituent power. *European Journal of Political Theory*, 13(2), 218-237. doi:10.1177/1474885113488766
- Luttwak, E. N. (2016). *Coup d'État*. Harvard University Press. Obtido em 23 de fevereiro de 2024
- Lyammouri, R. (2019). *Tribal Dynamics in the Sahel*. Policy Center for the New South. Policy Center for the New South. Obtido em 12 de abril de 2025, de <https://www.policycenter.ma/publications/tribal-dynamics-sahel>
- Maganga, T. (20 de agosto de 2020). *Youth Demonstrations and their Impact on Political Change and Development in Africa*. Obtido em 7 de janeiro de 2025, de ACCORD: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/youth-demonstrations-and-their-impact-on-political-change-and-development-in-africa/>
- Magoke, P. M., & Öke, M. K. (25 de maio de 2023). Coordination between the African Union and Regional Economic Communities towards achieving regional integration in Africa. *Dergi Park Akademik*, 1(1), 1-14. doi:10.5281/zenodo.7966582

- Mahmoud, S., & Taifouri, M. (27 de setembro de 2023). *The Coups d'État of the Sahel Region: Domestic Causes and International Competition*. Obtido em 12 de abril de 2025, de Arab Center Washington DC: <https://arabcenterdc.org/resource/the-coups-detat-of-the-sahel-region-domestic-causes-and-international-competition/>
- Maianhi, D. (08 de novembro de 2023). *Causes of Coups in The Sahel Region*. Obtido em 12 de abril de 2025, de The Organization for World PEace: <https://theowp.org/reports/causes-of-coups-in-the-sahel-region/>
- Makarenko, B. (2015). The Role of Elections in Democracy. Em C. University, & A. Przeworski (Ed.), *Democracy in a Russian Mirror* (pp. 130-146). Cambridge University Press. Obtido em 29 de dezembro de 2024
- Matos, A. (2014). *A Constructivist Perspective on EU's Democracy Promotion in Turkey*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Obtido em 28 de maio de 2025, de <https://run.unl.pt/handle/10362/13206>
- Matsiko, H. (2023). *Is Africa turning against the West?* Instituto per gli studi di Politica Internazionale. Ledizioni Ledi Publishing. Obtido em 15 de junho de 2025
- Mbianda, K. (26 de novembro de 2024). *Political transition and democratic challenges in central Sahel*. Obtido em 06 de abril de 2025, de Accord: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/political-transition-and-democratic-challenges-in-central-sahel/>
- McGowan, P. J. (2003). African military coups d'état, 1956-2001: frequency, trends and distribution. *The Journal of Modern African Studies*, 41(3), 339-370. doi:10.1017/S0022278X0300435X
- McGowan, P., & Johnson, T. H. (dezembro de 1984). African Military Coups d'État and Underdevelopment: A Quantitative Historical Analysis. *The Journal of Modern African Studies*, 22(4), 633-666. Obtido em 15 de junho de 2023, de <https://www.jstor.org/stable/160389>
- Miller, C. (2020). *It's Getting Easier to Do Business in Nigeria: How the Award-Winning Policy Development Facility Supported Reform*. Obtido em 15 de junho de 2025, de DAI Global Developments: <https://dai-global-developments.com/articles/its-getting-easier-to-do-business-in-nigeria-how-dfids-award-winning-policy-development-facility-supported-reform/>
- Mohamed , H. (19 de agosto de 2020). *For weeks, Malians protested for change. Then a coup happened*. Obtido em 16 de junho de 2025, de Al Jazeera:

<https://www.aljazeera.com/news/2020/8/19/for-weeks-malians-protested-for-change-then-a-coup-happened>

Montinola, G. R. (14 de julho de 2010). When Does Aid Conditionality Work? *Studies in Comparative International Development*, 45, 358-382. doi:<https://doi.org/10.1007/s12116-010-9068-6>

Mounk, Y. (2018). *Povo vs. Democracia* (1ª ed.). (J. C. Silva, Trad.) Lua de Papel. Obtido em 20 de maio de 2025

Mugabi, I. (19 de agosto de 2020). *Mali revolt turns into coup d'etat*. Obtido em 16 de junho de 2025, de DW: <https://www.dw.com/en/mali-a-revolt-that-led-to-a-coup-detat/a-54623258>

Mugabi, I. (10 de outubro de 2023). *Free speech: Is Gambia sliding back into dictatorship?* Obtido em 15 de junho de 2025, de DW: <https://www.dw.com/en/free-speech-is-gambia-sliding-back-into-dictatorship/a-67053483>

Mushoriwa, L. (15 de dezembro de 2021). *Resurgling Military Coups in Africa: A Role for the International Community*. Obtido em 17 de junho de 2025, de Italian Institute for International Political Studies: [https://www.ispionline.it/en/publication/resurgling-military-coups-africa-role-international-community-32668?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ispionline.it/en/publication/resurgling-military-coups-africa-role-international-community-32668?utm_source=chatgpt.com)

Nações Unidas. (2019). *Sahel 2043: Towards a resilient, inclusive and prosperous Sahel region*. Economic Commission for Africa, Addis Ababa. Obtido em 02 de junho de 2024, de <https://repository.uneca.org/handle/10855/43654>

Nações Unidas. (2023). *MINUSMA Fact Sheet*. Obtido em 13 de abril de 2025, de United Nations Peacekeeping: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusma>

Nações Unidas. (s.d.). Africa Renewal. *The Sahel: Land of opportunities*. Obtido em 02 de junho de 2024, de <https://www.un.org/africarenewal/sahel>

Ngoma, N. (2004). Coups and Coup Attempts in Africa. *African Security Review*, 13(3), 85-94. doi:10.1080/10246029.2004.9627307

Nica, M. (2025). *Africa*. Obtido em 14 de junho de 2025, de Map Chart: <https://www.mapchart.net/africa.html>

Nigro, R. (2013). Quelques considérations sur la fonction et la théorie du coup d'État. *Rue Descartes*, 2013/1(77), 69-81. doi:10.3917/rdes.077.0069

Obiezu, T. (12 de março de 2025). *ECOWAS regional bloc activates counterterror force*. Obtido em 16 de junho de 2025, de VOA News:

<https://www.voanews.com/a/ecowas-regional-bloc-activates-counterterror-force/8008619.html>

- Obinna, G. S., & Semudara, O. C. (2024). Resurgence of coup d'état in Africa in an era of mass democratisation: A study of Niger, Burkina Faso, and Mali experiences. *African Journal of Law, Political Research and Administration*, 7(4), 49-62. doi:10.52589/AJLPRA-48OTNSBT
- O'Donnell, G., & Schmitter, P. C. (1986). *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. John Hopkins University Press. Obtido em 29 de maio de 2025
- Organização da Unidade Africana. (25 de maio de 1963). *OAU/AU Treaties, Conventions, Protocols & Charters*. Obtido em 07 de abril de 2025, de African Union: <https://au.int/en/Treaties/1157>
- Organização da Unidade Africana. (1990). *Declaração sobre a situação política e socioeconómica em África e as mudanças fundamentais que ocorrem no mundo*. Obtido em 07 de abril de 2025, de African Union Common Repository: <https://archives.au.int/handle/123456789/715?locale-attribute=pt>
- Organização da Unidade Africana. (julho de 1999). *Sirte Declaration*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union - Common Repository: <https://archives.au.int/handle/123456789/10157>
- Pantev, P., Ratchev, V., Tagarev, T., & Zaprianova, V. (2005). *Civil-Military Relations and Democratic Control of the Security Sector*. (P. Pantev, Ed.) ProCon Ltd. Obtido em 27 de janeiro de 2025
- Paris, R. (2009). Does liberal peacebuilding have a future? Em R. Newman, R. Paris, O. Richmond, E. Newman, R. Paris, & O. Richmond (Edits.), *New perspectives on liberal peacebuilding* (pp. 97-111). United Nations University Press. Obtido em 17 de junho de 2025, de <https://digitallibrary.un.org/record/674900?v=pdf>
- Powell, J. M., & Thyne, C. L. (2011). Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset. *Journal of Peace Research*, 48(2), 249-259. doi:10.1177/0022343310397436
- Powell, J., & Thyne, C. (29 de janeiro de 2024). *Global Instances of Coups, 1950 - present: list of coups by country*. Obtido em 20 de junho de 2024, de Jonathan Powell: <https://jonathanmpowell.com/coups/>

- Powell, N. (21 de fevereiro de 2022). *Why France failed in Mali*. Obtido em 14 de abril de 2025, de War on the Rocks: <https://warontherocks.com/2022/02/why-france-failed-in-mali/>
- Prabhu, A. (18 de abril de 2025). *Senegal: Success or Failure?* Obtido em 15 de junho de 2025, de Democratic Erosion Consortium: <https://democratic-erosion.org/2025/04/18/senegal-success-or-failure/>
- Przeworski, A. (julho de 2024). Who Decides What Is Democratic? *Journal of Democracy*, 35(3), 5-16. doi:10.1353/jod.2024.a930423.
- RFI Africa. (30 de 20 de 2024). *Guinea's political parties face survival test as junta orders mass cull*. Obtido em 15 de junho de 2025, de RFI Africa: <https://www.rfi.fr/en/africa/20241030-guinea-political-parties-face-survival-test-as-junta-orders-mass-cull>
- Roberts, A. (1975). Civil Resistance to Military Coups. *Journal of Peace Research*, 12(1), 19-36. doi:10.1177/002234337501200102
- Robertson, K. (15 de agosto de 2024). *An Iron Curtain in the Sahel*. Obtido em 14 de abril de 2025, de Washington Institute - Fikra Forum: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/iron-curtain-sahel>
- Roessler, P. (2011). The Enemy Within: Personal Rule, Coups, and Civil War in Africa. *World Politics*, 63(2), 300-346. doi:10.1017/S0043887111000049
- Sampford, C. (1991). Coups d'État and Law. (E. Attwooll, Ed.) *Shaping Revolution*, pp. 253-286. Obtido em 14 de junho de 2024, de <https://classic.austlii.edu.au/au/journals/AUSocLegPhilB/1989/22.pdf>
- Sandnes, M., & Carozza, I. (16 de janeiro de 2023). *Russia, China and NEw Power Dynamics in the Sahel Region*. Obtido em 14 de abril de 2025, de PRIO | Blogs: <https://blogs.prio.org/2023/01/russia-china-and-new-power-dynamics-in-the-sahel-region/>
- Savadogo, A., & Sawadogo, S. M. (2024). *Poverty, Shared Prosperity, and Equity Update - Chad*. The World Bank. The World Bank. Obtido em 12 de abril de 2025, de <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099061224082092427>
- Schiel, R. E. (2019). An assessment of democratic vulnerability: regime type, economic development, and coupt d'état. *Democratization*, 26(8), 1439-1457. doi:10.1080/13510347.2019.1645652

- Schmitter, P. C., & Karl, T. L. (1991). What Democracy Is...and Is Not. *Journal of Democracy*, 2(3), 75-88. doi:10.1353/jod.1991.0033
- Schumpeter, J. A. (1976). The Classical Doctrine of Democracy. Em J. A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism & Democracy* (5ª ed., pp. 250-268). George Allen & Unwin .  
Obtido em 25 de maio de 2025
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press. Obtido em 25 de maio de 2025
- Singh, N. (2014). *Seizing Power*. Johns Hopkins University Press. Obtido em 14 de junho de 2024
- Smith, T. (1978). A Comparative Study of French and British Decolonization. *Comparative Studies in Society and History*, 20(1), 70-102. Obtido em 20 de junho de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/178322>
- Sour, L. (2015). The Strategy of Securitization in African Sahel: Regional Arrangements and Transnational Security Challenges. *International Journal of Political Science*, 1(2), 6-18. Obtido em 20 de junho de 2024, de [https://www.researchgate.net/publication/313343609\\_The\\_Strategy\\_of\\_Securitization\\_in\\_African\\_Sahel\\_Regional\\_Arrangements\\_and\\_Transnational\\_Security\\_Challenges?enrichId=rgreq-c5590427b153fcadde4f655440c72c61-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMzM0MzYwOTtBUzo](https://www.researchgate.net/publication/313343609_The_Strategy_of_Securitization_in_African_Sahel_Regional_Arrangements_and_Transnational_Security_Challenges?enrichId=rgreq-c5590427b153fcadde4f655440c72c61-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMzM0MzYwOTtBUzo)
- Taruvinga, G. R. (2023). The Ressurgence of Military Coups in Africa: The Case of West Africa and the Sahel. Em A. O. Akinola, *Contemporary Issues on Governance, Conflict and Security in Africa* (pp. 147-157). Palgrave Macmillan. Obtido em 12 de abril de 2025
- The Associated Press. (15 de junho de 2025). *Guinea's military junta sets up election body for upcoming votes*. Obtido em 15 de junho de 2025, de ABC News: <https://abcnews.go.com/International/wireStory/guineas-military-junta-sets-election-body-upcoming-votes-122862523>
- The Global Economy a). (s.d.). *Political Stability - Country rankings*. Obtido em 15 de junho de 2025, de The Global Economy: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb\\_political\\_stability/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability/)
- The Global Economy b). (s.d.). *Control of corruption - Country rankings*. Obtido em 15 de junho de 2025, de The Global Economy: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb\\_corruption/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_corruption/)

- The Global Economy c). (s.d.). *Rule of Law - Country rankings*. Obtido em 15 de junho de 2025, de The Global Economy: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb\\_ruleoflaw/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_ruleoflaw/)
- The Global Economy d). (s.d.). *Political Rights - Country Rankings*. Obtido em 15 de junho de 2025, de The Global Economy: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/political\\_rights/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/political_rights/)
- Thom-Otuya, B. (2014). Strengthening African Union for African Integration: An African Scholars Perspective. *An International Multidisciplinary Journal*, 8(2), 353-365. Obtido em 30 de maio de 2025
- Thompson, J. (22 de janeiro de 2021). *Examining Extremism: Islamic State in the Greater Sahara*. Obtido em 17 de junho de 2025, de Center for strategic and International Studies: <https://www.csis.org/blogs/examining-extremism/examining-extremism-islamic-state-greater-sahara>
- Thomson, A. (2004). *An Introduction to African Politics* (2ª ed.). Routledge. Obtido em 07 de janeiro de 2025
- Timbuktu Institute: African Center For Peace Studies. (31 de agosto de 2024). *Africa: Rejection of democracy or a desire to change the democratic narrative?* Obtido em 15 de junho de 2025, de Timbuktu Institute: African Center For Peace Studies: <https://timbuktu-institute.org/index.php/toutes-l-actualites/item/963-africa-rejection-of-democracy-or-a-desire-to-change-the-democratic-narrative>
- Tordoff, W. (2002). *Government and Politics in Africa* (4ª ed.). Palgrave Macmillan. Obtido em 20 de junho de 2024
- Transparency International. (2020). *Corruption perceptions index*. Obtido em 12 de abril de 2025, de Transparency International: <https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/ner>
- Transparency International. (s.d.). *Corruption Perceptions Index*. Obtido em 15 de junho de 2025, de Transparency International: <https://www.transparency.org/en/cpi/2022>
- Uddin, M. M. (s.d.). Distinguishing Legality and Legitimacy of Coup d'État: Looking Beyond Kelsen. *International Journal of Law and Legal Jurisprudence Studies*, 3(4), 1-26. Obtido em 23 de fevereiro de 2024, de <https://ijlljs.in/distinguishing-legality-legitimacy-coup-detat-looking-beyond-kelsen/>
- União Africana. (11 de julho de 2000). *Constitutive Act*. Obtido em 08 de abril de 2025, de União Africana: <https://au.int/en/constitutive-act>

- União Africana. (09 de julho de 2002). *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/treaties/protocol-relating-establishment-peace-and-security-council-african-union>
- União Africana. (2003). *The African Peer Review Mechanism*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/aprm>
- União Africana. (30 de janeiro de 2007). *African Charter on Democracy, Elections and Governance*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/treaties/african-charter-democracy-elections-and-governance>
- União Africana. (2011). *About AGA*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/aga/about>
- União Africana. (02 de outubro de 2012). *The African Peace and Security Architecture (APSA)*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://www.peaceau.org/en/topic/the-african-peace-and-security-architecture-apsa>
- União Africana. (01 de julho de 2013). *AFISMA Transfers its Authority to MINUSMA*. Obtido em 13 de abril de 2025, de União Africana: <https://www.peaceau.org/en/article/afisma-transfers-its-authority-to-minusma>
- União Africana. (2015). *Agenda 2063*. Agenda de desenvolvimento, União Africana. Obtido em 17 de junho de 2025, de [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf)
- União Africana. (2015). *Agenda 2063: A África que queremos*. Comissão da União Africana. União Africana. Obtido em 09 de abril de 2025, de [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_po.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf)
- União Africana a). (s.d.). *Regional Economic Communities*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/recs>
- União Africana b). (s.d.). *Regional Economic Communities (RECs)*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/organs/recs>
- União Africana c). (s.d.). *Constitutive Act*. Obtido em 30 de maio de 2025, de African Union: <https://au.int/en/constitutive-act>
- União Africana, d). (s.d.). *Agenda 2063: The Africa We Want*. Obtido em 17 de junho de 2025, de African Union: <https://au.int/en/agenda2063/overview>

- United Nations Development Programme. (2024). *Sahel Human Development Report 2023*. Obtido em 20 de junho de 2024, de <https://www.undp.org/africa/publications/sahel-human-development-report-2023>
- V-Dem. (s.d.). *Country Graph*. Obtido em 15 de junho de 2025, de V-Dem: [https://www.v-dem.net/data\\_analysis/CountryGraph/](https://www.v-dem.net/data_analysis/CountryGraph/)
- V-Dem Institute. (2023). *Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization*. Stema Specialtryck AB. Obtido em 15 de junho de 2025, de [https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem\\_democracyreport2023\\_lowres.pdf](https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf)
- Vo, S. (25 de janeiro de 2025). *Junta Rule in the Sahel: Decolonization and Destabilization*. Obtido em 14 de abril de 2025, de Harvard International Review: <https://hir.harvard.edu/junta-rule-sahel/>
- Wangwe, S. (2006). *Foreign Aid in Africa: Role, Experiences and Challenges*. Daima Associates Limited. Obtido em 5 de abril de 2025, de <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Knowledge/09484248-EN-FOREIGN-AID-IN-AFRICA-15NOV06.PDF>
- Wiebusch, M., Aniekwe, C., Oette, L., & Vandeginste, S. (2019). The African Acharter on Democracy, Elections and Governance: Trends, Challenges and Perspectives. *Africa Spectrum*, 54(2), 95-105. doi:10.1177/0002039719896109
- Wilén, N., & Aning, K. (2025). *Countering Extremism in West Africa: What Options Are Left?* Konrad Adenauer Stiftung. Konrad Adenauer Stiftung. Obtido em 14 de abril de 2025, de <https://www.kas.de/documents/d/sahel/countering-extremism-in-west-africa-what-options-are-left>
- World Bank Group. (s.d.). *Unemployment, total (% of total labor force) (modeled ILO estimate)*. Obtido em 15 de junho de 2025, de World Bank Group: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2023&start=2019&view=map&year=2021>
- Yukawa, T., Hidaka, K., & Kushima, K. (2020). Coups and framing: how do militaries justify the illegal seizure of power? *Democratization*, 27(5), 816-835. doi:10.1080/13510347.2020.1740207
- Zanotti, L. (2011). Governmentalizing the Post-Cold War International Regime - The UN Debate on Democratization and Good Governance. Em L. Zanotti, *Governing Disorder: UN Peace Operations, International Security, and Democratization in the Post-Cold War Era*. The Pennsylvania State University Press. Obtido em 08 de abril de 2025



# ANEXOS

## Anexo I

Region	Coup attempts	Successful	Failed
Africa	220	109	111
Latin America	146	70	76
East Asia	49	27	22
Middle East	44	21	23
Europe	17	8	9
South Asia	16	10	6
Global	492	245	247

*Tabela 1 - Tabela com o número de golpes de Estado (tentativas e com êxito) no mundo entre 1950 e 2023. Retirado de (Duzor & Williamson, 2023).*

## Anexo II

TABLE 5  
Distribution of Military Interventions by Region and Time,  
1956-84<sup>1</sup>

Region	Type	1956-69	1970-84	Totals
West Africa <sup>a</sup> N = 15	Coups	14	17	31
	Attempted Coups	6	15	21
	Plots	15	39	54
Central Africa <sup>b</sup> N = 9	Coups	8	6	14
	Attempted Coups	5	13	18
	Plots	7	10	17
Eastern Africa <sup>c</sup> N = 7	Coups	4	3	7
	Attempted Coups	6	13	19
	Plots	6	24	30
Southern Africa <sup>d</sup> N = 8	Coups	0	0	0
	Attempted Coups	0	5	5
	Plots	0	3	3
African Islands <sup>e</sup> N = 6	Coups	0	4	4
	Attempted Coups	0	2	2
	Plots	0	5	5

<sup>a</sup> Benin (42), Gambia (4), Ghana (55), Guinea (15), Guinea-Bissau (9), Ivory Coast (3), Liberia (13), Mali (9), Mauritania (16), Niger (18), Nigeria (25), Senegal (3), Sierra Leone (16), Togo (14), and Burkina Faso (30).

<sup>b</sup> Burundi (20), Cameroun (4), Central African Republic (24), Chad (9), Congo (33), Equatorial Guinea (18), Gabon (3), Rwanda (8), and Zaïre (20).

<sup>c</sup> Djibouti (0), Ethiopia (20), Kenya (5), Somalia (15), Sudan (40), Tanzania (5), and Uganda (37).

<sup>d</sup> Angola (3), Botswana (0), Lesotho (0), Malawi (1), Mozambique (3), Swaziland (0), Zambia (7), and Zimbabwe (4).

<sup>e</sup> Cape Verde (0), Comoros (6), Madagascar (18), Mauritius (0), São Tomé & Príncipe (1), and Seychelles (6).

Tabela 2 - Intervenções militares por região. Retirado de (McGowan & Johnson, 1984, p. 649).

## Anexo III

**TABLE 3**  
Distribution of Military Intervention by Colonial Heritage  
and Time, 1956-84<sup>1</sup>

Colonial Heritage	Type	1956-69	1970-84	Totals
Former French States <sup>a</sup> N = 17	Coups	12	14	26
	Attempted Coups	7	17	24
	Plots	12	25	37
Former British States <sup>b</sup> N = 16	Coups	9	10	19
	Attempted Coups	6	21	27
	Plots	8	31	39
Former Portuguese States <sup>c</sup> N = 5	Coups	—	1	1
	Attempted Coups	—	3	3
	Plots	—	2	2
Former Belgian States <sup>d</sup> N = 3	Coups	4	2	6
	Attempted Coups	1	2	3
	Plots	4	5	9
Other Heritages <sup>e</sup> N = 4	Coups	1	3	4
	Attempted Coups	3	5	8
	Plots	4	18	22

<sup>a</sup> Benin (42), Cameroun (4), Central African Republic (26), Chad (9), Comoros (6), Congo (33), Djibouti (0), Gabon (3), Guinea (15), Ivory Coast (3), Madagascar (18), Mali (9), Mauritania (16), Niger (18), Senegal (3), Togo (14), and Burkina Faso (30).

<sup>b</sup> Botswana (0), Gambia (4), Ghana (55), Kenya (5), Lesotho (0), Malawi (1), Mauritius (0), Nigeria (25), Seychelles (6), Sierra Leone (16), Sudan (40), Swaziland (0), Tanzania (5), Uganda (37), Zambia (7), and Zimbabwe (4).

<sup>c</sup> Angola (3), Cape Verde (0), Guinea-Bissau (9), Mozambique (3), and São Tomé & Príncipe (1).

<sup>d</sup> Burundi (20), Rwanda (8), and Zaire (20).

<sup>e</sup> Equatorial Guinea (18), Ethiopia (20), Liberia (13), and Somalia (15).

Tabela 3 - Intervenções militares por cada grupo colonial. Retirado de (McGowan & Johnson, 1984, p. 645).

## Anexo IV

ESTADOS	GOLPES DE ESTADO COM ÊXITO			GOLPES DE ESTADO FALHADOS	
Burquina Faso	03/01/1966 08/02/1974 25/11/1980	07/11/1982 04/08/1983 15/10/1987	30/10/2014 23/01/2022 30/09/2022	17/09/2015	
Camarões	-			06/04/1984	
Chade	13/04/1975 20/04/2021			01/04/1977 01/04/1989 13/10/1991	27/01/1993 13/03/2006
Gâmbia	23/07/1994			29/07/1981 11/11/1994	
Guiné	03/04/1984 23/12/2008 05/09/2021			04/07/1985 03/02/1996 19/07/2011	
Mali	19/11/1968 26/03/1991 22/03/2012	18/08/2020 21/05/2021		15/02/1978 14/07/1991 01/05/2012	
Mauritânia	10/07/1978 04/01/1980 12/12/1984	03/08/2005 06/08/2008		06/02/1982 08/06/2003	
Níger	15/04/1974 27/01/1996 09/04/1999	18/02/2010 26/06/2023		15/03/1976 05/10/1983 31/03/2021	
Nigéria	15/01/1966 29/07/1966 29/07/1975	31/12/1983 27/08/1985 17/11/1993		13/02/1976 06/04/1984 22/04/1990	
Senegal	-			17/12/1962	

Tabela 4 - Datas dos golpes de Estado (com êxito e falhados). Elaborado pela autora a partir de (Powell & Thyne, 2024).

## Anexo V

Table 1.1. Some Requirements for a Democracy  
among a Large Number of People

For the opportunity to:	The following institutional guarantees are required:
I. Formulate preferences	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Freedom to form and join organizations</li><li>2. Freedom of expression</li><li>3. Right to vote</li><li>4. Right of political leaders to compete for support</li><li>5. Alternative sources of information</li></ol>
II. Signify preferences	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Freedom to form and join organizations</li><li>2. Freedom of expression</li><li>3. Right to vote</li><li>4. Eligibility for public office</li><li>5. Right of political leaders to compete for support</li><li>6. Alternative sources of information</li><li>7. Free and fair elections</li></ol>
III. Have preferences weighted equally in conduct of government	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Freedom to form and join organizations</li><li>2. Freedom of expression</li><li>3. Right to vote</li><li>4. Eligibility for public office</li><li>5. Right of political leaders to compete for support<ol style="list-style-type: none"><li>5a. Right of political leaders to compete for votes</li></ol></li><li>6. Alternative sources of information</li><li>7. Free and fair elections</li><li>8. Institutions for making government policies depend on votes and other expressions of preference</li></ol>

Tabela 5 - Princípios democráticos. Retirado de (Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*, 1971, p. 3)

## Anexo VI

A)

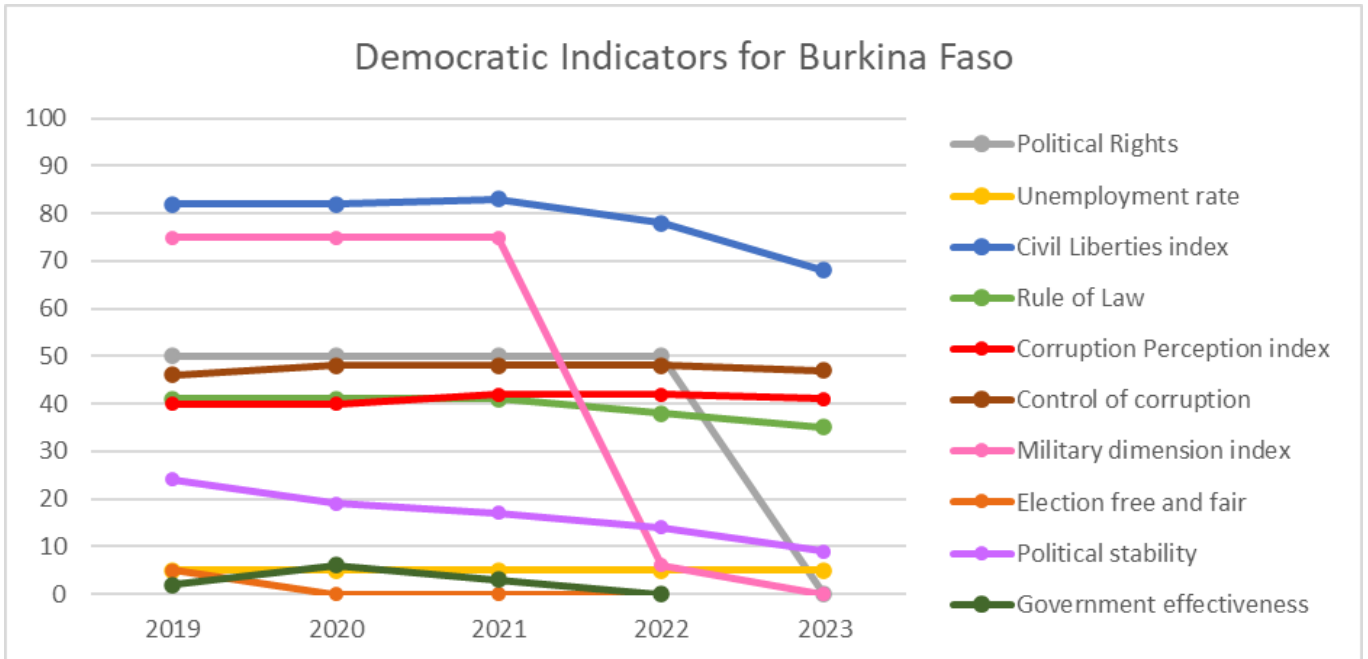


Figura 7 - Indicadores Democráticos do Burkina Faso. Elaborado pela autora com base em (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

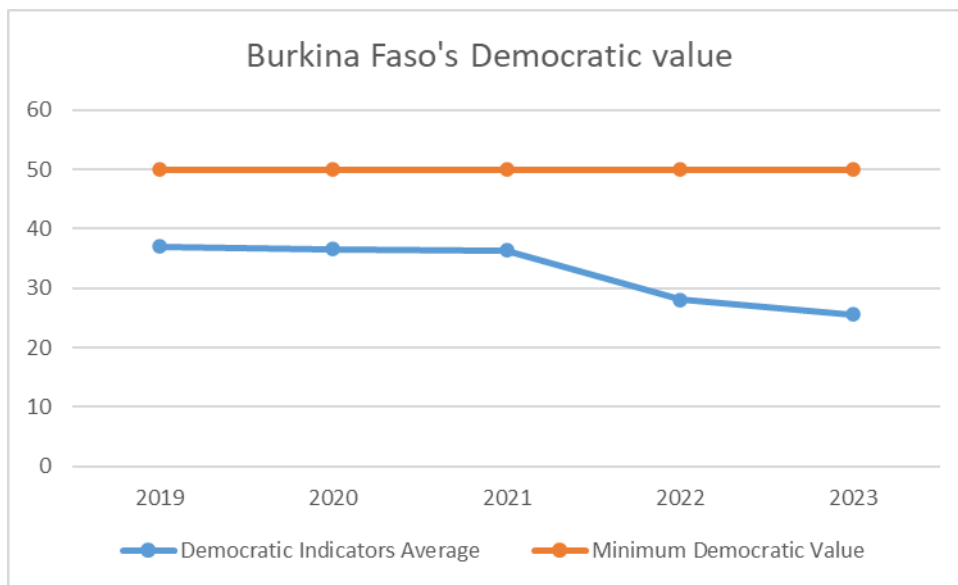


Figura 8 - Valor democrático de Burkina Faso. Elaborado pela autora a partir da Figura 7.

## Anexo VII

A)

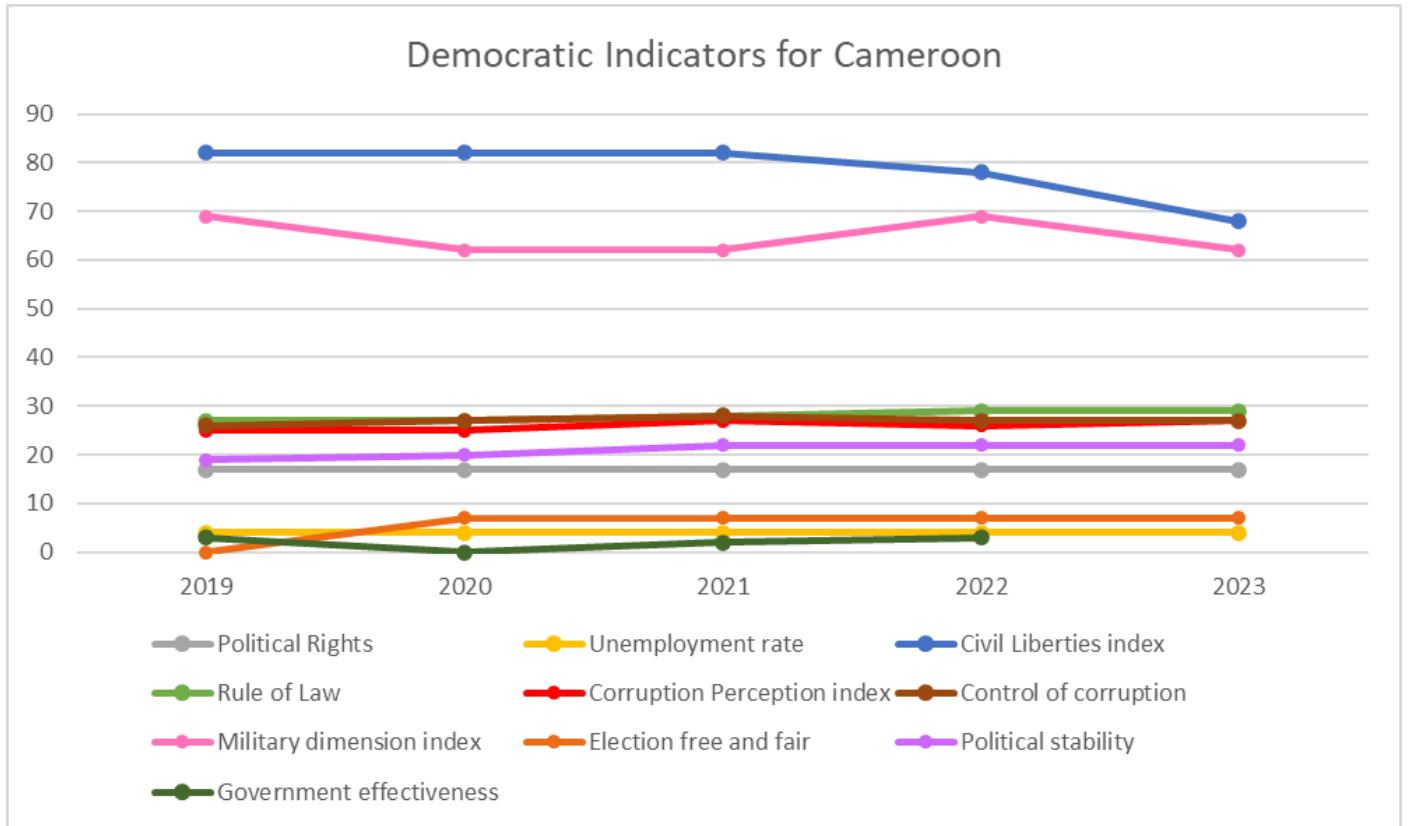


Figura 9 - Indicadores Democráticos dos Camarões. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

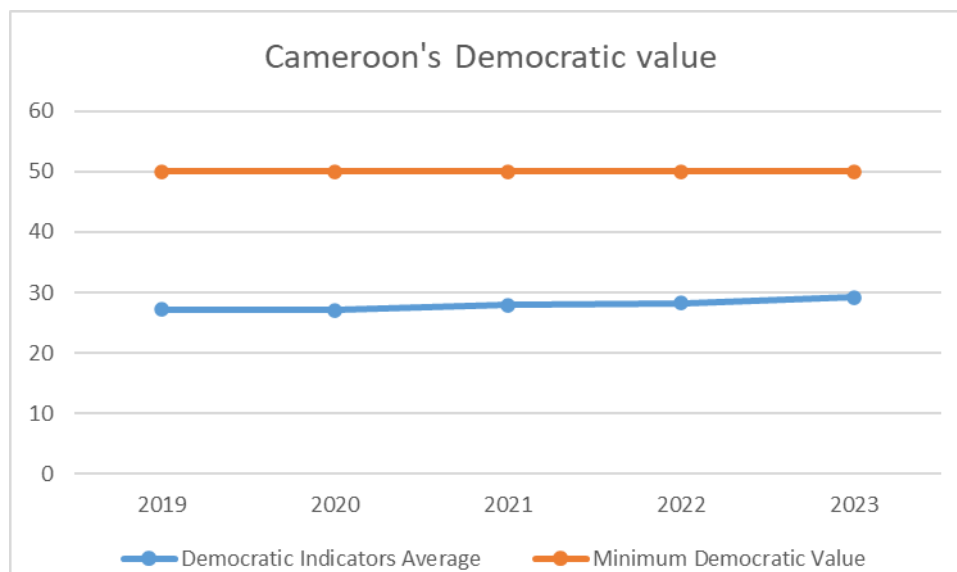


Figura 10 - Valor democrático dos Camarões. Elaborado pela autora a partir da Figura 9.

## Anexo VIII

A)

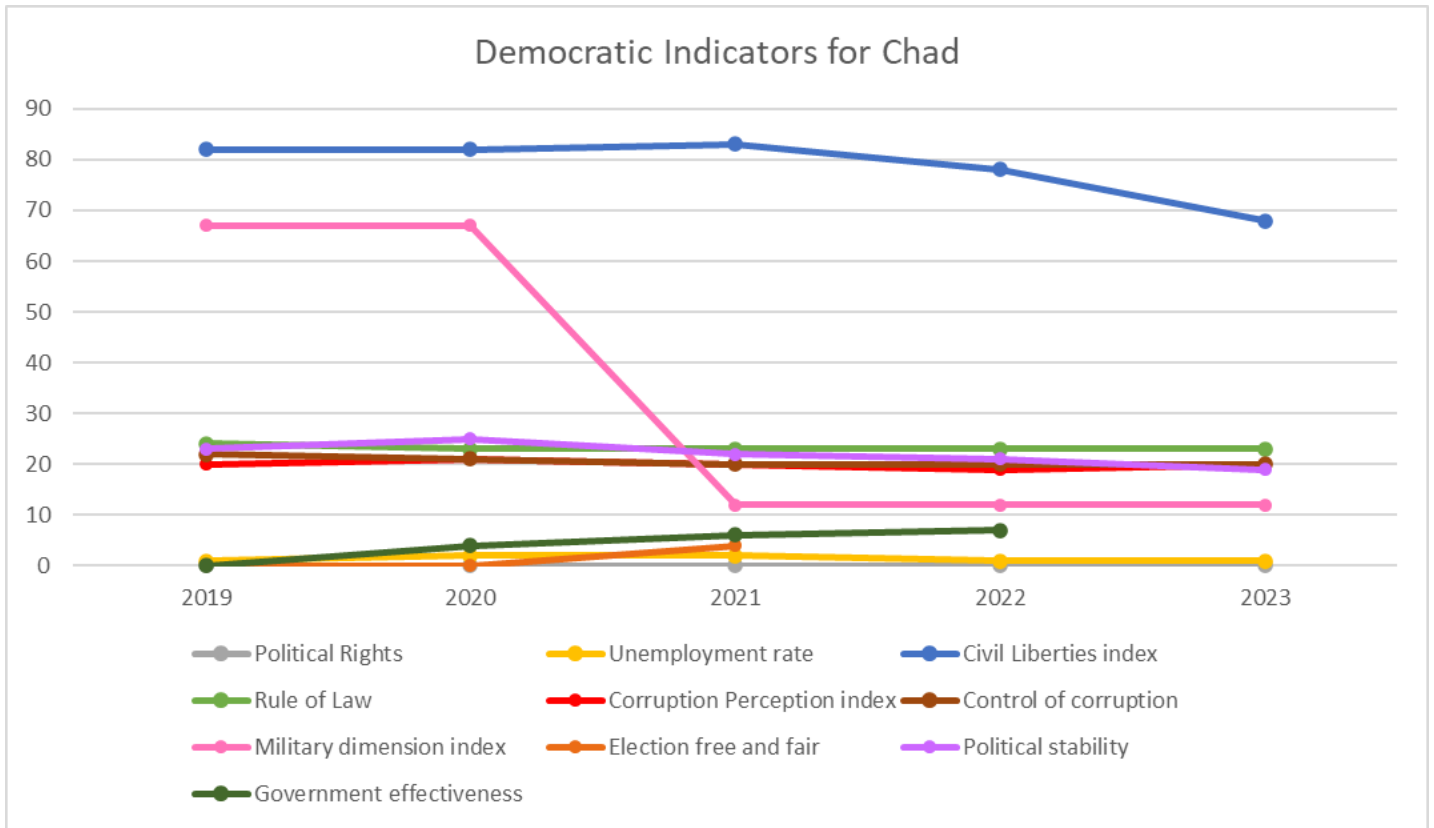


Figura 11 - Indicadores Democráticos do Chade. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.)

B)

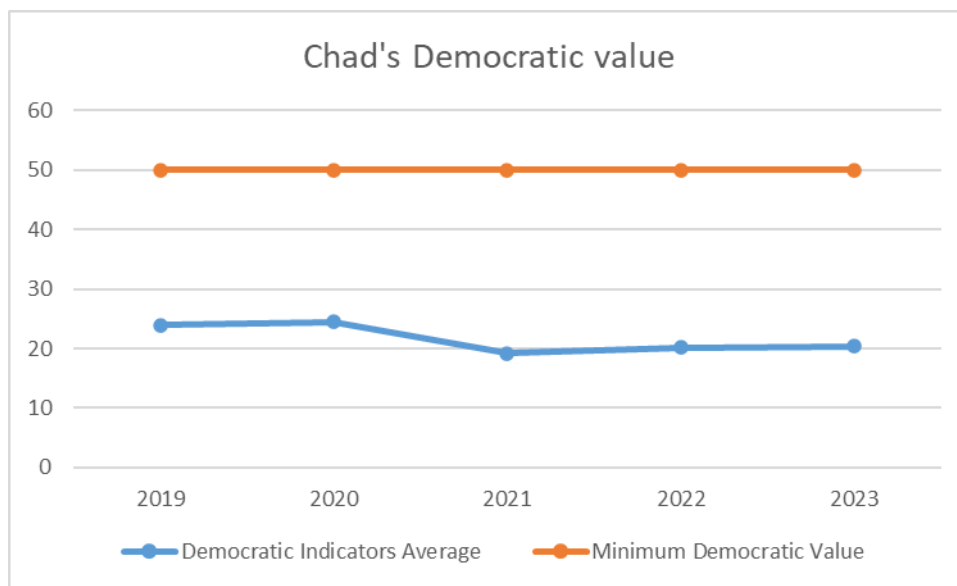


Figura 12 - Valor democrático do Chade. Elaborado pela autora a partir da Figura 11.

## Anexo IX

A)

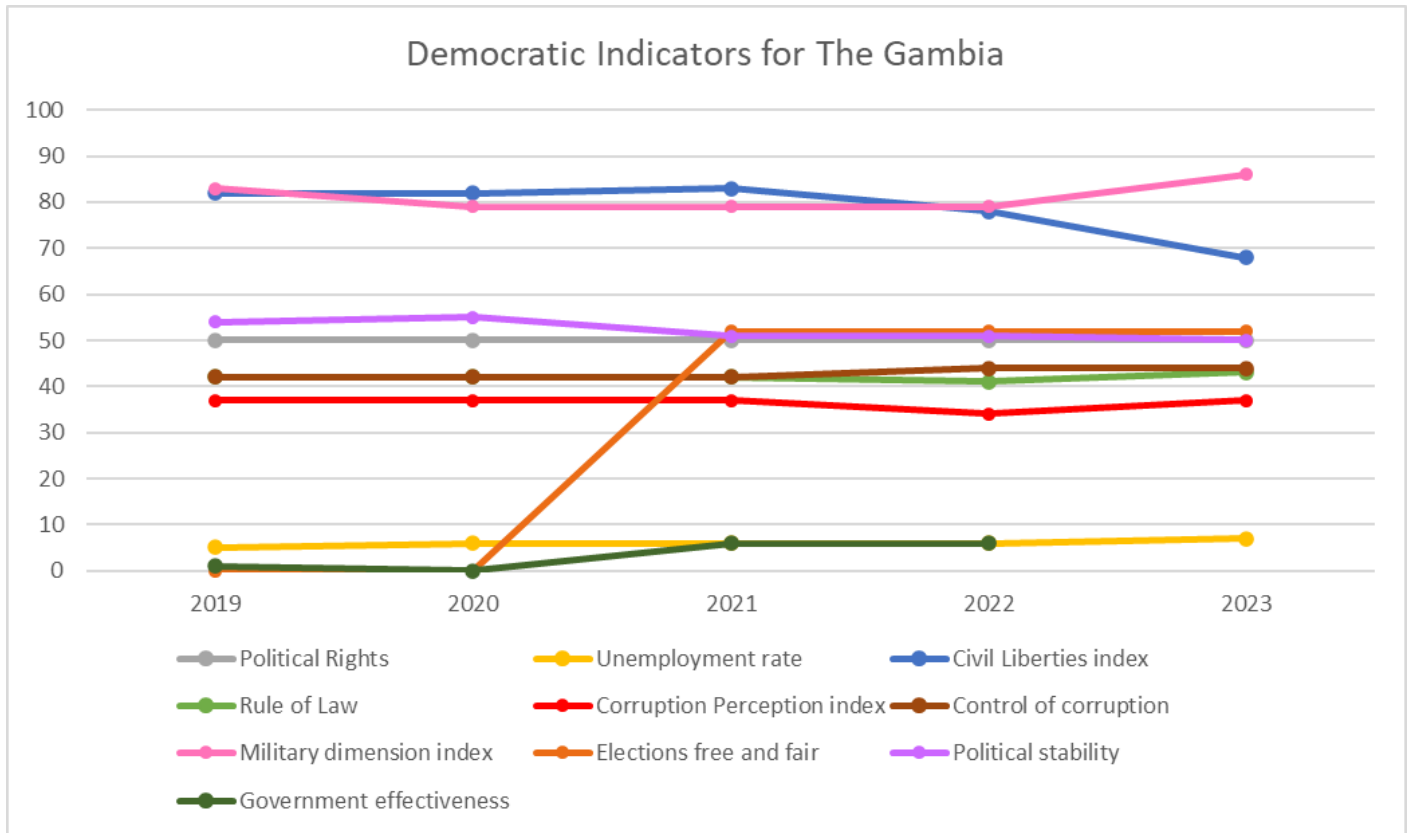


Figura 13 - Indicadores Democráticos da Gâmbia. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.)

B)

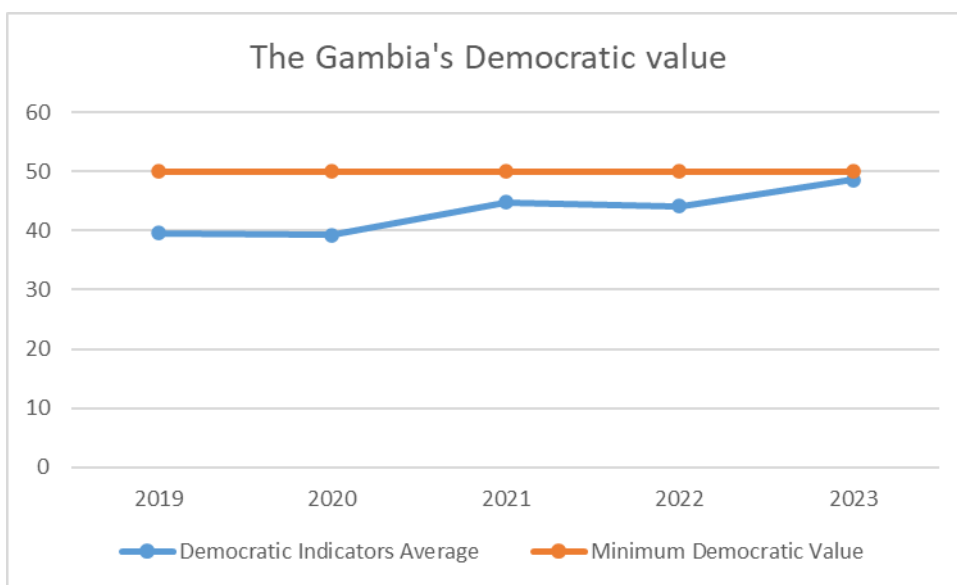


Figura 14 - Valor democrático da Gâmbia. Elaborado pela autora a partir da Figura 13.

## Anexo X

A)

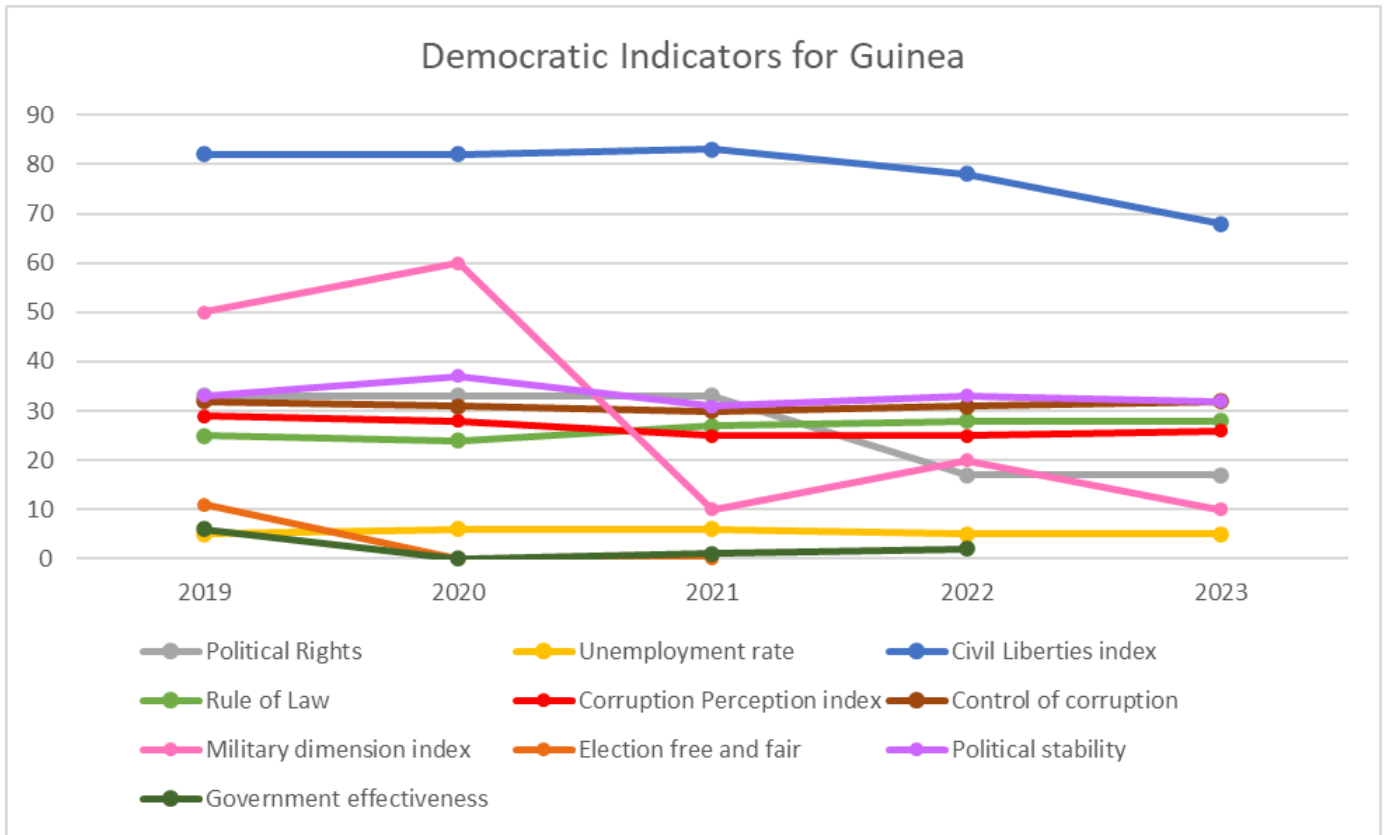


Figura 15 - Indicadores Democráticos da Guiné. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

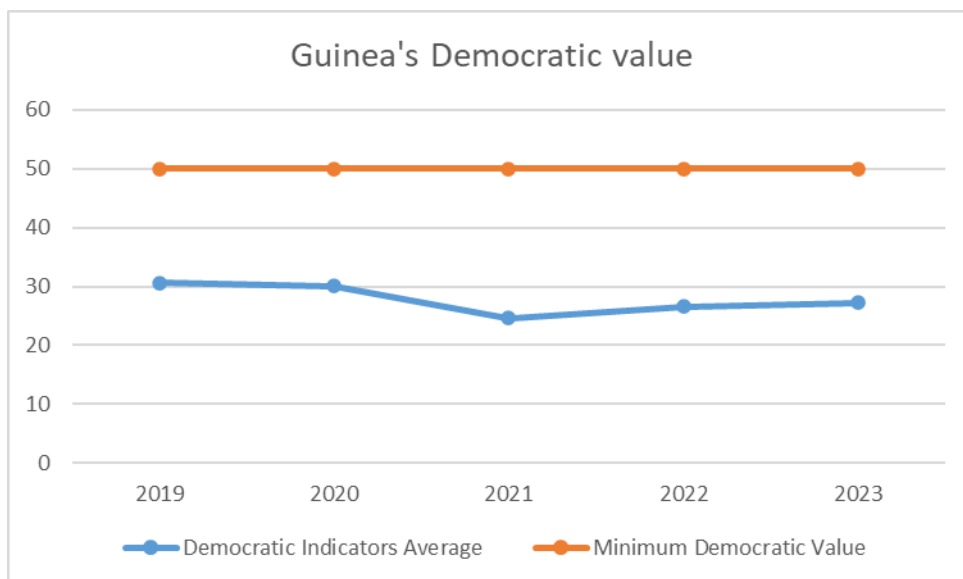


Figura 16 - Valor democrático da Guiné. Elaborado pela autora a partir da Figura 15.

## Anexo XI

A)

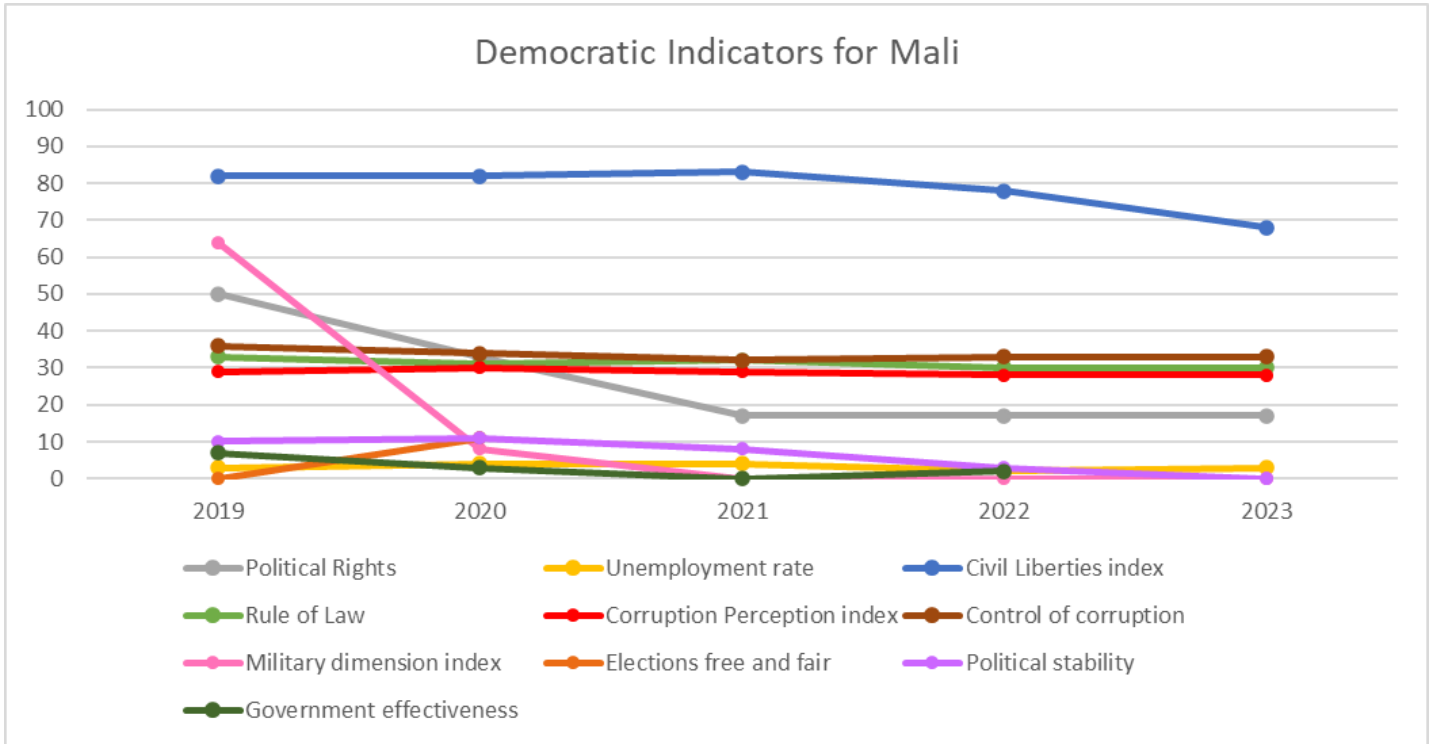


Figura 17 - Indicadores Democráticos do Mali. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

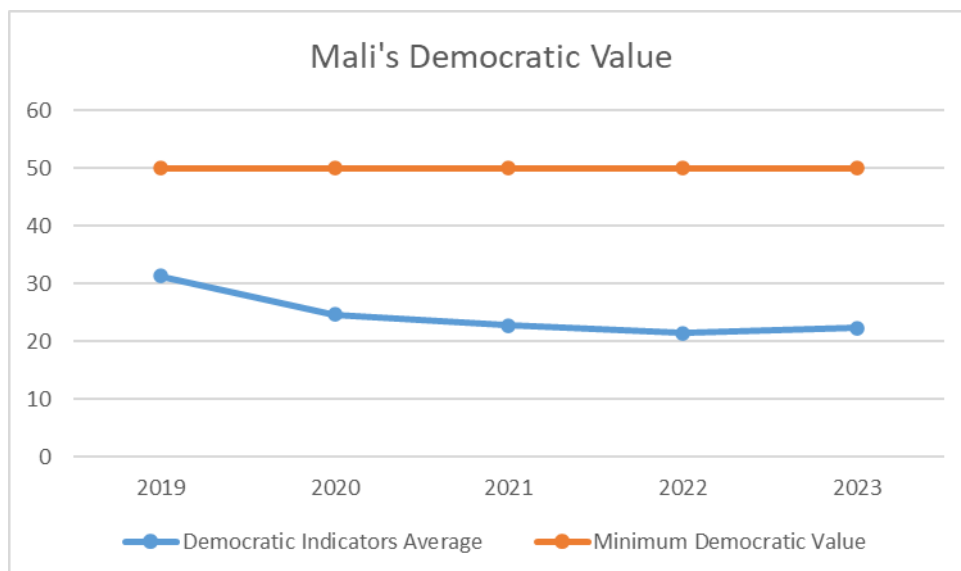


Figura 18 - Valor democrático do Mali. Elaborado pela autora a partir da Figura 17.

## Anexo XII

A)

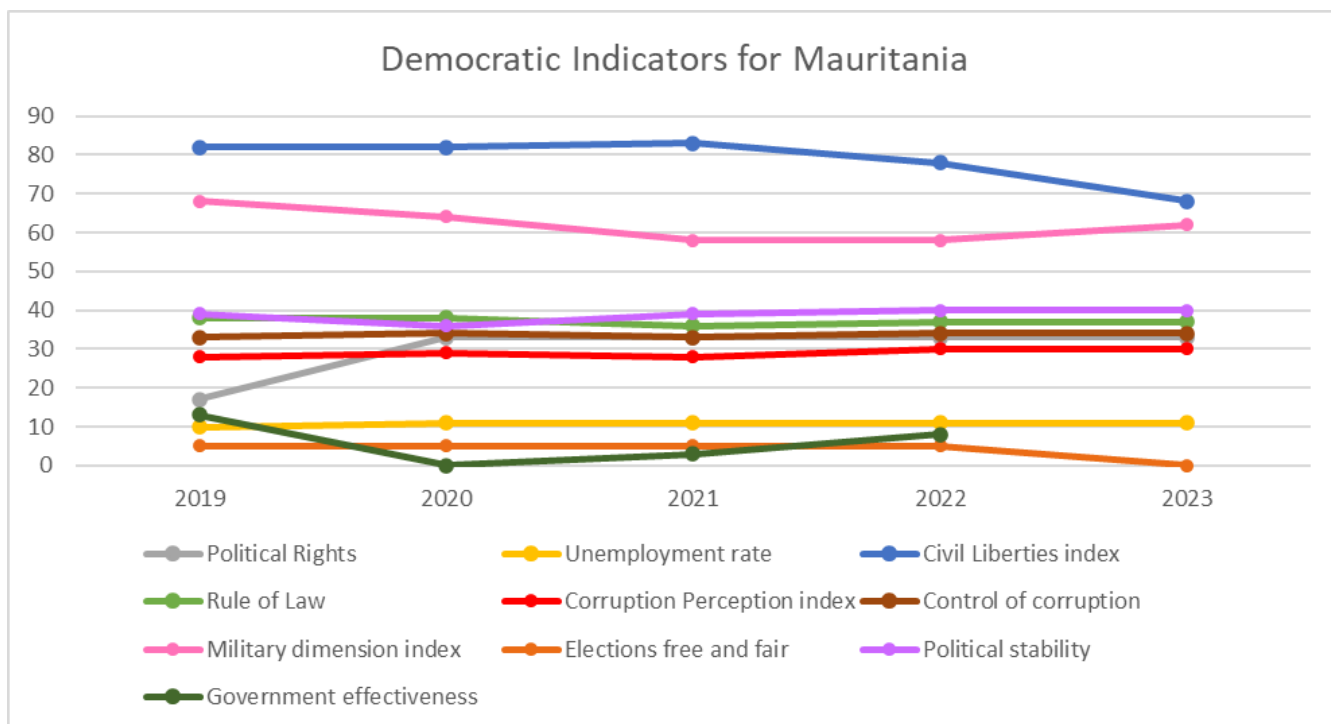


Figura 19 - Indicadores Democráticos da Mauritània. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

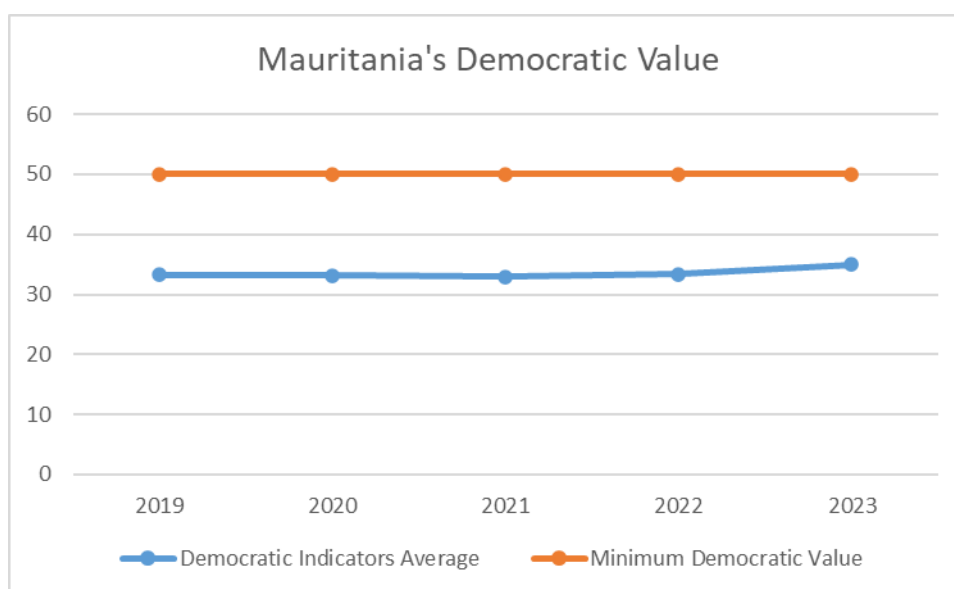


Figura 20 - Valor democrático da Mauritània. Elaborado pela autora a partir da Figura 19.

## Anexo XIII

A)

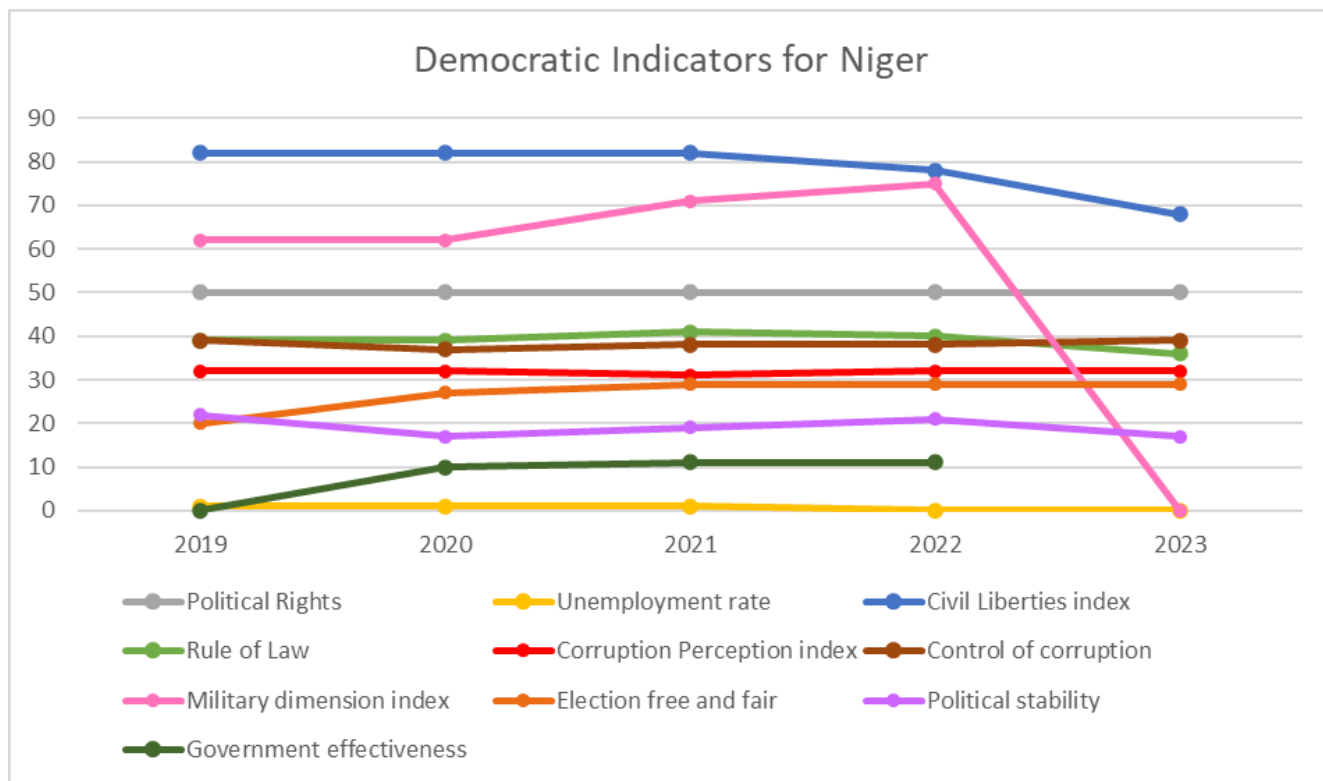


Figura 21 - Indicadores Democráticos do Níger. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

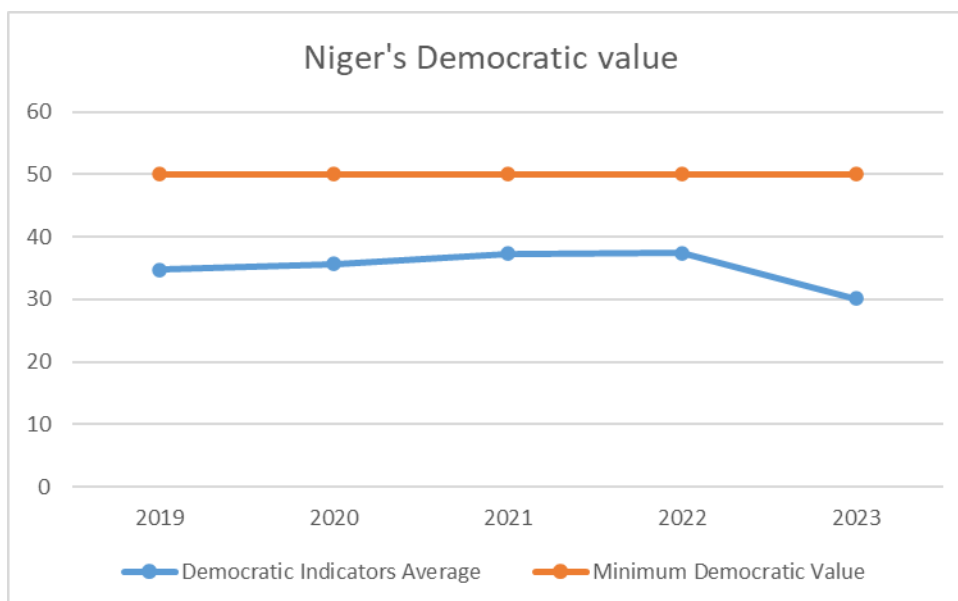


Figura 22 - Valor democrático do Níger. Elaborado pela autora a partir de Figura 21.

## Anexo XIV

A)

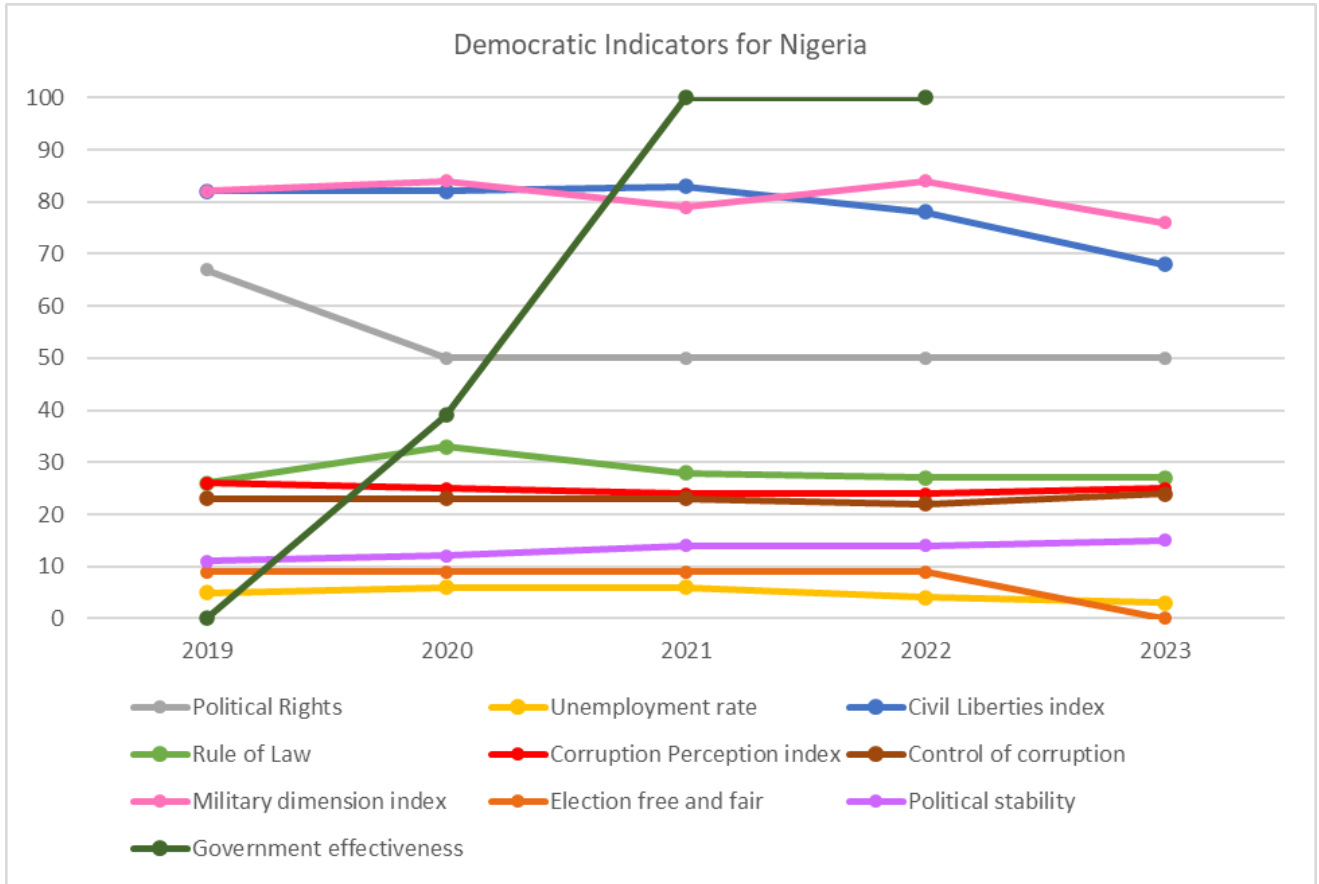


Figura 23 - Indicadores Democráticos da Nigéria. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

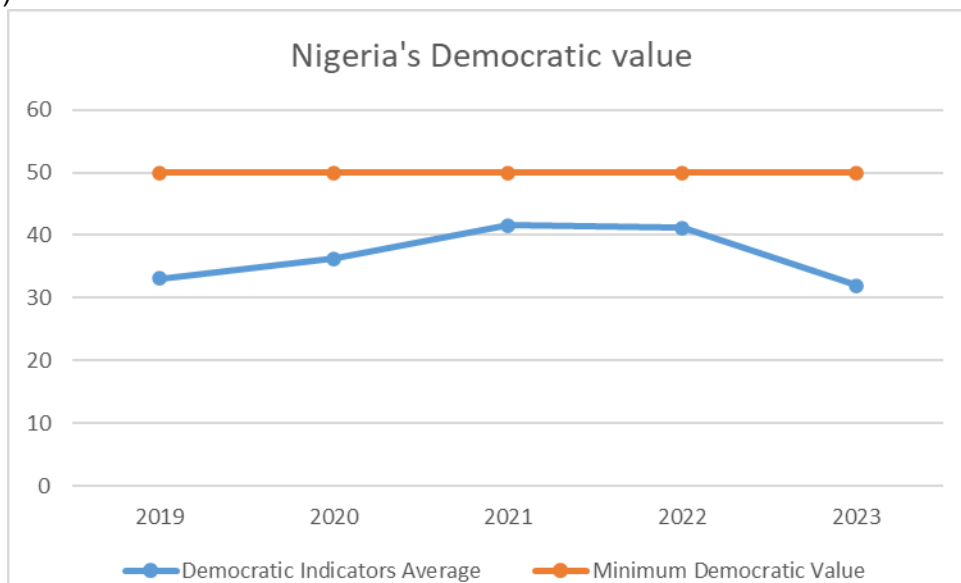


Figura 24 - Valor democrático da Nigéria. Elaborado pela autora a partir de Figura 23.

## Anexo XV

A)

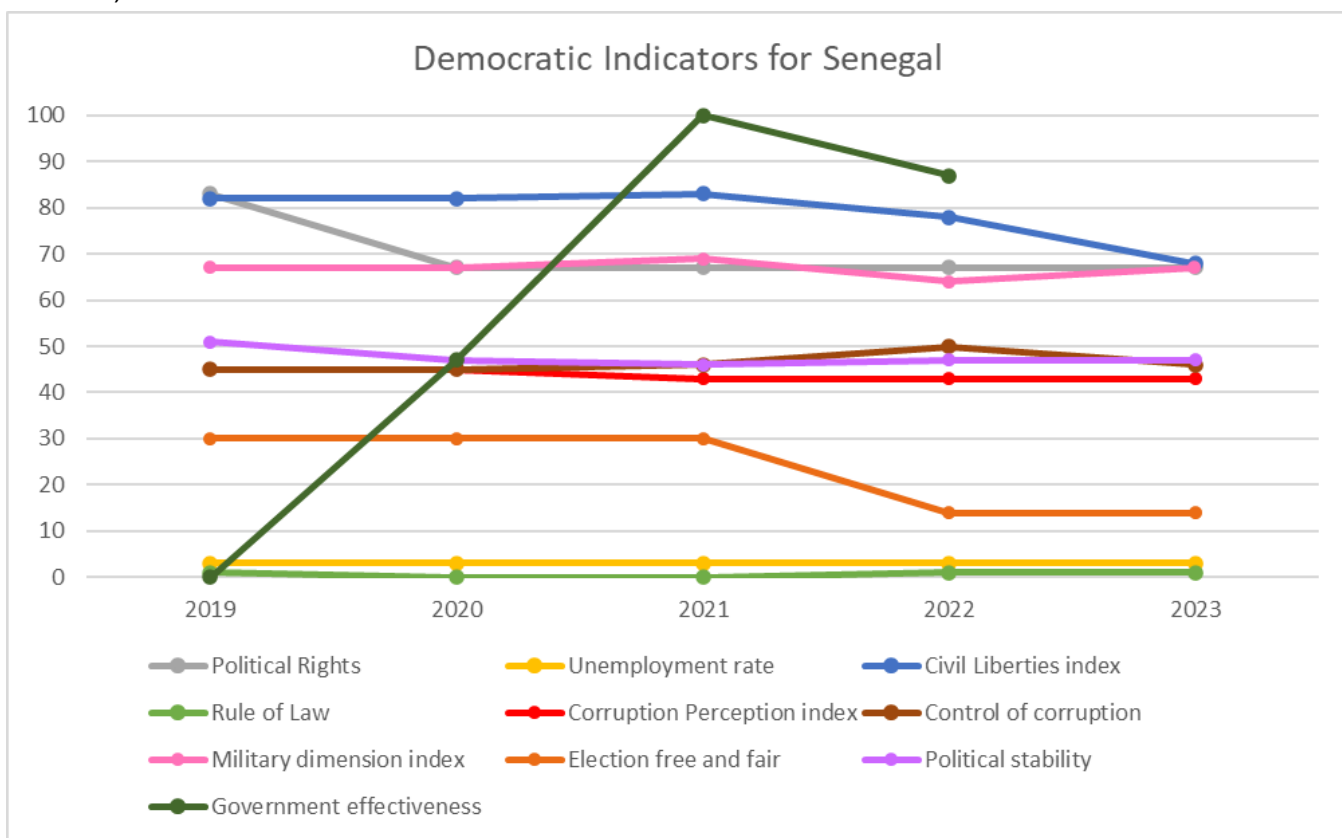


Figura 25 - Indicadores Democráticos do Senegal. Elaborado pela autora a partir de (Transparency International, s.d.; World Bank Group, s.d.; The Global Economy a), s.d.; The Global Economy b), s.d.; The Global Economy c), s.d.; The Global Economy d), s.d.; V-Dem, s.d.).

B)

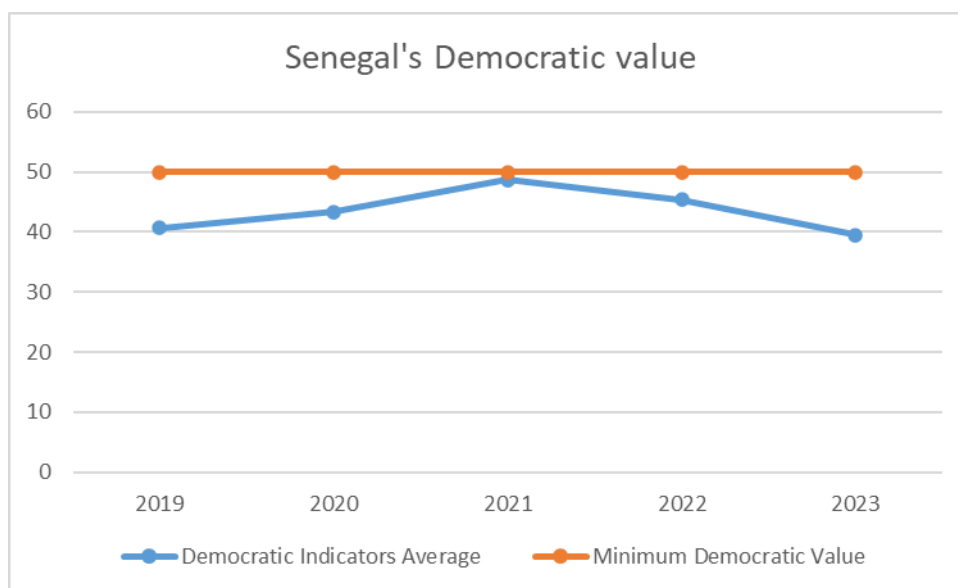


Figura 26 - Valor democrático do Senegal. Elaborado pela autora a partir de Figura 25.

## Anexo XVI

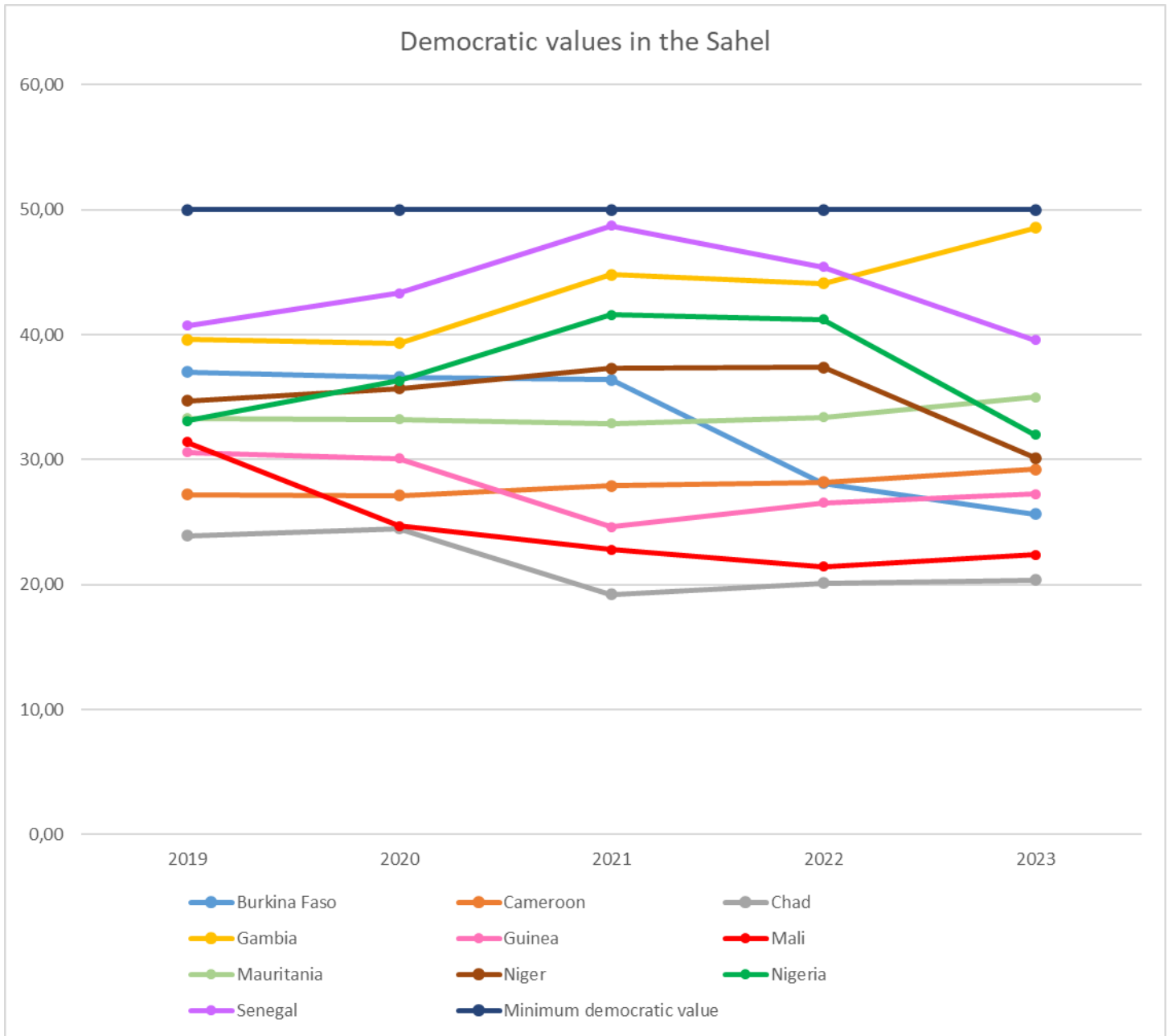


Figura 27 - Valores democráticos no Sahel. Elaborado pela autora a partir das Figuras 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24 e 26.

## Anexo XVII

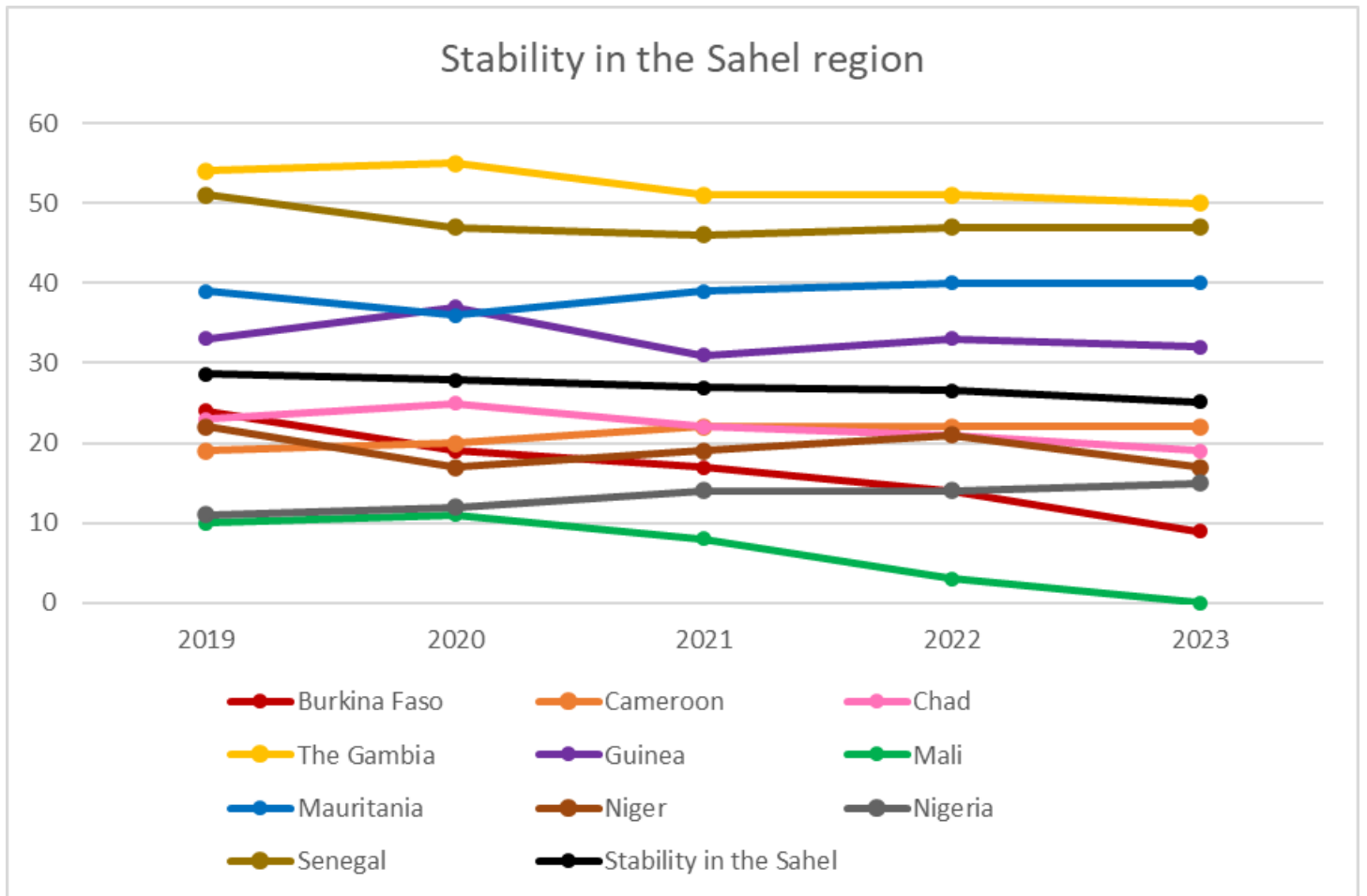


Figura 28 - Estabilidade no Sahel. Elaborado pela autora a partir das Figuras 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, e 25..

# Anexo XVIII

Burquina Faso	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	4.00	4.00	4.00	4.00	7.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	4.71	5.04	5.20	5.39	5.35	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.46	-0.47	-0.46	-0.61	-0.74	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	40	40	42	42	41	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.22	-0.12	-0.08	-0.11	-0.17	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.25	0.25	0.23	0.94	1	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	0.78	0.63	0.63	0.63		V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-1.30	-1.54	-1.64	-1.82	-2.04	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.78	-0.71	-0.76	-0.82		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XIX

Burquina Faso	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	50	50	50	50	0	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	100,00	33,33
Economic Rights	Unemployment rate	5	5	5	5	5	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	15,00	5,00
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	229,00	76,33
Rule of Law	Rule of Law	41	41	41	38	35	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	114,00	38,00
	Corruption Perception index	40	40	42	42	41	Transparecy International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	125,00	41,67
	Control of corruption	46	48	48	48	47	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	143,00	47,67
Horizontal Accountability	Military dimension index	75	75	75	6	0	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	81,00	27,00
Vertical Accountability	Election free and fair	5	0	0	0		V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	0,00	0,00
Responsiveness	Political stability	24	19	17	14	9	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	40,00	13,33
	Government effectiveness	2	6	3	0		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	3,00	1,50
Aggregate value		370,00	366,00	364,00	281,00	205,00					
Mean value		37,00	36,60	36,40	28,10	25,63					

## Anexo XX

Camarões	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	3.62	3.87	3.97	3.65	3.61	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-1.14	-1.17	-1.12	-1.04	-1.04	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	25	25	27	26	27	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-1.22	-1.14	-1.12	-1.13	-1.16	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.31	0.38	0.38	0.31	0.38	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	-1.84	-1.46	-1.46	-1.46	-1.46	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-1.56	-1.51	-1.39	-1.38	-1.40	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.87	-0.93	-0.90	-0.88		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXI

Camarões	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	17	17	17	17	17	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	51	17
Economic Rights	Unemployment rate	4	4	4	4	4	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	12	4
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	82	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	228	76
Rule of Law	Rule of Law	27	27	28	29	29	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	86	28,66666667
	Corruption Perception index	25	25	27	26	27	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	80	26,66666667
	Control of corruption	26	27	28	27	27	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	82	27,33333333
Horizontal Accountability	Military dimension index	69	62	62	69	62	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	193	64,33333333
Vertical Accountability	Election free and fair	0	7	7	7	7	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	21	7
Responsiveness	Political stability	19	20	22	22	22	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	66	22
	Government effectiveness	3	0	2	3		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	5	2,5
Aggregate value		272	271	279	282	263					
Mean value		27,2	27,1	27,9	28,2	29,22222					

## Anexo XXII

Chade	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	7.00	7.00	7.00	7.00	7.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	1.08	1.71	1.55	1.10	1.07	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-1.31	-1.33	-1.34	-1.37	-1.35	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	20	21	20	19	20	Transparecy International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-1.42	-1.43	-1.50	-1.49	-1.48	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.33	0.33	0.88	0.88	0.88	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	-2.15	-2.15	-1.93			V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-1.35	-1.26	-1.39	-1.47	-1.56	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-1.61	-1.51	-1.46	-1.42		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXIII

Chade	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	0	0	0	0	0	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	0	0,00
Economic Rights	Unemployment rate	1	2	2	1	1	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	6	1,50
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	311	77,75
Rule of Law	Rule of Law	24	23	23	23	23	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	92	23,00
	Corruption Perception index	20	21	20	19	20	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	80	20,00
	Control of corruption	22	21	20	20	20	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	81	20,25
Horizontal Accountability	Military dimension index	67	67	12	12	12	V-Dem		It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	103	25,75
Vertical Accountability	Election free and fair	0	0	4			V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	4	2,00
Responsiveness	Political stability	23	25	22	21	19	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	87	21,75
	Government effectiveness	0	4	6	7		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	17	5,67
Aggregate value		239,00	245,00	192,00	181,00	163,00					
Mean value		23,90	24,50	19,20	20,11	20,38					

## Anexo XXIV

Gâmbia	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	4.54	5.89	6.27	6.08	6.48	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.41	-0.39	-0.41	-0.46	-0.37	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	37	37	37	34	37	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.41	-0.42	-0.38	-0.28	-0.28	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.17	0.21	0.21	0.21	0.14	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Elections free and fair	-0.15	-0.15	2.02	2.02	2.02	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	0.21	0.25	0.04	0.04	-0.01	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.77	-0.79	-0.68	-0.68		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXV

Gâmbia	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	50	50	50	50	50	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	200	50
Economic Rights	Unemployment rate	5	6	6	6	7	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	25	6,25
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	311	77,75
Rule of Law	Rule of Law	42	42	42	41	43	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	168	42
	Corruption Perception index	37	37	37	34	37	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	145	36,25
	Control of corruption	42	42	42	44	44	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	172	43
Horizontal Accountability	Military dimension index	83	79	79	79	86	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	323	80,75
Vertical Accountability	Elections free and fair	0	0	52	52	52	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	156	39
Responsiveness	Political stability	54	55	51	51	50	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	207	51,75
	Government effectiveness	1	0	6	6		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	12	4
Aggregate value		396	393	448	441	437					
Mean value		39,6	39,3	44,8	44,1	48,55556					

## Anexo XXVI

Guiné	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	5.00	5.00	5.00	6.00	6.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	5.02	6.02	5.83	5.27	5.24	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-1.24	-1.30	-1.16	-1.10	-1.11	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	29	28	25	25	26	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.91	-0.97	-1.02	-0.97	-0.90	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.50	0.40	0.90	0.80	0.90	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	-0.57	-1.11	-1.11			V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-0.84	-0.67	-0.94	-0.84	-0.88	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.86	-0.97	-0.95	-0.94		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXVII

Guiné	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	33	33	33	17	17	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	100,00	25,00
Economic Rights	Unemployment rate	5	6	6	5	5	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	22,00	5,50
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	311,00	77,75
Rule of Law	Rule of Law	25	24	27	28	28	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	107,00	26,75
	Corruption Perception index	29	28	25	25	26	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	104,00	26,00
	Control of corruption	32	31	30	31	32	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	124,00	31,00
Horizontal Accountability	Military dimension index	50	60	10	20	10	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	100,00	25,00
Vertical Accountability	Election free and fair	11	0	0			V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	0,00	0,00
Responsiveness	Political stability	33	37	31	33	32	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	133,00	33,25
	Government effectiveness	6	0	1	2		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	3,00	1,00
Aggregate value		306,00	301,00	246,00	239,00	218,00					
Mean value		30,60	30,10	24,60	26,56	27,25					

## Anexo XXVIII

Mali	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	4.00	5.00	6.00	6.00	6.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	3.29	3.53	3.97	2.39	2.96	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.86	-0.95	-0.92	-0.98	-0.98	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	29	30	29	28	28	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.70	-0.80	-0.89	-0.84	-0.86	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.36	0.92	1	1	1	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Elections free and fair	-0.77	-0.24				V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-2.21	-2.15	-2.33	-2.56	-2.73	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-1.1	-1.19	-1.25	-1.20		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXIX

Mali	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	50	33	17	17	17	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	84,00	21,00
Economic Rights	Unemployment rate	3	4	4	2	3	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	13,00	3,25
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	311,00	77,75
Rule of Law	Rule of Law	33	31	32	30	30	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	123,00	30,75
	Corruption Perception index	29	30	29	28	28	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	115,00	28,75
	Control of corruption	36	34	32	33	33	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	132,00	33,00
Horizontal Accountability	Military dimension index	64	8	0	0	0	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	8,00	2,00
Vertical Accountability	Elections free and fair	0	11				V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	11,00	11,00
Responsiveness	Political stability	10	11	8	3	0	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	22,00	5,50
	Government effectiveness	7	3	0	2		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	5,00	1,67
Aggregate value		314,00	247,00	205,00	193,00	179,00					
Mean value		31,40	24,70	22,78	21,44	22,38					

# Anexo XXX

Mauritânia	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	6.00	5.00	5.00	5.00	5.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	10.42	11.05	11.14	10.53	10.45	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.61	-0.60	-0.69	-0.65	-0.64	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	28	29	28	30	30	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.87	-0.82	-0.84	-0.79	-0.82	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.32	0.36	0.42	0.42	0.38	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Elections free and fair	-0.39	-0.39	-0.39	-0.39	-0.62	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-0.56	-0.70	-0.56	-0.52	-0.50	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.61	-0.84	-0.78	-0.70		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXXI

Mauritânia	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	17	33	33	33	33	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	149	29,8
Economic Rights	Unemployment rate	10	11	11	11	11	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	54	10,8
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	393	78,6
Rule of Law	Rule of Law	38	38	36	37	37	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	186	37,2
	Corruption Perception index	28	29	28	30	30	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	145	29
	Control of corruption	33	34	33	34	34	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	168	33,6
Horizontal Accountability	Military dimension index	68	64	58	58	62	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	310	62
Vertical Accountability	Elections free and fair	5	5	5	5	0	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	20	4
Responsiveness	Political stability	39	36	39	40	40	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	194	38,8
	Government effectiveness	13	0	3	8		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	24	6
Aggregate value		333	332	329	334	315					
Mean value		33,3	33,2	32,9	33,4	35	111				

## Anexo XXXII

Niger	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	0.53	0.59	0.78	0.42	0.42	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.55	-0.57	-0.43	-0.50	-0.71	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	32	32	31	32	32	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-0.57	-0.66	-0.58	-0.58	-0.56	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.38	0.38	0.29	0.25	1	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	-0.51	-0.16	-0.01	-0.01	-0.01	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-1.41	-1.67	-1.54	-1.46	-1.67	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.84	-0.66	-0.64	-0.64		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXXIII

Niger	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	50	50	50	50	50	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	250	50
Economic Rights	Unemployment rate	1	1	1	0	0	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	3	0,6
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	82	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	392	78,4
Rule of Law	Rule of Law	39	39	41	40	36	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	195	39
	Corruption Perception index	32	32	31	32	32	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	159	31,8
	Control of corruption	39	37	38	38	39	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	191	38,2
Horizontal Accountability	Military dimension index	62	62	71	75	0	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	270	54
Vertical Accountability	Election free and fair	20	27	29	29	29	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	134	26,8
Responsiveness	Political stability	22	17	19	21	17	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	96	19,2
	Government effectiveness	0	10	11	11		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	32	8
Aggregate value		347	357	373	374	271					
Mean value		34,7	35,7	37,3	37,4	30,11111					

## Anexo XXXIV

Nigéria	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	3.00	4.00	4.00	4.00	4.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	5.21	5.74	5.45	3.82	3.07	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.94	-0.84	-0.87	-0.91	-0.89	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	26	25	24	24	25	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	-1.11	-1.12	-1.10	-1.13	-1.04	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.18	0.16	0.21	0.16	0.24	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	-0.22	-0.22	-0.22	-0.22	-0.66	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	-1.93	-1.89	-1.79	-1.78	-1.77	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-1.21	-1.14	-1.03	-1.03		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXXV

Nigéria	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate value / indicator	Mean value / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	67	50	50	50	50	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	267	53,4
Economic Rights	Unemployment rate	5	6	6	4	3	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	24	4,8
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	393	78,6
Rule of Law	Rule of Law	26	33	28	27	27	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	141	28,2
	Corruption Perception index	26	25	24	24	25	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	124	24,8
	Control of corruption	23	23	23	22	24	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	115	23
Horizontal Accountability	Military dimension index	82	84	79	84	76	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	405	81
Vertical Accountability	Election free and fair	9	9	9	9	0	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	36	7,2
Responsiveness	Political stability	11	12	14	14	15	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	66	13,2
	Government effectiveness	0	39	100	100		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	239	59,75
Aggregate value		331	363	416	412	288					
Mean value		33,1	36,3	41,6	41,2	32					

## Anexo XXXVI

Senegal	Indicators	Raw data					Source	Scale Mode	Scale meaning	Observations
		2019	2020	2021	2022	2023				
Political Rights	Political Rights	2.00	3.00	3.00	3.00	3.00	The Global Economy	Reversed	1 (strong) - 7 (weak)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.
Economic Rights	Unemployment rate	2.86	3.44	3.44	2.84	2.80	World Bank Group	Does not apply	Does not apply	The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.
Civil Rights	Civil Liberties index	0.82	0.82	0.83	0.78	0.68	V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.
Rule of Law	Rule of Law	-0.22	-0.32	-0.40	-0.27	-0.27	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
	Corruption Perception index	45	45	43	43	43	Transparency International	Normal	0 (highly corrupt) - 100 (very clean)	It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.
	Control of corruption	0.00	-0.01	0.04	-0.01	0.06	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.
Horizontal Accountability	Military dimension index	0.33	0.33	0.31	0.36	0.33	V-Dem	Reversed	0 (low) - 1 (high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.
Vertical Accountability	Election free and fair	1.21	1.21	1.21	0.57	0.57	V-Dem	Normal	0 (no, not at all), 1 (not really), 2 (ambiguous), 3 (yes, somewhat), 4 (yes)	It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.
Responsiveness	Political stability	0.04	-0.14	-0.18	-0.16	-0.14	The Global Economy	Normal	-2.5 (weak) - 2.5 (strong)	The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
	Government effectiveness	-0.13	-0.06	0.02	0		V-Dem	Normal	0 (low) - 1 (high)	It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.

# Anexo XXXVII

Senegal	Indicators	Converted data					Source	Scale meaning	Observations	Aggregate Value / indicator	Mean / indicator
		2019	2020	2021	2022	2023					
Political Rights	Political Rights	83	67	67	67	67	The Global Economy	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	The Political Rights ratings evaluate three categories: electoral process, political pluralism and participation, and the functioning of government.	356	70,2
Economic Rights	Unemployment rate	3	3	3	3	3	World Bank Group		The unemployment rate is the share of persons who are unemployed as a percent of the labour force. The unemployed comprise all persons of working age who were: a) without work during the reference period, i.e. were not in paid employment or self-employment; b) currently available for work, i.e. were available for paid employment or self-employment during the reference period; and c) seeking work, i.e. had taken specific steps in a specified recent period to seek paid employment or self-employment. The labour force is the sum of all persons of working age who are employed and those who are unemployed.	15	3
Civil Rights	Civil Liberties index	82	82	83	78	68	V-Dem		Respect for civil liberty by the government. The civil liberty is understood as liberal freedom, where freedom is a property of individuals and is constituted by the absence of physical violence committed by government agents and the absence of constraints of private liberties and political liberties by the government.	393	78,6
Rule of Law	Rule of Law	1	0	0	1	1	The Global Economy		The index for Rule of Law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.	3	0,6
	Corruption Perception index	45	45	43	43	43	Transparency International		It measures how corrupt each country's public sector is perceived to be, according to experts and businesspeople.	219	43,8
	Control of corruption	45	45	46	50	46	The Global Economy		The index for Control of Corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as capture of the state by elites and private interests.	232	46,4
Horizontal Accountability	Military dimension index	67	67	69	64	67	V-Dem	0 (worst/ low) - 100 (best/ high)	It measures the extent to which the chief executive can be determined by the military either by a coup or rebellion, and if they can be dismissed by the military.	334	66,8
Vertical Accountability	Election free and fair	30	30	30	14	14	V-Dem		It evaluates if the elections were free and fair while considering all aspect of pre-election period, election day, and the post-election process.	118	23,6
Responsiveness	Political stability	51	47	46	47	47	The Global Economy		The index of Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.	238	47,6
	Government effectiveness	0	47	100	87		V-Dem		It combines into a single grouping responses on the quality of public service provision, the quality of the bureaucracy, the competence of civil servants, the independence of the civil service from political pressures, and the credibility of the government's commitment to policies. The main focus of this index is on "inputs" required for the government to be able to produce and implement good policies and deliver public goods.	234	58,5
Aggregate value		407,00	433,00	487,00	454,00	356,00					
Mean		40,70	43,30	48,70	45,40	39,56					





UNIVERSIDADE  
PORTUCALENSE

[upt.pt](http://upt.pt)